



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

GLEYD MARIA PEREIRA BERTUZZO

ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DO TURISMO: A
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOB O OLHAR DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA NO BRASIL (1998 – 2014)

CAMPINAS

2021

GLEYD MARIA PEREIRA BERTUZZO

ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DO TURISMO: A
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOB O OLHAR DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA NO BRASIL (1998 A 2014)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE
EM GEOGRAFIA NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E
DINÂMICA TERRITORIAL

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA TEREZA DUARTE PAES

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA
ALUNA GLEYD MARIA PEREIRA BERTUZZO E
ORIENTADA PELA PROFA. DRA. MARIA
TEREZA DUARTE PAES

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

B462a Bertuzzo, Gleyd Maria Pereira, 1964-
Abordagem geográfica do patrimônio cultural e do turismo : a construção do conhecimento sob o olhar da pós-graduação em geografia no Brasil (1998 - 2014) / Gleyd Maria Pereira Bertuzzo. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Maria Tereza Duarte Paes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Turismo. 2. Patrimônio Cultural. 3. Geografia - Estudo e ensino (Pós-graduação). 4. Espaço geográfico. 5. Revisão sistemática. I. Paes, Maria Tereza Duarte, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Geographical approach of cultural heritage and tourism : the construction of knowledge under the view of postgraduate studies in geography in Brazil (1998 - 2014)

Palavras-chave em inglês:

Tourism

Cultural Heritage

Geography - Study and Teaching (Postgraduate)

Geographic space

Systematic review

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestra em Geografia

Banca examinadora:

Maria Tereza Duarte Paes [Orientador]

Charlei Aparecido da Silva

Maria Goretti da Costa Tavares

Data de defesa: 30-09-2021

Programa de Pós-Graduação: Geografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-6610-4441>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6103836752358360>



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

AUTORA: Gleyd Maria Pereira Bertuzzo

**ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DO TURISMO: A
CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOB O OLHAR DA PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA NO BRASIL (1998-2014)**

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Duarte Paes

Aprovado em: 30 / 09 / 2021

EXAMINADORES:

Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Duarte Paes - Presidenta

Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva

Prof^a. Dr^a. Maria Goretti da Costa Tavares

***A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta
no processo de vida acadêmica do aluno.***

Campinas, 30 de setembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar ao seu final sem a ajuda de pessoas incríveis que cruzaram o meu caminho ao longo dessa travessia. Uma delas, a minha mãe, grande mestra, que hoje não está mais presente em minha vida e cujo sentimento de gratidão se mistura com a saudade.

Agradeço à minha família, marido e filhos, por todo apoio revelado pelo silêncio e pela compreensão quando eu mais precisei.

Agradeço imensamente aos queridos colegas do grupo de pesquisa Geografia, Patrimônio e Turismo, aos professores do Instituto de Geografia da Unicamp pela acolhida, pelas trocas e ensinamentos.

Meu agradecimento mais que especial à Prof.a Dra. Maria Tereza Paes, minha orientadora, pela oportunidade de retomada e pela paciência em me orientar.

Agradeço especialmente os membros da diretoria da ANPEGE, no período de 2011 a 2013, por me conceder a oportunidade em fazer parte deste grupo, cujos aprendizados foram frutíferos para o meu trabalho de pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço também ao Instituto de Geografia da Unicamp e seus docentes pelo apoio e ensinamentos.

Sei que poderei cometer alguma injustiça esquecendo-me de agradecer alguém e assim já me desculpo por isso.

RESUMO

O interesse em investigar a cultura, o Turismo e o Patrimônio Cultural no âmbito da Geografia intensifica-se a partir do movimento chamado de Renovação da Geografia, ou a Nova Geografia, iniciado na década de 1970, quando as manifestações culturais materiais e imateriais, na forma de patrimônio cultural, foram aliadas ao aumento do consumo e da prática do turismo. Tal interesse se amplia com a renovação da Geografia Cultural, nos anos 1980, com a Nova Geografia Cultural. O patrimônio cultural torna-se um tema de especial interesse à Geografia por pelo menos três razões, quer seja pela posse material exercida por sua compreensão espacial, quer seja pela representação espacial, ao identificar relações sociais e de pertencimento com o lugar, ou pelo valor econômico apropriado pelo consumo turístico, tornando-se objeto de políticas públicas para o desenvolvimento territorial urbano, com demandas de novas funções espaciais. No Brasil, os cursos de pós-graduação e a investigação científica nesta temática começam a se estabelecer de forma crescente a partir dos anos 2000. Até o ano de 2014, os Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) somavam-se 54 e, no presente momento, são 77, com representatividade em todas as regiões brasileiras. Neste contexto, e como justificativa da corrente pesquisa, nos indagamos como está sendo construída a abordagem geográfica do patrimônio cultural e do Turismo nas defesas de Mestrado e teses de Doutorado defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) brasileiros, entre 1998 e 2014, com o objetivo de identificar os recortes por eles utilizados; identificar quais foram as metodologias de pesquisa empregadas, quais foram as escalas administrativas ou político-espaciais de análise e, por fim, quais foram as principais categorias geográficas utilizadas. Para a realização da pesquisa utilizamos o recurso metodológico qualitativo e quantitativo da revisão sistemática de análise, por adotar um processo replicável, científico e transparente, que incluiu a coleta, a seleção e a análise-síntese das pesquisas selecionadas. Assim, com a junção destes métodos de análises, pode-se observar que a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo têm, em seu cerne de investigação, as técnicas de pesquisas combinadas, as escalas administrativas são preferencialmente de âmbito municipal e que as categorias território, territorialidade e lugar são aquelas que mais apresentaram proximidade com os objetos de pesquisa investigados.

Palavras-chave: Turismo; Patrimônio Cultural; Geografia - Estudo e ensino (Pós-graduação); Espaço Geográfico; Revisão Sistemática.

ABSTRACT

The interest in investigating culture, tourism and cultural heritage within the scope of Geography intensifies from the movement called the Renovation of Geography, or New Geography, which started in the 1970s, when material and immaterial cultural manifestations, such as cultural heritage, were allied to the increase in consumption and the practice of tourism. Such interest is expanded with the renewal of Cultural Geography, in the 1980s, with the New Cultural Geography. Cultural heritage becomes a topic of special interest to Geography for at least three reasons, either because of the material possession exercised by its spatial understanding, or because of its spatial representation, when identifying social relationships and belonging to the place, or because of its economic value appropriated by tourist consumption, becoming the object of public policies for urban territorial development, with demands for new spatial functions. In Brazil, postgraduate courses and scientific investigation in this subject began to be increasingly established in the 2000s. Until 2014, the Postgraduate Programs in Geography (PPGG) totaled 54 and, at the present time, there are 77, with representation in all Brazilian regions. In this context, and as a justification for the current research, we ask ourselves how the geographical approach to cultural heritage and tourism is being constructed in the defense of Masters and Doctoral theses defended in the Brazilian Graduate Programs in Geography (PPGG) between 1998 and 2014, in order to identify the cutouts used by them; identify which research methodologies were used, which were the administrative or political-spatial scales of analysis and, finally, which were the main geographic categories used. To carry out the research, we used the qualitative and quantitative methodological resource of the systematic review of analysis, as it adopted a replicable, scientific and transparent process, which included the collection, selection and synthesis of the selected researches. Thus, with the combination of these analysis methods, it can be observed that the geographical approach to Cultural Heritage and Tourism has, at its core of investigation, combined research techniques, administrative scales are preferably municipal and the categories territory, territoriality and place are those that most closely resembled the investigated research objects.

Keywords: Tourism; Cultural Heritage; Geography - Study and Teaching (Postgraduate); Geographic Space; Systematic Review.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Legenda de temas e de cores para seleção de trabalhos.....	23
Figura 2. Imagem do Banco de Dados.....	23
Mapa 1. Distribuição dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no país em 2019	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Instituição de Ensino Superior e ano de criação do Programa de Pós-Graduação em Geografia.....	34
Quadro 2. Total de trabalhos defendidos entre os anos de 1998 a 2014 sobre a temática da Cultura por região do país.....	56
Quadro 3. Total de trabalhos defendidos entre os anos de 1998 a 2014 sobre a temática do Turismo, por região do país.....	62
Quadro 4. Incidências do tema Patrimônio Cultural nos PPGGs brasileiros entre 1998 a 2014.....	90
Quadro 5. Relação dos Trabalhos analisados entre 1998 a 2014.....	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Criação de Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil entre os anos 1971 a 2014.....	36
Gráfico 2. Evolução do Número de Instituições com Pós-Graduação em Geografia 1971-2014.....	37
Gráfico 3. Total de Defesas de Teses e Dissertações de 1998 a 2014.....	47
Gráfico 4. Total de Defesas de Teses e Dissertações por Região do país – 1998 a 2014.....	48
Gráfico 5. Porcentagem da Produção Científica por Região do País.....	49
Gráfico 6. Distribuição de trabalhos defendidos sobre o tema Cultura por região do país entre os anos de 1998 a 2014.....	57
Gráfico 7. Distribuição de trabalhos defendidos sobre o tema Turismo por região entre os anos de 1998 a 2014.....	63
Gráfico 8. Total da Temática Patrimônio Cultural nas Regiões Brasileiras.....	91
Gráfico 9. Total da temática Patrimônio Cultural e Turismo nos PPGGs brasileiros por Região, entre 1998 a 2014.....	92
Gráfico 10. Principais Recortes Utilizados	168
Gráfico 11. Principais dimensões político-espaciais.....	169
Gráfico 12. Metodologia de Pesquisa	171
Gráfico 13. Categorias Geográficas.....	173

LISTA DE SIGLAS

AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros
ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
CNG – Conselho Nacional de Geografia
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
ENANPEGE – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia
ENG – Encontro Nacional de Geógrafos
EU – União Europeia
FAP – Fundo de Apoio à Pesquisa
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIC – Lei de Incentivo Fiscal
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MinC – Ministério da Cultura
MTUR – Ministério do Turismo
NAFTA – Tratado Norte Americano de Livre Comércio
PAC/CH – Plano de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDT – Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará
PNE – Plano Nacional de Educação

PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRODETUR /NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia
PRT – Programa de Regionalização do Turismo
PUC MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RGB – Revista Brasileira de Geografia
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SRTM – Shuttle Radar Topography Mission
TER – Turismo no Espaço Rural
TR – Turismo Rural
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal Grande Dourados
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande Do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal Rio Grande do Norte
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNB – Universidade de Brasília
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP PP – Universidade Estadual de São Paulo - Campus Pres. Prudente
UNESP-RC – Universidade Estadual de São Paulo - Campus Rio Claro
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
USP – Universidade Estadual de São Paulo
UVA – Universidade do Vale do Acaraí
VICT – Valor de Intensidade Comercial Turístico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
CAPÍTULO 1 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL.....	26
1.1 PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO: UM BREVE RESUMO.....	28
1.2 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL.....	32
1.2.1 O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (ANPEGE) E A CONSOLIDAÇÃO A PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.....	39
1.3 A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA CIENTÍFICA BRASILEIRA.	
1.3.1 A PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA.....	42
CAPÍTULO 2 – GEOGRAFIA, CULTURA E TURISMO.....	51
2.1 A ABORDAGEM GEOGRÁFICA SOBRE O TURISMO: UM RECORTE A PARTIR DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES – 1998-2014	
CAPÍTULO 3 – O TURISMO E A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	58
3.1 TURISMO CULTURAL: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA.....	69
3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL: VALORES E ARRANJOS SOCIOESPACIAIS DO TURISMO.....	80
3.3 GEOGRAFIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO: UMA PERSPECTIVA DA PESQUISA GEOGRÁFICA BRASILEIRA.....	86
CAPÍTULO 4 - TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E RESULTADOS.....	101
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180

INTRODUÇÃO

O interesse por investigar as temáticas da Geografia que tratam da produção cultural e simbólica do espaço tem aumentado significativamente nestas últimas décadas. Uma motivação interna à própria ciência diz respeito à influência exercida pela *Renovação da Geografia* dos anos 1970, na sua vertente humanística, que priorizou as dimensões culturais e simbólicas na produção do espaço, trazendo novos elementos para e categorias de análise e interpretação de tais dimensões (NIGRO, 2009, p. 69-74).

O Patrimônio Cultural está incluído nesta dimensão, pois é a instituição jurídica da expressão material e imaterial de bens culturais. A partir deste processo, identifica-se o modo de vida, as relações sociais e territoriais ocorridas no passado e preservadas no presente (PAES, 2009a, p.24; FUNARI, 2001, 72p.).

Neste sentido, o Patrimônio Cultural torna-se um tema de especial interesse à Geografia por pelo menos três razões, sobre as quais se discorre brevemente a seguir:

A primeira delas diz respeito ao fato de o Patrimônio Cultural material como, por exemplo, um imóvel tombado, pertencer a alguém, constituindo posse material a qual já justifica a compreensão espacial do lugar de sua distribuição ou abrangência espacial¹

A segunda razão é o fato de a manifestação imaterial ocorrer em algum lugar, identificando o patrimônio como um fenômeno espacial; o patrimônio simboliza questões de identidade, de representação e de significação individual e coletiva, trazidas do passado e exercidas no presente, identificando relações sociais e de pertencimento, igualmente espaciais. Como afirma Paes²: “O Patrimônio Cultural, quer seja natural, material ou imaterial, possui uma expressão espacial significativa e constituinte da própria identidade cultural - a sua inerente territorialidade”.

E, por fim – mas de grande importância no período contemporâneo - há o interesse econômico, uma vez que o Turismo possui valor apropriado pelo consumo, o

¹ NIGRO, 2009, p. 69

² PAES, 2009, p.162

qual é ainda gerador de conflitos entre os grupos envolvidos e, por isso, torna-se objeto de políticas públicas para o desenvolvimento territorial urbano e turístico, demandando novas funções espaciais. É esta razão, a econômica, que confere ao Patrimônio Cultural a condição de mercadoria inserida numa economia global de consumo de diferenças na qual o Turismo é principal veículo de divulgação, de apropriação e de consumo³.

O Turismo, que se configura como um fenômeno socioespacial e econômico, ganhou maior expressividade a partir do final da Segunda Guerra Mundial, impulsionado pelo desenvolvimento capitalista de uma lógica que produz e consome a mercadoria de modo simultâneo. Para consolidar tal lógica, o Turismo passa a ser compreendido como o antídoto para o cansaço causado pela rotina de trabalho e visto como uma merecida recompensa ao trabalhador. Na atualidade, o Turismo assume também a condição de *fetichê*, de desejo, produzindo mercadorias revestidas por embalagens sedutoras que atraem inúmeros consumidores, desde os amantes da natureza, os que buscam paz espiritual, e mesmo aqueles que procuram conhecer novas culturas e antigas civilizações ou simplesmente ganhar status social distintivo no consumo dos lugares.

Tendo em vista que a prática do Turismo se apresenta sob diversas formas, torna-se relevante o fato de a localidade em que o Patrimônio Cultural material e imaterial está inserido, apresente mudanças na produção e na valorização do espaço, fazendo-se necessário um olhar mais detalhado para a dinâmica destas relações. Dentro deste contexto, e como justificativa da corrente pesquisa, nos indagamos como está sendo construída a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo nas defesas de Mestrado e teses de Doutorado defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). E para isso escolhemos a metodologia da revisão sistemática de análise, por adotar um processo replicável, científico e transparente (TRANFIELD, 2009, p. 203, apud LINNENLUECKE; MARRONE; SINGH, 2019). Tal metodologia permite coletar indicações, tratá-las e, assim, fazer uma avaliação em relação à critérios pré-determinados. A presente investigação teve como uma das

³ NIGRO, 2009, p. 72

inspirações um trabalho realizado por Veschambre, pesquisador francês que realizou uma pesquisa cujo um dos objetivos foi identificar o surgimento da temática do Patrimônio Cultural na Geografia francesa. E para isso ele coletou, selecionou e analisou teses, dissertações, artigos científicos, resumos de publicações de eventos, durante os anos de 1970 a 2000, como discorreremos melhor mais adiante.

Assim, a presente pesquisa se propôs a analisar as contribuições dos autores de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado nos Programas de Pós-Graduação em Geografia brasileiros, credenciados pela CAPES, analisando as pesquisas que abordaram os temas como: a cultura, o Turismo e o Patrimônio Cultural.

O recorte temporal escolhido para nortear nossa investigação compreende os anos de 1998 até 2014, o que é justificado pela baixa incidência da temática cultural nos anos anteriores, e também pelo acentuado aumento de interesse pela temática a partir do final dos anos 1990, assim como pela importância do período que marca a consolidação e a expansão dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no país, como está explicitado no quadro 1 (p. 38)

Nesse mesmo período foram consolidados programas de pesquisa na área, entre programas de Mestrado e Doutorado juntos. Desse modo, estima-se que tenha ocorrido, em decorrência do crescente interesse por assuntos do âmbito da ciência geográfica, o aumento da reflexão teórico-metodológica e conceitual dos temas desta pesquisa.

Para identificação dos trabalhos e como citamos acima, recorreremos à metodologia da revisão sistemática, a qual detalharemos melhor quando explicaremos em detalhe nos procedimentos metodológicos da pesquisa. Coletamos 8.797 pesquisas defendidas e disponibilizadas no portal da CAPES (www.capes.gov.br) e nos websites dos programas, selecionamos os títulos que tratavam da temática, classificamos a partir dos temas: a cultura em geral; o Turismo e o Patrimônio Cultural. Com o mapeamento dos trabalhos inseridos nas temáticas desta classificação, partimos para a seleção específica das pesquisas que tratam da relação do Patrimônio Cultural e do Turismo, juntos. Assim identificados os trabalhos, realizamos uma revisão mais cuidadosa com o objetivo de identificar os recortes por eles utilizados; identificar quais

foram as metodologias de pesquisa empregadas, quais foram as escalas administrativas ou político-espaciais de análise e, por fim, quais foram as principais categorias geográficas utilizadas.

A presente pesquisa pretendeu responder às questões que dizem respeito ao estado do debate em prol da construção do conhecimento sobre o Patrimônio Cultural e o Turismo, a fim de contribuir para a consolidação de uma abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo.

Tendo em vista a justificativa, os objetivos e os fundamentos da presente pesquisa, o trabalho ora apresentado propõe abordar em seu primeiro capítulo a institucionalização da Pós-Graduação no Brasil desde o seu início e o seu desenvolvimento até os dias atuais. Pretendeu-se verificar o estabelecimento de políticas públicas educacionais e sua associação com o surgimento do ensino superior e da Pós-Graduação em Geografia, sua evolução histórica, a representatividade política e acadêmica da Pós-Graduação em Geografia com a consolidação da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Geografia (ANPEGE), até a edificação da Geografia enquanto científica nacional.

No segundo capítulo, a discussão está centrada nas relações estabelecidas entre a Geografia, a cultura e o Turismo, na abordagem geográfica do Turismo e a frequência com que a temática se apresenta nos estudos da Geografia compreendidos no período investigado; nas relações entre Patrimônio Cultural e a correlação do Turismo Cultural como fator produtor e reproduzidor do espaço geográfico.

No terceiro capítulo, abordamos o Turismo e os arranjos e os valores socioespaciais do Patrimônio Cultural como influência na produção e reprodução do espaço. Neste contexto, apresentamos algumas interpretações de pesquisadores nacionais e internacionais da ciência geográfica, do Turismo e, concomitantemente, a análise de três trabalhos de pesquisa que reforçam a presença e a pertinência do estudo do Patrimônio Cultural pela Geografia.

Neste ponto, cabe explicar a motivação pessoal para a escolha deste trabalho de pesquisa. Fui docente do curso de graduação em Turismo da PUC Campinas, com projeto de extensão universitária voltado para o Turismo Cultural na

cidade de Campinas. Aliando essa minha ligação com o Turismo Cultural, juntamente com a experiência obtida na minha pesquisa de mestrado na Ciência da Informação, considerei instigante entender e analisar a presença dos estudos sobre o Turismo Cultural na Ciência Geográfica, o que acabou, coerentemente, tendo que estudar as relações da Geografia com o Patrimônio Cultural e assim contribuir para analisar a abordagem geográfica dada a estes estudos. Desta forma, explico adiante a forma como conduzimos as análises dos trabalhos selecionados.

O quarto capítulo, dedicamos à análise de treze trabalhos que tiveram como objeto de pesquisa a combinação das temáticas Patrimônio Cultural e Turismo. Nele, analisamos as questões qualitativas da pesquisa, interpretando quais os principais recortes utilizados no trabalho; qual(is) metodologia(s) utilizada(s) na pesquisa; quais são as categorias geográficas de análise e por fim, quais as dimensões administrativas ou político-espaciais de análise. Dedicamos também a analisar as três abordagens relevantes da análise, que são: se o trabalho possui uma visão crítica sobre o Turismo; se o Turismo favorece a preservação do Patrimônio Cultural e, por fim, quais seriam as principais contribuições do trabalho para o tema.

O quinto capítulo é dedicado à análise quantitativa da pesquisa. Em decorrência desta etapa, podemos inferir que a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo traz características muito particulares que envolvem o estudo detalhado dos elementos neles observados. Porém, esta é uma proposta de análise e não se encerra em si. Outras contribuições advindas de novas pesquisas podem e devem acrescentar para a melhoria e a amplitude de análise.

No encaminhamento para as considerações finais, entendemos que será difícil dissociar o Patrimônio Cultural do Turismo na atual sociedade capitalista e com tendência de crescimento para o consumo. O Turismo, como demonstraremos ao longo desta pesquisa, é a que substituiu outras atividades econômicas que, por vários motivos acabaram diminuindo ou se extinguindo, criando juntamente com o patrimônio lá existente, um novo território.

Assim, podemos concluir que, para se construir a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo, é necessário observar as dimensões das suas

categorias espaciais, e analisar a composição de fatores que vão desde os econômicos, os políticos, os culturais e os sociais que moldam, identificam, produzem e reproduzem o espaço geográfico onde estão contextualizados.

Assim, ao final dessa trajetória de pesquisa, esperamos ter contribuído para o caminho da construção da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo. Caminho esse que está apenas começando.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui apresentada objetivou analisar as Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, no período de 1998 a 2014, que versam sobre as temáticas da Cultura, do Patrimônio Cultural e o Turismo. Para a sua realização foi necessário traçar um caminho que chamamos de procedimentos metodológicos diferenciados. A começar pelo trabalho de campo, tão importante e característico da Geografia e que privilegia o deslocamento espacial. Nesta, o campo de pesquisa apresentou-se de forma peculiar: a pesquisa é apresentada como uma revisão sistemática de análise, muito utilizada em outras áreas do conhecimento, como da saúde, por exemplo.

A revisão sistemática de análise é um processo que⁴ adota procedimentos replicáveis, científicos, transparentes e sistematizados, que permite coletar, selecionar e analisar informações a partir de critérios pré-selecionados. Tal método é validado por resumir dados existentes, para avaliar o progresso de pesquisas e também para identificar lacunas e orientar novas pesquisas sobre um determinado assunto ou área de estudo (DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, TAKAHASHI e BERTOLOZZI, 2011, p. 1261). Assim, de maneira resumida, o procedimento metodológico é apresentado em três distintas etapas.

Primeira etapa: a pesquisa bibliográfica

O propósito desta etapa foi realizar uma extensa pesquisa bibliográfica nas temáticas que envolvem o Patrimônio Cultural, as aderências na Ciência Geográfica e as interrelações com a atividade turística. A mesma contribuiu para a fundamentação teórica do trabalho, que permeou toda a pesquisa trazendo subsídios para os conceitos e as definições utilizados ao longo da pesquisa. E ainda nesta etapa muitas Teses e Dissertações também somaram um importante recurso bibliográfico.

⁴ Tranfield et al. (2009, apud LINNENLUECKE; MARRONE; SINGH, 2019)

Segunda etapa: a reorganização do banco de dados

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC) tem como uma de suas premissas o acesso e a divulgação da produção científica e assim disponibiliza em seu portal (www.capes.gov.br) a partir de 1998, todas as pesquisas defendidas nos PPGG reconhecidos do Brasil. Desta forma, a busca pelos trabalhos e informações ficou muito mais acessível. Além da CAPES, os próprios programas já as disponibilizam em seu *website* ou direciona para repositórios e bibliotecas virtuais. Assim, o acesso ficou mais simples, fácil e rápido.

A gênese desta pesquisa foi um banco de dados pré-existente, fruto de um trabalho de iniciação científica realizado por Campos (2009), onde continha várias informações sobre cada trabalho de pesquisa defendido, que são desde o título do trabalho, o nome do programa, o ano da defesa, o orientador, o nome do autor e a banca da defesa, do ano de 1998 até 2008.

Assim, com esta base já estruturada, reiniciamos a sua conferência e atualização até o ano de 2014, com todos os trabalhos dos PPGG já disponibilizados, totalizando 8.797 trabalhos de pesquisa defendidos. A partir daí, seguimos para a busca de trabalhos que, em seu título, versassem sobre as temáticas individualizadas que pretendíamos pesquisar: Turismo, Cultura Geral, Patrimônio Cultural e por fim, Patrimônio Cultural e Turismo no mesmo título. Toda uma sistematização foi elaborada para a identificação dos trabalhos. Cada tema era sinalizado com uma cor quando identificado, assim a contagem seria facilitada, conforme mostra a figura 1:

Figura 1- Legenda de temas e de cores para seleção de trabalhos

	H	I	J	K	L	M	N
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							

Nota: o autor

Já a figura 2 mostra os trabalhos selecionados por cor, conforme o tema

Figura 2- Imagem do Banco de Dados

	Autor	Tema	Orientador	Banca
yy		Representação da natureza, transformações espaciais e turismo em Brotas/SP		
KK	ALMEIDA, M. C.	Identidade Territorial - A Geografia das Construções e Dissoluções Culturais Urbanas	SANTOS, R. C. B.	
		Tecnologias da informação e novos usos do território brasileiro. Uma análise a partir do zoneamento agrícola de riscos climáticos para a soja		
		O Uso de Geoindicadores na Avaliação da Qualidade Ambiental da Bacia do Ribeirão Anhumas, Campinas/SP		
yk	CIFELLI, G.	Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto - MG	LUCHIARI, M. T. D. P.	
		Relações entre a Neotectônica e o Colúvionamento no Município de Atibaia/SP		
		Utilização de sistemas de Informação Geográfica na Identificação de unidades Geoambientais do Município de Analândia (SP)		
		Meio Ambiente Urbano e Desigualdades Sócio-Espaciais: trajetórias de um estudo de caso (Lagoa de Parangaba - Fortaleza - Ceará)		
		Valorização do Espaço e Fragilidade Ambiental: O Caso da Construção do Meio Ambiente Urbano da Bacia do Córrego Santo Antônio, Mogi Mirim (SP)		

Nota: o autor

Após esta etapa, veio a busca pelo trabalho, a leitura do resumo para confirmar se o título da pesquisa era relativo ao campo da pesquisa. Por mais que isso possa parecer óbvio, a prática mostrou que alguns títulos não estavam em consonância com o resumo da pesquisa, levando-nos a escolher um, por exemplo, que no título não mencionava explicitamente a temática, porém o seu resumo e o corpo do trabalho

evidenciavam que se tratava da temática que estávamos pesquisando, que é o caso do trabalho de Neves (2007), intitulado “Dois pra lá, dois pra cá”: Território, Globalização E Boi-Bumbá, Na Ilha Dos Tupinambá (Parintins – Amazonas), que não continha nem no título e nem nas palavras-chave qualquer palavra que identificasse a questão da turistificação em Parintins. Assim, após uma rigorosa conferência, alguns trabalhos foram incluídos e outros excluídos. Uma outra observação importante: muitas vezes as palavras-chave dos trabalhos não os identificavam e sobre isso falaremos mais à frente.

Como se pode notar, esta etapa ocupou um importante tempo de pesquisa, mas assim que os trabalhos de pesquisas foram definidos, passamos para a próxima etapa.

Revisão e elaboração da análise sistemática

Aqui, pode-se dizer, grosso modo, foi tida como a “nossa pesquisa de campo”. A revisão da análise sistemática difere da revisão de literatura porque vai além da revisão de síntese. Ela permite acompanhar o curso científico de um período específico, ajuda a identificar lacunas e a propor encaminhamentos para a elucidação de temas pertinentes. Assim, aplicando métodos explícitos e sistematizados de busca e análise, o método se mostra muito vantajoso para todas as ciências, oferecendo capacidade de síntese e indicação de novos direcionamentos.

Como exemplo no âmbito da Geografia, temos a obra do Prof. João Afonso Zavattini, denominada Estudos do Clima no Brasil (2004, 393 p.), que analisou a produção científica da climatologia brasileira sobre o paradigma dos ritmos climáticos. Como objeto de análise o autor estudou as publicações do Prof. Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, as publicações de seus orientados e outros pesquisadores, com o intuito de realizar um inventário sobre tal produção. Foram analisadas 108 obras no período de 1962 a 2000. Com esse estudo, foi possível identificar pontos fortes e fracos e obter uma síntese dos estudos da climatologia brasileira, sobre o paradigma dos ritmos climáticos até aquele momento. Certamente tal síntese contribuiu, como

exemplo, para que pesquisas fossem direcionadas para áreas deficientes ou em busca de um novo conhecimento na área.

Para a elaboração deste estudo, construiu-se um roteiro para que pudéssemos direcionar um olhar que contribuísse para produzir a síntese. Começamos por observar quais os principais recortes utilizados nos trabalhos, se eram políticos, econômicos, culturais ou sociais. Também buscamos identificar quais eram as escalas administrativas abordadas nos trabalhos, se eram municipais, estaduais, federais, se estavam na discussão do plano diretor e se estavam envolvidas com algum conflito político. A metodologia da pesquisa empregada também foi investigada, se o trabalho se apresentava como um estudo de caso ou pesquisa empírica, se apresentavam pesquisas documentais, revisão bibliográfica e quais técnicas de pesquisa foram empregadas. Também identificamos quais categorias geográficas foram utilizadas em função da análise da pesquisa e, por fim, a análise dos seguintes questionamentos: 1 - Se o trabalho analisado traz uma visão crítica do Turismo; 2 - Se o Turismo favorece a preservação do Patrimônio Cultural e 3 - Quais são as principais contribuições do trabalho para o tema. E assim, com a construção destes procedimentos metodológicos, foi possível realizarmos a análise de modo a compreender o estado, particularmente no período de 1998 a 2014, da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e Turismo, na ciência geográfica brasileira.

E por fim, a título de informação, convencionamos adotar o critério de identificar algumas palavras com a letra inicial maiúscula para dar destaque ao termo ora analisado. São elas: Geografia, Pós-Graduação em Geografia, Patrimônio Cultural e Turismo.

CAPÍTULO 1 - A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

A institucionalização de cursos de Pós-Graduação em um país se dá a partir de políticas de desenvolvimento científico e tecnológico estabelecidas e seu principal resultado é a sua produção científica. A investigação científica é dependente de conhecimento especializado, de dedicação de seus pesquisadores e de um investimento considerável de recursos financeiros. Em retorno, o conhecimento e a tecnologia por ela geradas são poderosas ferramentas de transformações econômicas e sociais (MENDONÇA, 2005; LENCIONI, 2013). Assim, dada esta relação de complementaridade do conhecimento acadêmico produzido no país, torna-se extremamente relevante trazer à luz uma breve memória histórica do desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil, especificamente da Pós-Graduação em Geografia, objeto deste capítulo.

A história do desenvolvimento do Brasil nos permite observar que, do período de colonização até o final do Império, a dependência política portuguesa inibiu qualquer incentivo de formação de intelectuais e pesquisadores cujos objetivos fossem diferentes dos interesses políticos e econômicos de Portugal, o que retardou o surgimento de cursos de ensino superior. Somente em pleno regime político republicano é que a instituição de cursos de ensino universitário tem início (BALBACHEVSKY, 2005; MORITZ et al, 2011; CURY, 2005), através do decreto de lei nº 19.851 de Abril de 1931 que estabelece: “[...] a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos (art. 1º) como finalidade do ensino universitário”⁵ e formaliza o ensino universitário contemplando também os cursos de aperfeiçoamento e especialização profissionais e científicos, estabelecendo a titularidade de doutor a partir de defesa de tese. Porém, na segunda metade do século XX, durante a ditadura militar, é que a Pós-Graduação é efetivamente institucionalizada: primeiro pela lei nº 4.881-A, de 6 de dezembro de 1965, e depois a mesma foi revista e atualizada pelo Conselho

⁵ CURY, 2005, p.7

Federal de Educação, que estabeleceu no parecer 77/69 a definição conceitual e a moldura legal da Pós-Graduação⁶.

Contudo, o crescimento e a evolução da Pós-Graduação brasileira se darão com a criação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), num total de seis edições, contando com o vigente (VI PNPG, 2010-2020). Nestes, a Pós-Graduação passou a ser vista como objeto de planejamento e financiamento do Estado, sujeita a metas, ações, diagnósticos e avaliações próprias. Ao contrário do ensino superior de graduação, os PNPG imprimiram à Pós-Graduação uma dimensão de desenvolvimento macropolítica atrelada a um amplo sistema de financiamento governamental de ciência e tecnologia.

Com mais de quarenta anos de existência oficial, a evolução e a consolidação da Pós-Graduação brasileira são significativas. Um exemplo disso é o *Index Nature*⁷, edição de 2016, no qual, em um universo de 100 países, o Brasil ocupa o 23º lugar em produção científica de alto impacto e o primeiro na América Latina colocando o país no mapa da produtividade científica internacional. A evolução da Pós-Graduação no Brasil aconteceu ora pela produção científica por ela criada, ora pelo empenho em melhorar o ensino por meio da qualificação de futuros docentes. Na atualidade, a Pós-Graduação brasileira possui um lugar de relevância para o país, com a importância de política de Estado (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2016).

A criação dos primeiros cursos de Pós-Graduação em Geografia foram respectivamente o da Universidade de São Paulo (USP), em 1971, e o da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1972, e são anteriores à criação do primeiro PNPG. Entretanto, é a partir de 1975 com a institucionalização dos PNPG é que podemos observar o aumento de criação de Programas de Pós-Graduação em Geografia no país, como veremos no tópico a seguir.

⁶ Estatuto do Magistério Superior (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4881A.htm).

⁷ Desde 2013, a Revista Nature publica o "Nature Index Global", que classifica os 100 países e suas instituições de pesquisa que tiveram suas pesquisas publicadas num universo de 68 periódicos científicos de alto impacto (<https://www.natureindex.com>, tradução nossa).

1.1 PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO: UM BREVE RESUMO

Os PNPG marcaram importantes etapas na história e na evolução da Pós-Graduação brasileira (CURY, 2005; SANTOS, Cássio 2002). O I PNPG (1975-1979) teve um caráter de formação de pesquisadores para atender a novos cursos de Pós-Graduação, conforme aponta o relatório da Capes (2010, p.15)

[...] como principal missão introduzir o princípio do planejamento estatal das atividades da pós-graduação, então recentemente implantada em âmbito federal, integrando-as na graduação e fomentando a pesquisa, com o objetivo de formar especialistas – docentes, pesquisadores e quadros técnicos – para o sistema universitário, o setor público e o segmento industrial.

A intenção era aumentar o número de docentes capacitados e o reforço da necessidade de integrar a Pós-Graduação e o ensino de graduação, articulando currículos e temas de pesquisa, a fim de atender aos novos setores da economia trazidos pela política desenvolvimentista do governo militar. Esse Plano previu a vinculação da progressão na carreira docente.⁸

O II PNPG (1982-1985) manteve as premissas do plano anterior e enfatizou a busca pela qualidade e desempenho dos cursos vigentes: "[...] acrescenta-lhes o crivo da qualidade nas atividades da Pós-Graduação, tendo como instrumento a avaliação, que já existia em estado embrionário desde 1976 e que será então aperfeiçoada e institucionalizada" (CAPES, 2010, p. 15).

Este plano ainda coloca em discussão a questão da dependência tecnológica e financeira de países centrais, conforme explica Santos⁹: "O II PNPG abordou o problema da relação entre a ciência de países centrais e periféricos que, por sua dependência de capitais e tecnologias estrangeiras, não absorviam a capacidade profissional de alto nível ou os resultados de pesquisa que o sistema produzia".

Já o III PNPG (1986-1989) deu continuidade às diretrizes do Plano II, na tentativa de consolidá-las: "[...] subordina as atividades da Pós-Graduação ao desenvolvimento econômico do país, mediante a integração das atividades ao sistema nacional de ciência e tecnologia" (CAPES, 2010, p. 15). Estas diretrizes são modeladas

⁸ SANTOS, Cássio, 2002, p. 489

⁹ IBID, 2002, p. 489

à realidade de uma Nova República e intentam buscar então a autonomia nacional, com a ideia de integrar o setor produtivo com a Universidade. Este foi um período conturbado de índices altos de inflação, uma nova Constituição vigente, planos econômicos desastrosos com efeitos nocivos, e a Pós-Graduação não foi uma exceção (BARRETO, DOMINGUES; 2012 p. 17-53). Assim, com as alterações no cenário sociopolítico brasileiro, tornava-se necessário que o PNPG acompanhasse as novas demandas do país.

E do ano de 1990 a 1995, as questões sobre o planejamento para o desenvolvimento da Pós-Graduação brasileiro estiveram em estado de letargia. Foi um período de grandes problemas econômicos e políticos provocados pela instabilidade trazida pela inflação dos governos Collor e Itamar Franco¹⁰.

Nos anos de 1996 a 2004 foi o período compreendido pelo IV PNPG, e o Brasil já se consolidava como um país com base científica e tecnológica para fins de produção agrícola, pecuária, de bens e de matéria-prima para exportação, posicionando o país no cenário internacional das grandes nações de economia emergente. Embora este plano não tivesse uma formalização política de suas diretrizes, a CAPES adotou e implantou tais recomendações assumindo um papel fundamental de gestora e implementadora de ações principais, dentre as quais citamos a expansão do sistema de Pós-Graduação nacional, a flexibilização do modelo de Pós-Graduação, a ênfase na internacionalização e o aperfeiçoamento do sistema de avaliação dos cursos de Pós-Graduação. Este período trouxe contribuições qualitativas ao sistema de Pós-Graduação brasileiro e suas ações terão reflexos nos dois próximos planos, o V PNPG e o VI PNPG.

À medida que o sistema de Pós-Graduação nacional era realizado pelas diretrizes implantadas dos planos, a evolução e a qualidade intelectual brasileira cresciam e suas demandas se tornariam também muito mais complexas e diversificadas. Estas foram responsáveis por trazer grandes e novos desafios ao V PNPG (2005-2010), que deveria dar conta das seguintes ações:¹¹

¹⁰ SANTOS, Cássio, 2002, p. 491

¹¹ CAPES, 2010, p. 15

[...] associação com as fundações estaduais e os fundos setoriais, o aprimoramento do processo de avaliação qualitativa da pós-graduação (conceito de nucleação, revisão do Qualis e introdução do PROEX), a preocupação com a solidariedade entre os cursos e seu impacto social, a expansão da cooperação internacional, o combate às assimetrias, a formação de recursos humanos para a inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo, e a ênfase na formação de docentes para todos os níveis de ensino, bem como de quadros técnicos via mestrado profissional para os setores de serviços público e privado.

A implantação destas diretrizes produziu resultados visíveis ao surgimento de novos cursos de Pós-Graduação em Geografia, estes pautados no esforço pela diminuição das assimetrias regionais e na valorização de linhas de pesquisas especificamente ligadas à região.

Por fim, o VI PNPG, até onde esta pesquisa acompanhou, se configurou num horizonte mais extenso, trazendo em suas diretrizes especificidades complexas, grandes desafios e demandas herdadas dos planos antecedentes. Neste cenário, vimos surgir nos Programas de Pós-Graduação em Geografia os mestrados profissionais e linhas de pesquisas voltadas às demandas regionais, dando continuidade à preocupação do V PNPG com a questão da região. Um bom exemplo é o caso do mestrado profissional PPG da UNESP em Presidente Prudente, que teve seu início em 2011, com o objetivo de formar e capacitar profissionais junto aos sistemas públicos de gestão de recursos hídricos e ambientais, cujas linhas de pesquisas mais expressivas são aquelas orientadas para a dinâmica e gestão ambiental; para a dinâmica das relações de trabalho, para a saúde e para o ambiente.

Assim como os planos antecedentes trouxeram resultados que contribuíram para o crescimento científico brasileiro, o VI PNPG também trouxe novos desafios e novos patamares a serem alcançados diante de uma realidade mais complexa: um mundo onde a concorrência é global e no qual se vive a volatilidade da acumulação flexível do capital. Assim, as relações comerciais antes priorizadas pelos acordos regionais de livre comércio como o Nafta (Tratado Norte Americano de Livre Comércio), a UE (União Européia) e o Mercosul (Mercado Comum do Sul) são suplantados pelas melhores cotações de mercado no contexto mundial, bem como a volatilidade da acumulação flexível do capital, que atende aos interesses daqueles que querem investir

na especulação financeira, aplicando em ações de mercados emergentes e retirando-se do mesmo para outro país que apresente taxas melhores de investimento, sem qualquer compromisso com a questão produtiva e econômica como geração de empregos, por exemplo. Empresas multinacionais também têm a possibilidade de investir e retirar-se à medida que outros mercados se mostram mais atrativos com mão de obra mais barata, maiores incentivos fiscais e até legislação ambiental menos rigorosa, visando sempre o acúmulo do lucro.

Uma das diferenças do VI PNPG em relação aos outros planos foi tida como um avanço político, e que, pela primeira vez, um PNPG foi parte do Plano Nacional de Educação (PNE) e que este, também ineditamente, passou a contemplar o ensino de Pós-Graduação em suas diretrizes (LENCIONI, 2013, p. 5-19).

A principal intenção do plano foi olhar e agir de forma sistêmica para os temas que trataram dos desafios emergidos e que se apresentaram de maneira crucial para a continuidade do crescimento econômico e social do país. O Plano elegeu temas e problemas específicos a serem tratados pela ciência nacional, criando uma Agência Nacional de Pesquisa com inserção inter e multidisciplinar, concentrada em temas prioritários e estratégicos nacionais nas áreas da saúde, da indústria, do meio ambiente, de energia e da agricultura (CAPES, 2016, p. 10). Mesmo visando contemplar as muitas demandas nacionais, tornou-se evidente que o plano teria sido estruturado com a intenção de atender à ideologia neoliberal de disputa global, buscando concorrer ou se igualar a países sócio e tecnologicamente mais avançados.

Mesmo que não possamos avaliar os efeitos do plano em vigor, a criação de novos cursos nas regiões norte, nordeste e centro oeste diminuiu a assimetria geográfica de cursos antes concentrados nas regiões sul e sudeste. Vemos também a formação de cursos com áreas de concentração adaptadas à regionalidade de onde estão inseridos e de cursos de mestrado profissional, que, no caso da Geografia até 2014, apresentam resultados ainda tímidos com os Programas da UNESP- PP e da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), na Bahia, em 2011 e 2013 respectivamente.

1.2. A Evolução Histórica dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil

A título de fazer um resgate histórico, a questão da Pós-Graduação em Geografia no Brasil, sobretudo o reconhecimento da titulação (Mestre e Doutor), fruto de processo de investigação e reconhecimento de maturidade científica, tem raízes que antecedem a criação dos programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. Este resgate é muito bem descrito na obra de Monteiro (1980), quando o autor faz ineditamente uma avaliação da produção científica da Geografia nacional entre os anos 1934 e 1977. Neste trabalho, o autor descreve a evolução do ensino e da institucionalização de órgãos importantes para o país, tal como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesta obra foram relatados eventos importantes de legitimação da Geografia brasileira, como a criação do Conselho Nacional de Geografia de 1937 (CNG - extinto na atualidade), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1934 (IBGE), e o surgimento e atuação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). O IBGE e a AGB produziram publicações importantes como a Revista Brasileira de Geografia (RGB) e os Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros, que foram fundamentais para divulgar o conteúdo científico produzidos pela Geografia Nacional, nos anos compreendidos entre 1934 e 1948, quando da gênese da Geografia científica brasileira (MONTEIRO, 1980, p. 10).

Como referência de ensino geográfico, o governo brasileiro adotou inicialmente o modelo europeu, trazendo para o país geógrafos franceses em ascensão. Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig foram os primeiros que iniciaram os cursos universitários, como comenta Suzuki (2013, p.9): "Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines foram dois geógrafos que muito contribuíram, cada um ao seu modo, com a incorporação da tradição francesa de fazer Geografia, de cujo caldo cultural se alimentam muitos geógrafos nos anos 1940, 1950 e 1960 [...]". Somente a partir de 1944 é que surgem os primeiros doutores em Geografia formados pela Universidade de São Paulo (IBIDEM, p. 155) e pela Universidade do Brasil, atual UFRJ. Assim, os primeiros Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil começaram a ser traçados.

Com dados até 2014 e coletados pela própria CAPES em sua *homepage* institucional, é possível identificar a implantação de todos os Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. Entre 1971 e 2014, o número de PPGG totalizou 54, como descreve cronologicamente o quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Instituição de Ensino Superior e ano de criação do Programa de Pós-Graduação em Geografia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/ ANO DE ABERTURA										
ANO	1971	1971	1972	1976	1977	1985	1985	1988	1988	1994
SIGLA	USP-GF/SP	USP-GH/SP	UFRJ/RJ	UFPE/PE	UNESP-RC/SP	UFSC/SC	UFS/SE	UNESP-PP/SP	UFMG/MG	UFBA/BA
ANO	1995	1995	1996	1996	1997	1998	1998	1998	1999	2000
SIGLA	UFG/GO	UECE/CE	UnB/DF	PUC/MG	UFU/MG	UEM/PR	UFRGS/RS	UFPR/PR	UFF/RJ	UFRN/RN
ANO	2001	2002	2002	2003	2003	2003	2003	2004	2005	2006
SIGLA	UEL/PR	UNICAMP/SP	UERJ/RJ	UFMT/MT	UFC/CE	UFES/ES	UFPB/PB	UFPA/PA	UEPG/PR	PUC SP
ANO	2006	2006	2006	2007	2007	2008	2008	2008	2008	2009
SIGLA	PUC RIO	UNIR/RO	UNIOESTE/PR	FURG/RS	UNICENTRO/PR	UFES/ES	UFGD/MS	UFMS/MS	UFG CATALÃO/GO	UFG JATAÍ/GO
ANO	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2012	2012	2012
SIGLA	UFJF/MG	UFPI/PI	UFRR/RJ	PP/SP - MESTRADO PROFIS	PP/SP - MESTRADO PROFIS	UFT/TO	UNIOESTE - MR/PR	UFAM/AM	UVA/CE	UFPEL/RS
ANO	2012	2013	2014	2014						
SIGLA	UEFS/BAPROFISIONAL	UFMT/MT-RONDOPOLIS	UFRRJ/RJ-Goytacazes	UFMT-AQUIDAUANA						

Fonte: www.capes.gov.br e *websites* dos PPGG identificados.

Após a reforma universitária de 1968, mais precisamente em 1971, a USP cria o primeiro programa de Pós-Graduação em Geografia, já com dois cursos: um na área da Geografia Física e outro de Geografia Humana. Em 1972, o terceiro curso é fundado na UFRJ e, até os anos 1980, o número de programas somava cinco: UFPE e UNESP Rio Claro. Apenas os dois primeiros programas tinham curso de doutorado. Esta fase corresponde aos moldes do I PNPG, cuja formação e implantação dos primeiros programas estavam voltados para a capacitação de novos pesquisadores e corpo docente para atender aos novos cursos, principalmente das instituições federais.

Na década seguinte, entre 1981 e 1990, o crescimento de programas de Pós-Graduação em Geografia é mais lento, totalizando quatro novos cursos: UFSC, UFSE, UNESP PP e UFMG. Este período está inserido no II e III PNPG, cujo esforço era voltado para a consolidação de sistemas de avaliação e qualidade que iam se instituindo com a CAPES assumindo o papel da Elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação¹², e a integração da Pós-Graduação ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e ao desenvolvimento econômico do país.

Já na década seguinte, entre 1991 e 2000, são 11 novos cursos: UECE, UFG Goiânia, UFBA, UnB, PUC Minas, UFU, UFPR, UEM, UFRGS, UFF, UFRN. Grande parte deles estava concentrada na região Sul-Sudeste, procurando atingir regiões que respondessem ao crescimento econômico e à busca pela autonomia nacional, sobretudo em regiões de produção agrícola e extração de matéria-prima para atender a demandas do mercado externo.

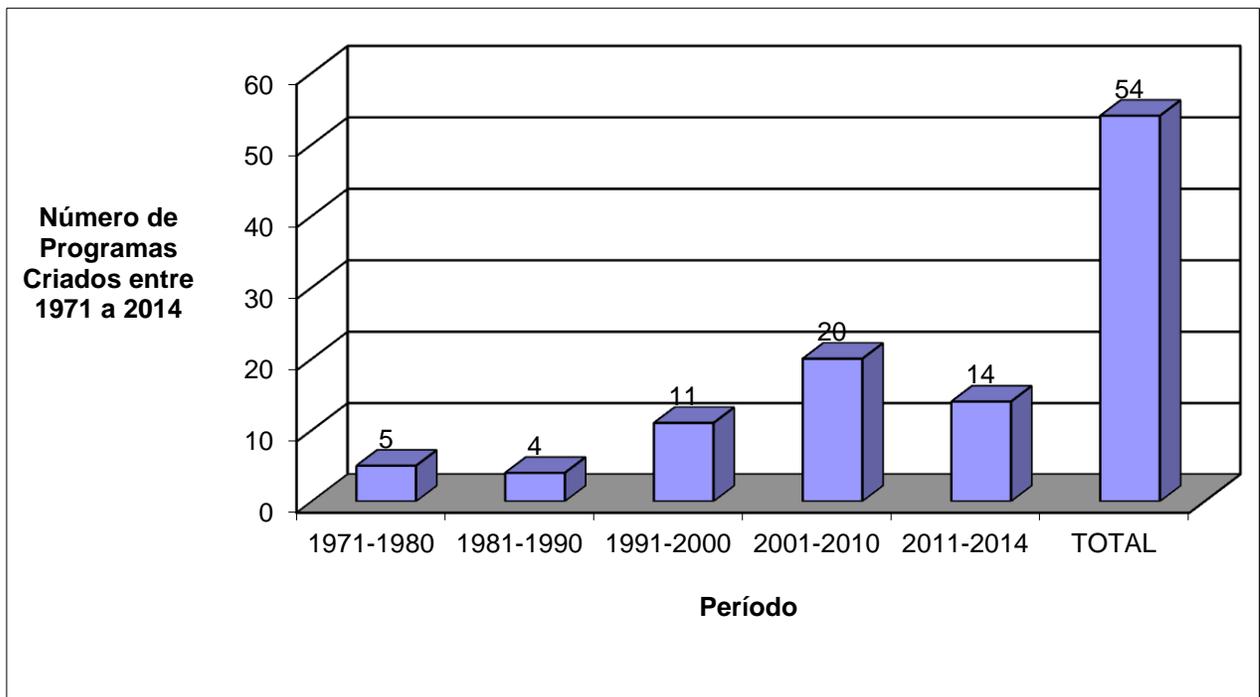
Porém, é na década seguinte, entre 2001 e 2010, que observamos o maior crescimento de programas de Pós-Graduação em Geografia, com a implantação de 20 novos cursos: UERJ, UFC, UFMT, UFPB, UFSM, UNICAMP, UEL, UFPA, UEPG, PUC SP, PUC RIO, UNIR, UNIOESTE/FB, FURG, UFES, UFMS, UFGD, UNICENTRO, UFG Catalão, UFG/Jataí. Este período compreende os IV e V PNPG, que agregavam as ações dos planos antecedentes, e foi quando a diminuição da assimetria Sul - Sudeste ocorreu: cursos em quase todas as regiões do país são implantados.

¹² <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>

Ainda reflexo do movimento causado pelos PNPGE anteriores, temos, nos primeiros anos de 2011 a 2014, um aumento significativo de programas, com 14 novos implantados: UFJF, UFPI, UFRR, UNESP-PP (dois na modalidade de mestrado profissional), UNIOESTE/PR, UFT, UFAM, UVA, UFPEL, UEFS (Profissional), UFMT - Rondonópolis, UFRRJ, e a UFMT- Aquidauana, totalizando 54 Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil.

É importante observar o surgimento dos mestrados profissionais, uma proposta contida nas ações do PNPGE 2011-2020, cuja intenção é capacitar recursos humanos para o setor privado, no qual a demanda para áreas de franco desenvolvimento econômico e social é grande, e para o setor público, nas áreas de Programas Sociais Nacionais¹³. O gráfico 1 mostra a evolução dos PPGG no Brasil:

Gráfico 1 - Criação de Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil entre os anos 1971 a 2014

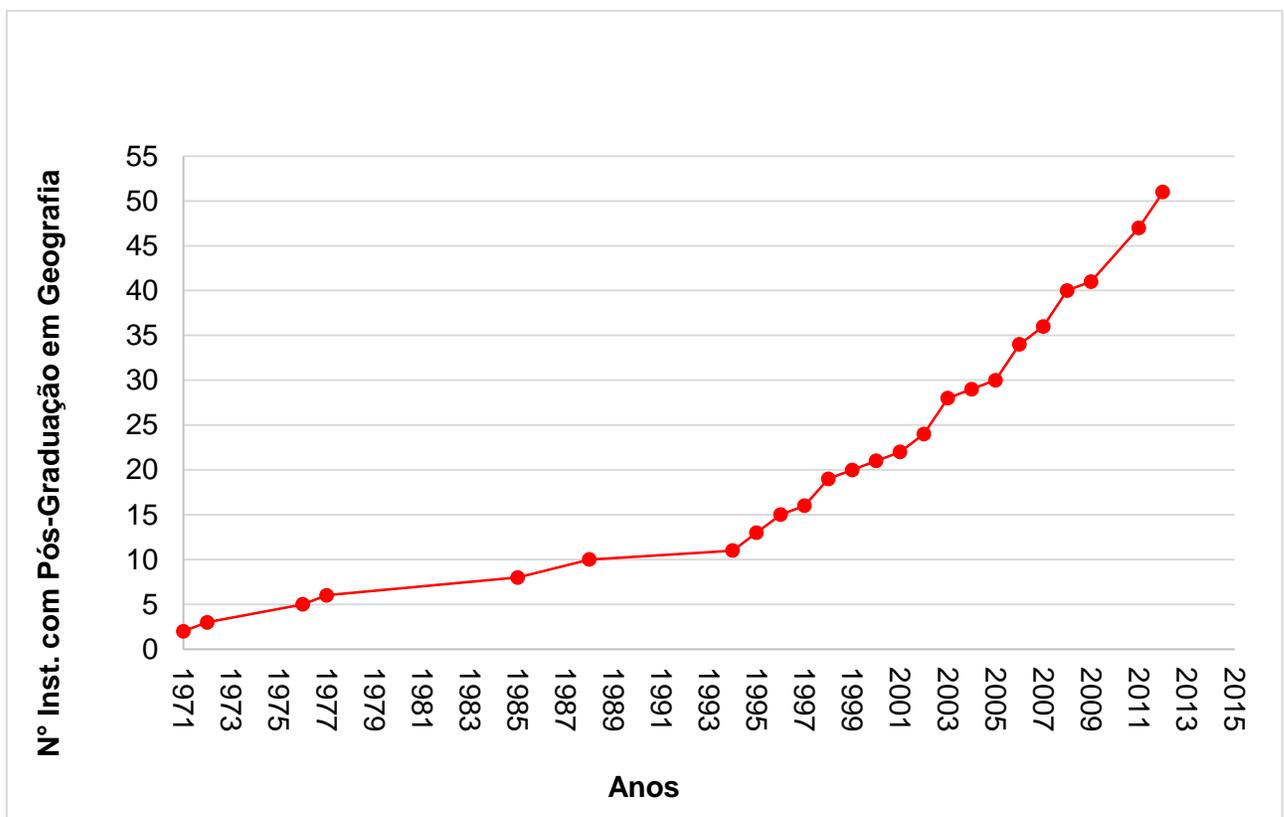


Fonte: www.capes.gov.br e *websites* dos PPGG identificados

¹³ BRASIL. CAPES, 2010, p. 18

A evolução da criação dos programas de Pós-Graduação em Geografia é ascendente nos períodos dos PNPGs IV, V e VI. No gráfico a seguir, é possível observar a evolução ano a ano:

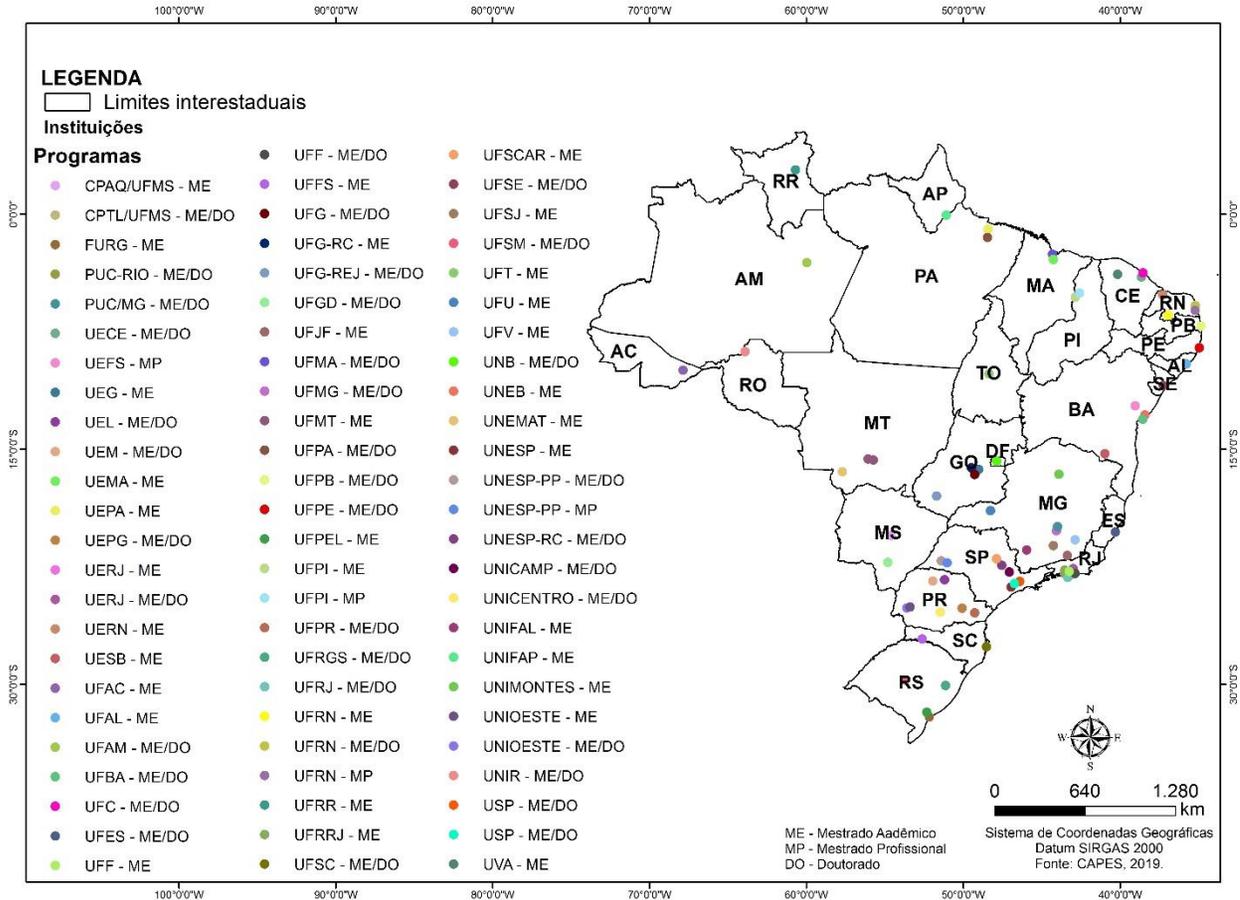
Gráfico 2 - Evolução do Número de Instituições com Pós-Graduação em Geografia
1971-2014



Nota: o autor

Até a conclusão deste trabalho de pesquisa o número de programas novos ainda cresceu, totalizando, em 2021, 77 PPGG. Todas as regiões do país contam com pelo menos um Programa de Pós-Graduação em Geografia, e apenas dois estados da federação estavam sem representação até 2019: o Acre e o Amapá. O mapa abaixo ilustra a distribuição dos PPGG pelo Brasil:

Mapa 1 - Distribuição dos Programas de Pós-Graduação em Geografia no país em 2019



Fonte: BRASIL (2019, p. 18)

Se, de forma sumária, pudermos relacionar algumas projeções baseando-se na proposta do PNPG 2011-2020, uma delas seria a tendência de Programas de Pós-Graduação em Geografia com linhas de pesquisa interdisciplinares e multidisciplinares, cujas áreas se combinem ou se completem para gerar conhecimento novo, de forma a responder às demandas locais complexas da nossa atualidade. Como exemplos, é possível mencionar o já citado mestrado profissional da UNESP PP, mas podemos também lembrar dos PPGG de UFMT- Campus Rondonópolis e o da UFMS - Campus Aquidauana, cujas linhas de pesquisas são voltadas para a gestão, o planejamento

territorial e a análise socioambiental, questões essenciais para a realidade produtiva destes estados.

A outra tendência corresponde ao fato de todas as regiões do Brasil terem ao menos um Programa de Pós-Graduação em Geografia, já caracterizando um avanço reconhecido e implicando em outras assimetrias, como o incentivo para intercâmbios nacionais e internacionais e que devem ser fomentados de maneira a contribuir para a descentralização, para a equalização e para a consolidação da produção qualitativa do conhecimento geográfico em território nacional. E é aqui que destacamos a importância fundamental da ação de aglutinação de propostas e articulação entre as instâncias governamentais de regulação, de avaliação e financiamento de pesquisas e a comunidade geográfica. Este papel, entendemos, é exercido com legitimidade pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Geografia - ANPEGE.

1.2.1- O Papel da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) e a consolidação a Pós-Graduação em Geografia

A Pós-Graduação em Geografia, apesar de seu início remeter à década de 1940, com contribuições pontuais já mencionadas neste trabalho, traça um paralelo com o empenho e o posicionamento de geógrafos respeitados em suas áreas para a consolidação da pesquisa científica geográfica (SILVA; DANTAS, 2005).

A criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia é um exemplo de esforços e de conquistas. Sua atuação é anterior à sua fundação oficial, conforme Gerardi relata: "Pode-se dizer, com certeza, que a história da ANPEGE começa muito antes de sua fundação oficial. Em 1984 [...] (2003. p.12)". Foi neste ano e durante o I Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, promovido pelo Instituto de Geografia da USP e a AGB, que se deram as primeiras discussões que culminariam no surgimento da ANPEGE. Apesar destes primeiros movimentos que contavam com alguns entraves políticos e burocráticos, sua criação foi debatida durante os eventos seguintes e, finalmente, se efetivou em 1993, durante o V Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, em Florianópolis-SC. Neste momento, o país já tinha um pouco mais de 20 programas de

Pós-Graduação em Geografia, porque já havia uma representação razoável de programas, pesquisadores, alunos e professores. Os desafios e as dificuldades a serem discutidos e superados eram em parte comuns e em parte específicos, mas aquele era o momento em que se fazia necessária uma articulação política que personificasse a voz das demandas da Pós-Graduação em Geografia em nível nacional e que esta se fizesse de interlocutora entre as instâncias governamentais, sobretudo as de fomento e de avaliação de programas em Pós-Graduação (SILVA; DANTAS. 2005, p.21-37).

Neste cenário é que surge, então, a ANPEGE. O primeiro presidente foi o Prof. Dr. Milton Santos, cujo prestígio foi fundamental para a legitimação da Associação: "A partir de então, até pelo prestígio pessoal do Professor Milton, a ANPEGE começa a ganhar visibilidade e os Programas começam a "[...] sentir a formação da corrente que os ligaria cada vez mais", assinala Gerard (2003, p 13-14). Assim, a ANPEGE começa a ser reconhecida como representante legítima dos Programas de Pós-graduação em Geografia, canal de interlocução e de consulta da CAPES para políticas e diretrizes para e sobre os referidos Programas de Pós-Graduação em Geografia.

Em ocasião do décimo ano de fundação da ANPEGE, um balanço sobre a atuação da associação realizado por Gerardi *et al* (2003), é apresentado na primeira publicação da Revista da ANPEGE. O artigo foi um registro histórico que descreveu a trajetória de lutas, derrotas e conquistas vividas naqueles primeiros anos, especialmente os processos de indicação de representantes de área para a CAPES e para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na atuação categórica contra o rebaixamento de programas e na avaliação induzida pelo produtivismo (CARLOS, 2003). Outras ações importantes foram e são, até a atualidade, realizadas pela ANPEGE, como a realização dos fóruns de coordenadores dos PPGGs, a criação da Revista Científica ANPEGE, e a realização do maior evento científico da Pós-Graduação em Geografia do país, o ENANPEGE - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia.

O artigo publicado por Texeira e Silva (2016, p. 91-124) pela Revista da ANPEGE analisou o contexto histórico de sua formação trazendo a apreciação de representantes de todas as gestões até 2014/2015. Em suas considerações finais as

autoras identificaram algumas críticas que merecem ser examinadas por este trabalho de pesquisa. A primeira trata da realização do ENANPEGE: ainda que alguns pesquisadores entendam a ANPEGE meramente como: "[...] uma associação frágil que vem perdendo sua função e se limitando a uma entidade que realiza um evento bianual" (TEIXEIRA, SILVA, 2016, p. 101-102), tal afirmação traz uma leitura menor do evento, que é o único a nível nacional que reúne toda a comunidade da Pós-Graduação em Geografia brasileira. Resumidamente, para o X ENANPEGE realizado em 2013, o número total de inscritos totalizou em 1.455, com a submissão de 1278 resumos, sendo que 947 trabalhos foram selecionados e apresentados. A estrutura do evento era composta por 10 mesas-redondas; 31 grupos de trabalho (GT); 04 Fórum de debates: o de estudantes, de Coordenadores de Programas, de Pesquisadores, e de Editores de Revistas; 02 Sessões de Pôsteres; Sessão de Lançamento de Livros, entre outras atividades que envolviam premiações e homenagens. Para a realização de um evento desta relevância e grandeza empreende-se um trabalho extenso e de envolvimento intenso da associação, dos PPGGs e da diretoria vigente. Em nossa interpretação, tal argumento não condiz com a importância do evento e com a dimensão alcançada na consolidação da Geografia científica brasileira.

A outra observação das autoras aborda a questão política em relação aos órgãos de fomento, pesquisa e avaliação: "Entretanto, mesmo a entidade não tendo força política suficiente para estabelecer prioridades e demandas junto aos órgãos de coordenação geral da Pós-Graduação (notadamente a CAPES) e de fomento (CAPES, CNPq e FAPs estaduais)"(TEIXEIRA, SILVA, 2016, p. 121), tal crítica retrata uma visão obtusa nas suas afirmações e ainda traz traços da época de sua criação, quando havia muita resistência por parte da AGB com receio que outra associação dividiria seus associados. A ANPEGE, em seus poucos mais de vinte anos de existência, construiu um caminho de legitimidade representativa. Até o advento da portaria de número 141¹⁴ da CAPES de 14 de Setembro de 2016, quando ocorre a mudança na escolha dos

¹⁴ CAPES, Ministério da Educação. < <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/coordenadores-de-area>> Acesso em: 21 jan. 2018.

coordenadores de área¹⁵, a ANPEGE foi chamada para as discussões sobre a política e o processo de avaliação dos cursos e sempre foi atendida quando consultada para a indicação de representante na CAPES para a área de Geografia, para representante no CNPq, para a comissão de avaliação de cursos sobre critérios de avaliação de programas e para indicação na composição de editores de periódicos científicos da área. Restringir a ANPEGE a uma associação 'frágil' e 'limitada' à realização de um evento é cegar-se ao mérito e à legitimidade garantidos por todos os atores envolvidos na questão da Pós-Graduação em Geografia brasileira, sejam estes alunos de Pós-Graduação, professores, coordenadores de programas de Pós-Graduação ou interlocutores das agências de fomento e avaliação.

1.3. A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA CIENTÍFICA BRASILEIRA

A construção da Geografia científica brasileira tem seu marco inicial, segundo o estudo pioneiro elaborado por Monteiro (1980), em 1934. O autor resgatou e analisou o início da produção científica da Geografia brasileira da metade da década de 1930 até o final da década de 1970. A análise criteriosa do autor estabelece períodos, buscando uma identidade e, ao mesmo tempo, realizando uma classificação que considerou a relação da Geografia brasileira com seus momentos históricos, políticos e culturais do país durante o período estudado.

Segundo o autor, a origem da Geografia científica brasileira se dá em 1934, no momento da instituição da Universidade de São Paulo, em seguida pela Universidade Federativa do Brasil, atual UFRJ, e pela fundação da AGB, todas articuladas pelo então professor francês Pierre Deffontaines. O universo do estudo é extenso e abrangeu desde as publicações dos ANAIS da AGB, que se iniciam em 1934; os artigos da Revista Brasileira de Geografia, editada pelo IBGE em 1939; e teses e dissertações defendidas a partir de 1944 na faculdade de Geografia da USP. Desta

¹⁵ Os coordenadores de área são consultores designados para, em um período de três anos, coordenar, planejar e executar as atividades das respectivas áreas junto à CAPES, incluindo aquelas relativas à avaliação dos programas de pós-graduação.

forma, o estudo foi dividido em três períodos distintos e consecutivos, e serão resumidamente descritos a seguir.

Monteiro (1980, p.9) denomina o período de 1934 a 1948 de período da implantação da Geografia científica. Este período é compreendido por forte ação política e tutelar do governo de Getúlio Vargas, com a criação do IBGE, em 1937, e do Conselho Nacional de Geografia (CNG), que designavam funções de apoio ao Estado no movimento de determinar as divisões territoriais do país. Somando-se a este caráter tutelar, a produção científica da Universidade Federativa do Brasil também subsidiava e refletia os desígnios políticos do Estado, e seus egressos tinham destino certo para preencher funções nos referidos órgãos. A USP, por sua vez, detinha um traço mais forte de formação acadêmica de geógrafos para o ensino secundário, de caráter mais acentuado para estudos e pesquisas, além da formação do corpo docente da instituição e de outras que surgirão em São Paulo¹⁶. A realização e o apoio a eventos e as ocorrências pontuais marcaram igualmente este período inicial, com destaque à realização do IX Congresso Brasileiro de Geografia em Florianópolis, em 1940; a criação da Revista *Geografia* (1935-36) e, logo em seguida, o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros* (1941-44), editado pela AGB; a Revista Brasileira de Geografia editada pelo IBGE e a chegada de professores geógrafos da França, dos Estados Unidos e da Alemanha, que semearam e estimularam o surgimento da Geografia científica brasileira. Frutos que seriam colhidos nos períodos seguintes.

O próximo momento, segundo Monteiro (1980), é compreendido pelos anos de 1948 a 1956, e marcado pela Cruzada Agebeana de Difusão Nacional. Neste período, a atuação da AGB se propaga para além do eixo Rio - São Paulo, e faz representações e eventos em outros estados brasileiros (Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná), com o propósito de disseminar conhecimento e fortalecer a união da jovem Geografia nacional. Esta fase também é marcada pelo retorno de vários professores estrangeiros a seus países de origem e, ao mesmo tempo, pelo movimento de vários geógrafos brasileiros bolsistas em países da Europa e dos Estados Unidos da América. Outro fato relevante neste período é a representatividade de trabalhos e

¹⁶ IBIDEM, 1980, p.11-15

pesquisadores brasileiros nas edições do Congresso Internacional de Geografia em Lisboa (1949) e, em Washington (1952), estabelecendo, além de um período de formação da Geografia nacional, o início de externalização da Geografia científica brasileira.

O último período da avaliação é subdividido em duas partes que o autor chamará de épocas. A primeira, compreendida entre os anos 1956 a 1968, é o início do governo de Juscelino Kubitschek, um governo marcado pelo desejo desenvolvimentista e que trará grandes transformações ao meio urbano, introduzindo novas perspectivas para a Geografia brasileira. A realização do XVII Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro, é um fato importantíssimo pela vinda de vários geógrafos pesquisadores internacionais que acabaram sendo contratados como professores universitários e consultores, e que contribuiram com suas pesquisas sobre diversos aspectos geográficos que vão de estudos sobre climatologia, estudos geomorfológicos a estudos afeitos à Geografia urbana: "Mas, uma das características mais acentuadas desse período seria aquela de substanciais mudanças paradigmáticas no estudo da "região" e da "cidade". À medida que se desenvolvia o esforço desenvolvimentista e o desencadeamento do processo industrial"(MONTEIRO, 1980, p. 20).

A segunda época, de 1968 a 1977, é tracejada por eventos significativos no país e que refletirão na comunidade geográfica em geral, e caracterizou-se, segundo Monteiro, como "A Caminho da Afirmação". O governo militar impunha mudanças restritivas tanto nas estruturas do ensino universitário como de ordem institucional, transformando o IBGE em fundação, subordinado ao recém-criado MINIPLAN (Ministério do Planejamento), e que traria efeitos negativos e positivos. Se, por um lado, o papel do geógrafo nas questões do planejamento territorial é dividido e subvalorizado por preferência aos economistas, por outro, a comunidade geográfica vê uma ampliação de atuação no mercado de trabalho. O período é marcado pela chamada 'revolução quantitativa' (CHRISTOFOLETTI, 1976), que conferiu ao IBGE as novas práticas de análise geográfica, agora em busca de dados quantitativos, e promovendo uma cisma na comunidade geográfica brasileira entre 'quantitativistas' e 'tradicionais'.

Outro marco importante neste período de análise é o florescimento da Pós-Graduação em Geografia pelo Brasil, através da regulamentação federal dos programas *stricto sensu*. A USP, embora tenha sido a primeira instituição de ensino superior a oferecer o curso de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, e sua primeira tese foi defendida no ano de 1944, passou por nova regulamentação em 1971, criando dois novos Programas: um em Geografia física e o outro em Geografia humana. Na sequência foi a criação do Programa da UFRJ em 1972, em seguida os da UFPE (1976) e da UNESP Rio Claro (1977).

Com o aumento da presença de estudantes, tanto em nível de graduação como de Pós-Graduação, surge, através da AGB, o 1º Encontro Nacional de Geógrafos - ENG (1972), como forma de compartilhar estudos e conhecimentos da Geografia universitária. O ENG, com mais de 30 anos de existência, continua sendo o evento de maior participação dos alunos de graduação até os dias atuais.

Assim, até o final da década de 1970 eram cinco programas no total. Com os anos da ditadura militar, a década de 1980 acrescentou apenas três novos programas, evidenciando um cenário de crescimento lento para a Pós-Graduação em geografia (SUERTEGARAY, 2003, p.18-32). Uma breve menção deve ser feita sobre este período da ditadura militar nos cursos de Geografia brasileiros. Foram anos de contenção do pensamento crítico, de práticas violentas de repressão e muitos geógrafos foram exilados. Contudo, se por um lado o período da ditadura militar representou uma fase negativa para a comunidade geográfica, por outro, os vários geógrafos exilados em países como a França e Inglaterra trouxeram em seu retorno o debate da Geografia crítica como método de investigação conduzido pela práxis marxista, o que ajudou na luta contra o governo ditatorial, bem como influenciou o ensino e a pesquisa geográfica até os dias atuais (REGO, CASTROGIOVANNI, KAERCHER, 2007, p. 39).

1.3.1 A PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Em outro estudo, realizado pelos professores Borzacchiello e Dantas (2005), estes relatam a avaliação da produção científica da Pós-Graduação em Geografia até 2004, na perspectiva das avaliações institucionais realizadas e disponibilizadas pela CAPES, quando os números de programa de mestrado somavam 29, e os de doutorado, 14. Segundo os autores, a razão deste estudo estava balizada na seguinte hipótese (p.21):

Nosso pressuposto básico parte da afirmativa de que o conhecimento do panorama geral da pós-graduação no país está calcado no senso comum, e de *per sí*, mapeia a distribuição dos cursos, contemplando, aqueles programas há muito consolidados que contam em seus corpos docentes, com professores de renome nacional e internacional.

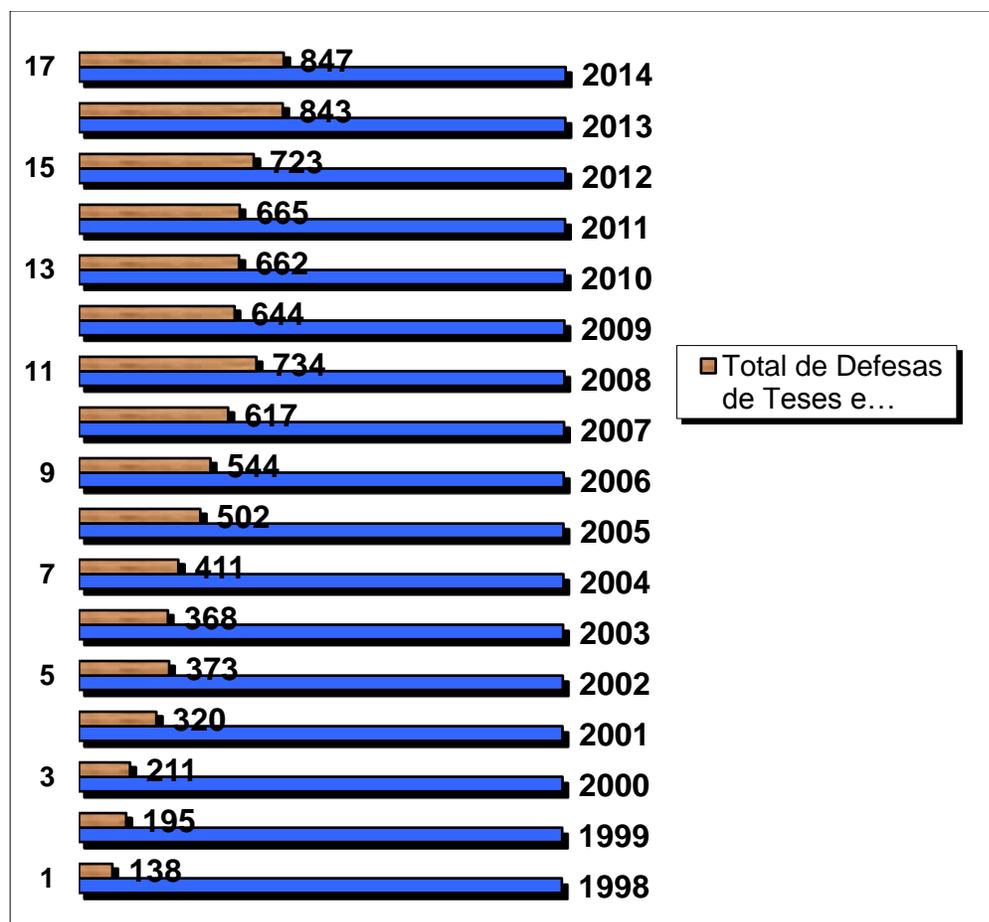
Tal afirmação se deparava com a realidade da Pós-Graduação em Geografia brasileira naquele momento: não havia estudos ou avaliações que não fossem da própria CAPES, no que se referia à distribuição no território nacional, as especificidades que contemplassem necessidades regionais e mesmo a uma unicidade entre os PPGG. Este estudo apontava a ausência de dados e avaliações da própria Pós-Graduação em Geografia, e indicava a forte centralização da produção científica nos programas já consolidados, bem como a ausência de estratégia política que pudesse nortear ações de consolidação e crescimento da pesquisa científica da Geografia nacional.¹⁷

Atualmente, a produção geográfica brasileira está alicerçada nos Programas de Pós-Graduação em Geografia do país, por meio dos resultados das pesquisas das Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado neles defendidos. Um dos objetivos desta pesquisa é analisar a evolução da Pós-Graduação em Geografia entre os anos de 1998 a 2014. O recorte temporal desta pesquisa, que compreende os anos de 1998 a 2014, justifica-se pelo aumento de 39 novos PPGGs e, conseqüentemente, pelo aumento na produção científica da Geografia nacional.

¹⁷ IBIDEM, p. 21-22

No período entre 1998 a 2008 foram produzidos 4.413 trabalhos de pesquisa entre dissertações de mestrado e teses de doutorado (Campo, 2010). O mapeamento realizado nesta pesquisa expandiu o recorte temporal para até 2014, e identificou que a produção científica geográfica brasileira cresceu 99,34% entre 2008 e 2014, totalizando 8.797 trabalhos defendidos até este período, como demonstra o gráfico 3, elaborado a partir de dados coletados nos *websites* dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e do Portal da Capes:

Gráfico 3 - Total de Defesas de Teses e Dissertações de 1998 a 2014



Nota: o autor

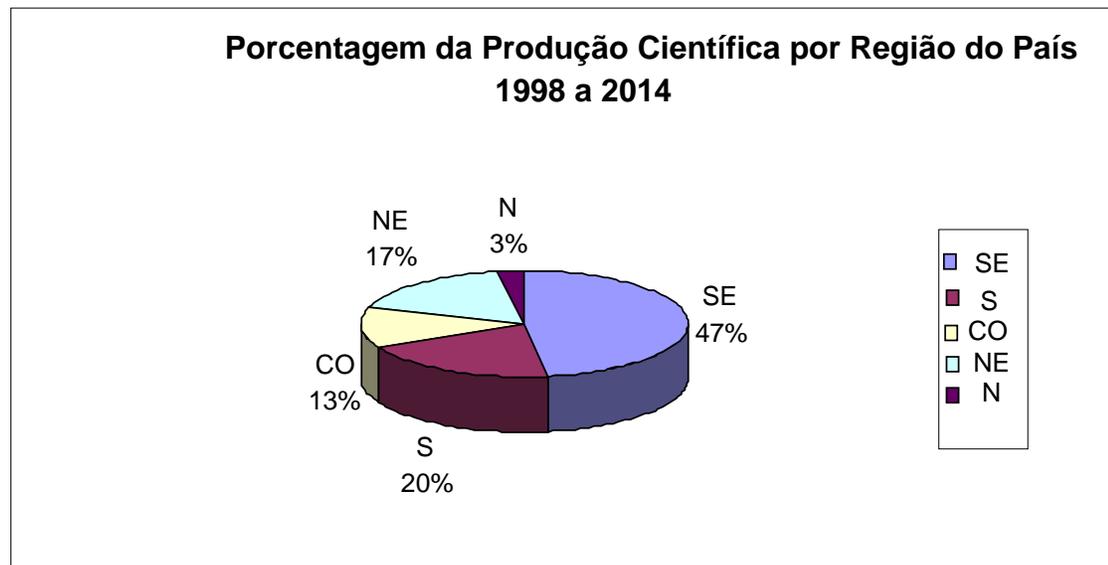
Sendo assim, é possível inferir que a produção acadêmica relacionada à Geografia foi ganhando, gradualmente, ao longo dos anos, mais e mais aprofundamento com o crescimento de pesquisas de Pós-Graduação na área. Também é possível analisar a produção científica do país por meio das regiões e da representatividade em porcentagem do que é produzido em Geografia nas pós-graduações das Universidades do país, como ilustram o Gráficos 4 e 5:

Gráfico 4 - Total de Defesas de Teses e Dissertações por Região do país - 1998 a 2014



Nota: o autor.

Gráfico 5 - Porcentagem da Produção Científica por Região do País



Nota: o autor

Aqui podemos observar que a região com maior produção científica é a sudeste, com o total de 4.205 trabalhos, que representam 47% da produção total do país. A alta produtividade explica-se por ser a região com maior número de PPGG e também a pioneira em Programas de Pós-Graduação no Brasil. Em seguida tem-se a região sul, com 1.727 trabalhos e representa 20% da produção. Logo em seguida temos a região nordeste, com 1.509 trabalhos e 17% da produção científica nacional. A região centro-oeste totalizou 1.107 pesquisas com 13% e por fim a região norte, com 249 trabalhos e porcentagem de 3% do total da produção científica do país. A baixa produção científica da região norte pode ser justificada pelo menor número de PPGG, possuindo quatro programas que foram criados a partir do ano 2004 (UFPA/PA, UNIR/RO, UFAM/AM e UFRR/RR). Já a região nordeste apresenta maior produção depois da região sul, fato que poderíamos atribuir à presença de PPGG consolidados (UFPE/PE, UFS/SE, UFBA/BA, UECE/CE), e cuja criação correspondem às décadas de 1970, 1980 e 1990, respectivamente. Na região centro-oeste, os primeiros PPGG começaram ser criados na década de 1990, e até o ano 2000 a região tinha somente dois programas (UFG/GO, UnB/DF), justificando sua produção científica menor.

Contudo, observamos que nesta região do país, a partir dos anos 2000, foram criados oito novos PPGG (ver quadro 1) e isto traz uma perspectiva de aumento substancial na produção científica da região e deixa visível a diminuição da assimetria regional, reflexos da implementação das diretrizes contidas nos IV e V PNPGs .

A Geografia científica brasileira e sua crescente produção acadêmica, como vimos anteriormente, encontram-se relacionadas diretamente a políticas públicas de ensino para a Pós-Graduação. Os seis PNPG aqui analisados imprimiram um ritmo progressivo na criação de novos programas e em sua difusão pelo território nacional. Com isso, surge a possibilidade de investigação em temáticas inovadoras e outras ainda pouco abordadas, como, por exemplo, a Cultura, o Turismo e o Patrimônio Cultural. Estas, aliás, são temáticas que serão tratadas a seguir.

CAPÍTULO 2. GEOGRAFIA, CULTURA E TURISMO

Em *As cidades invisíveis*, livro de Ítalo Calvino, o viajante Marco Polo, um emissário diplomático do imperador Kublai Khan, descreve, uma após a outra, as 55 cidades que encontra pelo caminho. Enquanto prossegue, ele narra as singularidades de cada uma delas, relacionando as cidades a alguma característica que as definem: a memória, o desejo, os símbolos, as trocas, os olhos, os mortos, o céu, a morte, cidades delgadas, cidades contínuas e cidades ocultas. Assim, traçando numa Geografia imaginária os perfis dos lugares visitados, a riqueza dos detalhes descritos nos leva a imaginar como seria estar e conhecer tais cidades. Tomemos aqui como exemplo delas, Dorotéia e Tamara. A primeira encontra-se no subtítulo *as cidades e o desejo*, e o viajante é guiado por um morador, um cameleiro que o auxilia na descrição: é uma cidade de nove bairros e nela os intercâmbios de bairros e mercadorias se dão por meio das uniões (CALVINO, 1990, p 13):

(...) levando-se em conta que as moças núbéis se casam com jovens de outros bairros e que suas famílias trocam as mercadorias exclusivas que possuem: bergamotas, ovas de estrujão, astrolábios, ametistas, fazer cálculos a partir desses dados até obter todas as informações a respeito da cidade no passado no presente.

É o desejo da união entre as moças núbéis de um bairro e dos rapazes de outro que estabelecem tais trocas. Assim, é por meio do desejo que todas as relações da cidade acontecem.

Em outro momento, o cameleiro conta que chegou à cidade ainda jovem, com o olhar acostumado às poucas cores do deserto, quando se deparou com a cidade de Dorotéia, toda colorida. A cidade de Dorotéia é permeada pela ideia de uma Geografia visivelmente humana, ou seja, marcada pela relação do ser humano com o meio, numa interação em que a ação humana produz o espaço.

Em Tamara, uma das cidades do subtítulo de *as cidades e os símbolos*, há uma relação diferente. Observemos uma parte da descrição:

Penetra-se por ruas cheias de placas que pendem das paredes. Os olhos não veem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas: o torquês indica a casa do tira-dentes; o jarro, a taberna; as alabardas, o corpo de guarda; a balança, a quitanda. (p. 17).

Desta forma, os símbolos distraem o viajante com a intenção de não deixá-lo interagir com a cidade. É ela quem determina em que se vai pensar, e assim, terminar a visita apenas registrando os nomes com os quais suas partes se definem. Em oposição a Dorotéia, em Tamara percebe-se a total ausência de relações humanas: não há pessoas e nem palavras, só símbolos. É detalhada tal qual uma Geografia descritiva onde o que se vê é estático e sem interação.

O exemplo do livro *As Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino, pode nos permitir, por meio de uma analogia, estabelecer uma conexão entre a Geografia imaginada de Calvino e os novos paradigmas da Geografia do século XX. Conforme aqui apresentado, em Calvino, essa Geografia se apresenta também nas duas cidades: analogicamente observando, Tamara representa a Geografia analítica, positivista, na qual a natureza está no centro do relato, e de forma quase somente descritiva, enquanto em Dorotéia, a representação aproxima-se mais de uma Geografia humana ou mais acolhedora das subjetividades, o homem se estabelece como protagonista do espaço geográfico.

Assim, as duas cidades representam também a mudança paradigmática pela qual a Geografia passou: de certa forma, é como se Tamara passasse a coexistir com Dorotéia, transformadas numa única cidade. Assim, a Geografia passa a ir além da preocupação estrita com o arranjo espacial, considerando a interação homem-meio “[...] uma interpretação dinâmica da realidade”(CONTI, S/A). Ao longo do século XX, a ciência geográfica viveu grandes transformações em razão da quebra de paradigmas epistemológicos, que provocaram um profundo movimento de renovação em seus postulados científicos. Novas abordagens investigativas se inseriram na construção deste novo momento da Geografia, tratamento como de temas culturais e a investigação do Turismo como fenômeno socioespacial.

O movimento de renovação na Geografia já havia começado a ganhar mais força a partir da década de 1950, com a ruptura da chamada Geografia tradicional. A

Geografia era até então reconhecida como a ciência da descrição da Terra e detinha um caráter metodológico indutivo e descritivo, voltada, sobretudo, para a materialidade do visível, do observável, além de ser conclusiva, ou seja: "uma ciência descritiva, empírica e de síntese" (GODOY, 2010, p. 155). Com isso, a Geografia tradicional foi considerada antiquada e desatualizada, surgindo então a Geografia pragmática, teórica e quantitativa. Naturalmente, essa corrente trouxe novas características ao pensamento geográfico, tais como o caráter matemático-explicativo dos resultados de pesquisa, a aplicação de modelos e a previsibilidade dos resultados, que se fiava na ânsia por resoluções precisas e comparáveis, de cunho funcionalista e utilitarista¹⁸. Foi assim, por exemplo, que a Geografia atendeu às novas demandas de informação dos países no pós-guerra, e que buscavam respostas que explicassem as transformações do espaço geográfico. Com números e estatísticas, tornou-se possível mapeá-lo de forma mais precisa, muito além das descrições do momento anterior. Também, e como exemplo, é parte desse novo paradigma da Geografia a resignificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já objeto de estudo no capítulo anterior deste trabalho, e que foi criado na década de 1930.

Embora este novo modelo tivesse grande aceitação em parte da comunidade científica geográfica, surgiram severas críticas, dentre elas se apontava o fato de que tal vertente desprezaria particularidades à medida que tratava os resultados como sendo homogêneos e se expressariam de forma utilitarista, a serviço do desenvolvimento de monopólios capitalistas, como adverte Moraes (p.40):

Assim, são interesses claros os que ela defende: a maximização dos lucros, a ampliação da acumulação de capital, enfim, a manutenção da exploração do trabalho. Nesse sentido, mascara as contradições sociais, legitima a ação do capital sobre o espaço terrestre."

Em seu argumento, o autor alerta para o fato de que os números poderiam facilmente ser manipulados e ter outras interpretações que trariam uma realidade enviesada e fabricada por servir, principalmente, a interesses econômicos e políticos, tornando a Geografia útil a quem detinha o poder.

¹⁸ GODOY, 2010b, p.153

Em oposição aos pressupostos da Geografia Teorética Quantitativa, emerge a vertente mais radical do pensamento geográfico: a Geografia crítica. O fundamento crítico se manifestou por seu tom denunciante da ordem construída, pela luta por justiça sociais e pela atenção à produção social do espaço (HARVEY, 2005). Eram estas as ideias que faziam resistência à lógica capitalista que produzia e reproduzia no espaço as desigualdades sociais, culturais e econômicas.

A crise deixou à mostra a fragilidade epistemológica da ciência geográfica, que foi ocasionada pela ineficácia de métodos e pela obsolescência da técnica. A Geografia Renovada¹⁹ abriu novos caminhos em relação ao objeto de estudo, conforme explica Moraes (1994, p. 6):

A Geografia Renovada não se prende a uma visão tão estanque da divisão das ciências, não coloca barreiras tão rígidas entre as disciplinas, logo, não possui uma necessidade tão premente de formular uma definição formal do objeto. A Geografia Renovada busca sua legitimidade na operacionalidade (para o planejamento) ou na relevância social de seus estudos.

Desta forma, o novo paradigma da Geografia surgiu em meio às mudanças sociais que aconteceram em reação ao modo de produção de acumulação capitalista para a produção monopolista. Assim, foi necessário pensar criticamente em relação à interpretação do objeto, do método e do significado da Geografia frente à realidade vigente²⁰, momento de abertura do olhar geográfico. Para o novo momento histórico e social que se desenhava então, a Geografia descritiva não bastaria: era preciso reinventar o olhar frente à produção do espaço geográfico, agora reconhecendo a indissociabilidade entre espaço e sociedade.

Neste contexto dinâmico, outra vertente associada à abordagem cultural também se fortalece. A cultura, que já havia sido uma dimensão importante da Geografia tradicional francesa no início do século, volta a ser objeto de interesse da Geografia, reconhecendo, então, a dimensão política das práticas culturais: a cultura

¹⁹ Aqui Moraes se refere à Geografia Crítica, corrente geográfica estruturada pelo método marxista do materialismo histórico e dialético que fez críticas severas à Nova geografia Teorética e Quantitativa, e ao positivismo descritivo da geografia Funcionalista francesa.

²⁰ MORAES, 1994b, p.34

começa a ser entendida como reflexo, meio e condição de existência e de reprodução, inclusive espacial (CORRÊA, 1995). Assim, a Geografia Cultural renova-se, e a área que era até então considerada como um subdomínio da Geografia humana, segundo Claval (2002, p.20), equipara-se ao estágio da Geografia econômica e da Geografia política, sendo chamada de Nova Geografia Cultural. Sua principal contribuição foi a abordagem cultural dada ao espaço: as questões culturais são pensadas geograficamente e as questões geográficas são também abordadas no âmbito cultural (WAGNER, 2002).

As relações sociais com o espaço começam a serem pensadas a partir da concepção de cultura como razão da (re)produção espacial e criadora de novas relações socioespaciais. Um exemplo disso é o Pelourinho, em Salvador, na Bahia: a cultura foi capaz de ressignificar o local que, no passado, era utilizado como espaço para punição dos escravos. Atualmente, o lugar é um dos representantes da cultura afro-brasileira na Bahia, com as rodas de capoeira, a música do Olodum e as comidas típicas. E estas representações simbólicas associadas à identidade cultural favoreceram a valorização turística deste centro histórico (SOTRATTI, 2010).

Assim, a título de verificar a ocorrência das pesquisas sobre a cultura na Geografia brasileira, o presente trabalho de pesquisa mapeou, a partir da produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Geografia, as Teses de Doutorado e as Dissertações de Mestrados que versaram sobre a cultura material e imaterial e identificou o total de 280 trabalhos, no período de 1998 a 2014. O quadro 2 mostra como, quantitativamente, eles estão distribuídos regionalmente:

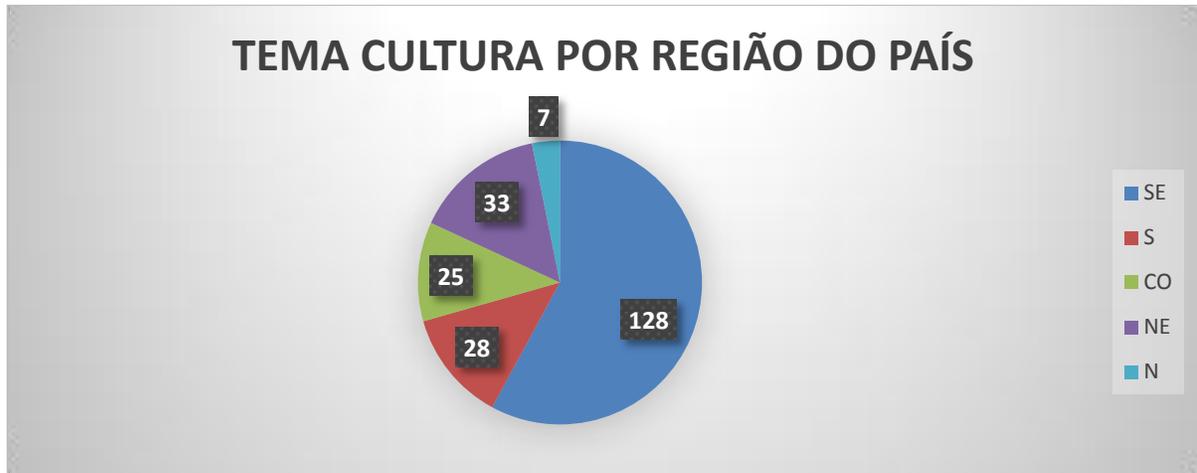
Quadro 2 - Total de trabalhos defendidos entre os anos de 1998 a 2014 sobre a temática da Cultura por região do país.

Região	Programa de Pós-Graduação em Geografia							
Sudeste	USP-GF/SP	UERJ/RJ	UNESP-RC/SP	UNESP-PP/SP	UFMG/MG	PUC/MG	UFU/MG	UFF/RJ
Nr. de trabalho	40	12	17	16	7	0	11	25
Sudeste	UFRJ/RJ	UNICAMP	PUC SP	PUC RIO	UFES	UNIMONTE	TOTAL	
Nr. de trabalho	15	5	3	0	2	0	153	
Sul	UFSC/SC	FURG	UFPR/PR	UEM/PR	UFRGS/RS	UFSM	UEL	UEPG
Nr. de trabalho	2	3	9	2	17	6	2	2
Sul	UNIOESTE /PR	TOTAL						
Nr. de trabalho	1	44						
Nordeste	UFPE/PE	UFS/SE	UECE/CE	UFBA/BA	UFC/CE	UFPB	UFRN	UVA-CE
Nr. de trabalho	5	8	7	11	5	3	4	0
Nordeste	TOTAL							
Nr. de trabalho	43							
Centro-oeste	UFG/GO	UNB/DF	UFMT	UFMS	UFGD	UNICENTRO	TOTAL	
Nr. de trabalho	18	8	2	1	1	0	30	
Norte	UFAM	UNIR	UFT	UFPA	TOTAL			
Nr. de trabalho	3	6	0	1	10			

Nota: o autor

De uma perspectiva percentual, o gráfico 6 pode revelar como se distribuiu regionalmente os trabalhos entre os PPGGs brasileiros no período:

Gráfico 6 - Distribuição de trabalhos defendidos sobre o tema Cultura por região do país entre os anos de 1998 a 2014



Nota: o autor

Observamos que a região sudeste é aquela que tem a maior representatividade de trabalhos no tema, contabilizando 58% dos trabalhos acadêmicos e a região nordeste com 15%, seguidos pelas regiões sul com 13%. As regiões centro-oeste e norte apresentam 11% e 4% respectivamente. Embora esta distribuição reflita a porcentagem regional da produção brasileira (ver Gráfico 5), estes dados também sinalizam tendências importantes de conteúdos produzidos nas pesquisas.

O tema Cultura apresentou a segunda maior incidência em nossa classificação, com 280 trabalhos como já mencionamos anteriormente, indicando que a abordagem geográfica da cultura é presente em todas as regiões do país e que é significativa no âmbito da pesquisa geográfica brasileira, como já afirmou Cruz (2012, p.96) sobre a dimensão espacial do Patrimônio Cultural:

Todo “patrimônio cultural” é gestado no processo conflituoso e contraditório de produção do espaço e se a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade, o meio também o é. Não há sociedade a-espacial; portanto, também não há cultura a-espacial.

Já o Turismo, que apresenta a maior incidência da classificação realizada por este trabalho de pesquisa, e que discorreremos a seguir, caracteriza-se por ser um fenômeno socioespacial, fortalecido por práticas culturais e intensificado pelos processos de globalização que tem no espaço geográfico sua condição de existência, conforme nos indica Cruz: "[...] o Turismo é a única prática social que consome elementarmente espaço"²¹, o que Sales (2010, p.279) reforça:

O turismo como atividade dinâmica representa um agente que interfere na construção do espaço geográfico, estando ligado com o objeto de estudo da geografia (relação sociedade–natureza), além de estar intrinsecamente conectado à categoria espaço geográfico, pois alguns elementos conceituais como a paisagem, território e lugar são usados como produtos ou atrativos para a realização da atividade turística.

Os autores referem-se ao fato de que, para que a atividade turística ocorra, é necessária a utilização do espaço geográfico em todas as suas dimensões físicas, que são locais, regionais e globais; em suas categorias espaciais, lugar, paisagem, região, território e com implicações políticas, econômicas, culturais e sociais; ou seja, em todas as suas dimensões.

Em seguida, a Nova Geografia Cultural, segundo Crang (2014, p.67), tem se dedicado mais intensamente aos estudos que abordam a análise cultural da (re)produção do espaço pelo Turismo enquanto um fenômeno que modela, inventa, cria e recria lugares, trazendo grandes contribuições para consolidar a abordagem geográfica do turismo.

2.1 - A Abordagem Geográfica sobre o Turismo: um recorte a partir da produção brasileira de Teses e Dissertações – 1998-2014

A abordagem geográfica do Turismo busca investigar o fenômeno socioespacial tomando as ferramentas teórico-conceituais da Geografia. Desse modo, os conceitos, os métodos e as técnicas do conhecimento geográfico são utilizados para realizar a análise da dimensão espacial da atividade turística.

²¹ IBID, 2001, p.7

O interesse em investigar o Turismo por parte da Geografia intensifica-se, num primeiro momento, a partir do aumento dessa atividade, proporcionado pelo desenvolvimento econômico do pós-guerra nos países da América do Norte e da Europa (BARRETTO, 1998). Mike Crang²², que analisou a questão do crescimento da atividade turística em anos mais recentes afirma que tal interesse aumentou por causa dos efeitos trazidos pelo fenômeno da globalização, tais como: a expansão da mobilidade entre fronteiras e o aumento da divulgação de destinos turísticos por meio de revistas especializadas e pelo acesso à internet. O autor declara que o Turismo representa uma dimensão significativa da vida global atual e deve ser estudado e compreendido para além de sua importância social e econômica: "to become a significant component of the contemporary lifestyle" para vir a ser um componente significativo do estilo de vida contemporâneo".

Todo esse conjunto de movimentação de pessoas, de produção de espaços específicos e sua correspondente importância econômica trazem transformações significativas ao espaço geográfico e instigam os geógrafos a estudá-lo com maior propriedade. A abrangência da investigação geográfica do Turismo vai além das informações cartográficas ou de levantamentos que contribuíram para a realização de inventários turísticos no passado. Ainda segundo Crang (2001), na atualidade os geógrafos que se dedicam à abordagem do Turismo estão mais centrados nas análises de sua natureza espacial. Nesse sentido, podemos buscar, na perspectiva de Santos (2006, p.38), subsídios para interpretar a relação entre Turismo e Geografia. Para o autor, o espaço geográfico é formado por um sistema de objetos e de ações interativas e indissociáveis, cujos elementos são nomeados de fixos e fluxos, conforme ele nos explica:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.

²² IBID, 2001, p. 6-7

Pensando no Turismo, pode-se inferir que os fixos são objetos que amparam a atividade turística de forma material, quer seja um hotel, um museu ou um aeroporto, que são, por sua vez, objetos estáticos. Há os objetos fixos não estáticos, como os meios de transporte, que são materiais, embora sejam móveis. E, por fim, há os fluxos, que são ações que se concretizam nos objetos fixos como, por exemplo, políticas públicas para o Turismo, os serviços turísticos e o sistema de comercialização turística.

Ao analisar a abordagem geográfica do Turismo, observa-se também, a partir da análise de T e D ²³ desta presente pesquisa, que o conhecimento desse fenômeno foi construído refletindo o momento vivido pela ciência geográfica. No mesmo sentido, Castro (2006, p.292) considera, em sua tese de doutorado:

Em nível epistemológico, a produção do conhecimento da abordagem geográfica do turismo fundamenta-se em três movimentos de constituição da Ciência Geográfica, ou seja, do pensamento clássico ao moderno e desse as várias influências filosóficas que marcaram o século XX. A partir de 1950, essas influências filosóficas são reconhecidas como abordagem Pragmática, Humanista (incluindo a Percepção), Cultural e Crítica.

Assim, a autora afirma que foram várias as influências experimentadas pela abordagem geográfica do Turismo, uma vez que esta sempre esteve atrelada às correntes de pensamento de sua época. Conforme referido na citação, algumas destas são fundamentadas no pensamento clássico e moderno, bem como nas abordagens pragmática e crítica, dentre outras.

O estudo realizado por Castro analisou a produção científica brasileira da Geografia e a interseção desta com o Turismo em 162 dissertações de mestrado e teses de doutorado, entre os anos de 1975 e 2005, nos programas de Pós-Graduação da USP, UFRJ, UFC e UFRGS. Esse estudo teve como um de seus objetivos construir subsídios para a abordagem geográfica do Turismo na formação do geógrafo nas instituições de ensino brasileiras.

Outra pesquisa mais recente, realizada por Albach (2010) em seu mestrado, trouxe um panorama das pesquisas sobre Turismo nos mestrados dos Programas de Pós-Graduação brasileiros. A pesquisadora analisou 41 mestrados, recolheu dados

²³ T e D Teses e Dissertações .

bibliométricos da produção por Programa e os agrupou por regiões, além de realizar entrevistas com pesquisadores da área no programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR. Dentre os vários objetivos desse estudo, tem-se o de discutir a presença da abordagem do Turismo nos programas de Pós-Graduação em Geografia com Mestrados defendidos entre 2002 a 2009. Detectou-se que havia mais de 90 professores e alunos que pesquisaram, escreveram livros e artigos sobre a temática, levando a autora a afirmar que a área do Turismo poderia constituir-se como uma subdisciplina da Ciência Geográfica, ou seja, como um campo de investigação particular em construção para uma Geografia do Turismo no Brasil.²⁴

A presente pesquisa identificou, nos 54 programas de Pós-Graduação em Geografia, um total de 388 T e D defendidos com a abordagem da temática do Turismo e em todas as apresentações de tipologias definidas como turismo cultural, turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo de massa, turismo urbano, turismo de natureza, turismo de negócios, turismo de eventos e com as palavras-chave turismo, atividade turística, planejamento turístico, gestão turística, pólo turístico, região turística, circuito turístico e roteiro turístico. Sobre os resultados ora citados, observa-se que as pesquisas sobre o assunto cresceram para mais de 100% dentre os identificados até 2014 em relação ao que apontou o estudo de Castro (2006) para o período de até 2005. A diferença na quantidade de trabalhos que versam sobre a temática entre 2005 e 2014 é de 226 novas pesquisas, confirmando o crescente interesse na investigação da temática na ciência geográfica brasileira.

Para obtermos uma perspectiva da origem desses trabalhos, segmentamos os resultados por região do Brasil, durante o período da pesquisa, identificando os PPGG e suas respectivas produções, como demonstra o quadro 3 abaixo:

²⁴ Há autores que consideram a terminologia abordagem geográfica do turismo, como o caso de Castro, enquanto outros preferem se referir à Geografia do turismo, como Albach (2010) e Cruz (2003). Uma vez que não há consenso, este trabalho optou por apresentar ao leitor as duas terminologias, como apresentadas pelos autores.

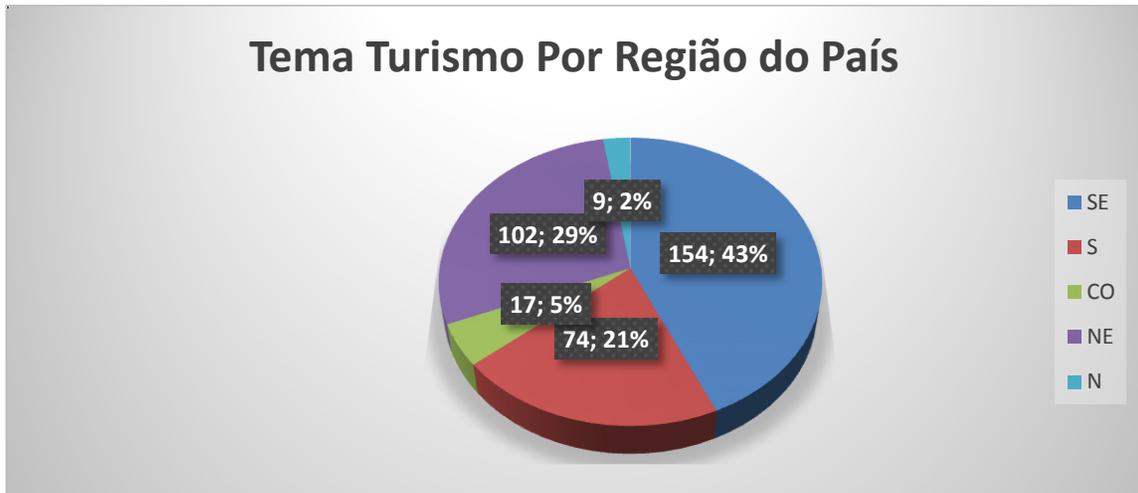
Quadro 3 - Total de trabalhos defendidos entre os anos de 1998 a 2014 sobre a temática do Turismo, por região do país

Região	Programa de Pós-Graduação em Geografia							
Sudeste	USP-GF/SP	UERJ/RJ	UNESP-RC/SP	UNESP-PP/SP	UFMG/MG	PUC/MG	UFU/MG	UFF/RJ
Nr. de trabalho	46	4	21	8	25	8	17	8
Sudeste	UFRJ/RJ	UNICAMP	PUC SP	PUC RIO	UFES	UNIMONTE	TOTAL	
Nr. de trabalho	10	6	0	0	1	0	154	
Nordeste	UFPE/PE	UFS/SE	UECE/CE	UFBA/BA	UFC/CE	UFPB	UFRN	UVA-CE
Nr. de trabalho	23	13	17	13	16	3	17	0
Nordeste	TOTAL							
Nr. de trabalho	102							
Sul	UFSC/SC	FURG	UFPR/PR	UEM/PR	UFRGS/RS	UFMS	UEL	UEPG
Nr. de trabalho	11	0	29	6	8	5	9	5
Sul	UNIOESTE/PR	TOTAL						
Nr. de trabalho	1	74						
Centro-oeste	UFG/GO	UNB/DF	UFMT	UFMS	UFGD	UNICENTRO	TOTAL	
Nr. de trabalho	11	12	17	1	3	0	44	
Norte	UFAM	UNIR	UFT	UFPA	TOTAL			
Nr. de trabalho	0	2	0	12	14			

Nota: o autor

Já em relação à temática do Turismo, identificado por região, apresentamos o gráfico 7, elaborado nesta pesquisa para subsidiar a análise aqui proposta.

Gráfico 7 - Distribuição de trabalhos defendidos sobre o tema Turismo por região entre os anos de 1998 a 2014



Nota: o autor

Observando o gráfico, é possível perceber que a região sudeste é a mais produtiva, possui um total de 154 trabalhos no período. Em comparação com as outras regiões, o número é elevado, o que se justifica pelo fato de o Sudeste ser a região onde estão 13 PPGG, inclusive os mais antigos do país, e em que a tradição e a experiência em pesquisa já estavam consolidadas. Os PPGG da USP e UFMG são os mais produtivos na área temática, com 46 e 25 trabalhos, respectivamente. Apesar de estarem nesta região, os PPGG da PUC SP, PUC Rio tiveram representatividade nula, e a UFES apresentou um trabalho durante o período analisado, o que pode ser justificado pelo recente surgimento desses Programas.

Em seguida, tem-se a região nordeste, segunda mais produtiva do país com 102 trabalhos dentro da temática. A região possui representação de PPGG menor do que aquela da região sudeste, com exatos oito programas de Pós-Graduação em Geografia. A explicação pode ser amparada no fato de a região nordeste ter maior número de destinos turísticos e especialmente os de sol e mar, objeto de investimentos

de políticas públicas estaduais, nacionais e auxílios internacionais, que se iniciaram na década de 90, num momento em que o Estado se mobilizava para fomentar políticas públicas e financiamento para o desenvolvimento da região através da atividade turística, como explica Cruz (2005, p.30):

Grandes programas de governo gestados nos anos 90, como é o caso do PRODETUR-NE,²⁵ das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, do PNMT²⁶ e do PROECOTUR²⁷, são expressões materiais do crescente papel indutor do Estado brasileiro no setor turismo

Tais programas e seus respectivos financiamentos favoreceram sobretudo, obras de infraestrutura de acesso como rodovias e aeroportos criando assim condições favoráveis para o desenvolvimento turístico trazendo empregos e novas atividades econômicas. Por outro lado, trouxe também condições oportunas para a reprodução do espaço do capital especulativo trazendo descaracterização ambiental e cultural, motivo de críticas e denúncias por parte dos pesquisadores da Geografia nacional.

Outro fator que poderia justificar este volume de produção de T e D na temática Turismo foi estudo realizado em 2011 pelo Ministério do Turismo e a Fundação Getúlio Vargas, que identificou a região nordeste sendo a que mais possui municípios indutores da atividade turística por região brasileira, contabilizando 24 cidades de um total de 65 em todo o país (Turismo, 2011)

Em terceiro lugar está a região sul, com 74 trabalhos e nove PPGG. Esta proporção se apresenta de modo díspar pelo fato de haver programas com produtividade acima de 10 trabalhos, como é o caso da UFSC, e acima de 20, no caso da UFPR, além de haver casos em que a produtividade de pesquisa na temática é baixa, ou nula, no caso da FURG. Conclui-se que em alguns PPGG a pesquisa da temática já está consolidada e, em outros, a temática ainda não se apresenta expressiva e avança mais lentamente.

A região centro-oeste, com um total de seis PPGG, apresenta uma produção igual a 44 trabalhos com a temática do Turismo, sendo o PPGG da UFMT com maior produtividade, com um total de 17 trabalhos. Entretanto, a representatividade do PPGG

²⁵ Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo Região Nordeste

²⁶ Programa Nacional de Municipalização do Turismo

²⁷ Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal

UFMS é baixa, com apenas um trabalho, e o PPGG da Unioeste/PR, que não apresenta nenhum.

A Região Norte é a região com menor número de programas e de produção científica com o tema do Turismo. O PPGG da UFPA é mais antigo, com nove trabalhos no total. Os Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFAM, UFT e UNIR são mais recentes, sendo que o último possui um único trabalho sobre o Turismo.

De forma conclusiva, podemos afirmar que a investigação sobre a abordagem geográfica do Turismo, em suas mais diversas tipologias, seus efeitos na produção e na reprodução do espaço geográfico, é de interesse crescente dos pesquisadores da Geografia brasileira. Sua realização se expandiu, se alicerçou e auxiliou a construção e na consolidação do conhecimento científico nacional sobre a abordagem geográfica do Turismo.

CAPÍTULO 3. O TURISMO E A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O espaço geográfico é usado como condição de existência e coexistência para o espaço social em um dado tempo histórico e para além da produção material. Esta relação se apresenta de forma mútua, ou seja, ao mesmo tempo em que a prática social se produz e se reproduz, o espaço também é produzido e reproduzido.

Para melhor elucidação da questão da produção e da reprodução do espaço, ancoramos nosso pensamento nas reflexões de Henry Lefebvre (2013) e de Carlos (2013). O primeiro fundamentou suas reflexões sobre a produção do espaço na perspectiva marxista e buscou explicar que a natureza do trabalho humano era a semente indutora das atividades produzidas pelo homem, que poderiam resultar em algo material como um produto, por exemplo, e estes eram capazes de transformar a realidade da prática social e do espaço físico.

A questão da produção do espaço, sob esta concepção, se apresenta em duas dimensões: a dimensão material do trabalho concreto, da produção material das coisas, e a produção imaterial, do trabalho abstrato, que Lefebvre (2013, p. 124) explica:

O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: *descoberta* (de espaços novos, desconhecidos, dos continentes ou do cosmos); *produção* (da organização espacial própria de cada sociedade); *criação* (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o cenário).

Podemos exemplificar isto com a criação do motor a vapor no século XVII, uma criação do homem que transformou a natureza pela ação de seu trabalho, promoveu a modernização nas relações de produção industrial e transformou a realidade social, econômica, cultural e política da época.

Com isso, produziram-se novas possibilidades de ressignificação das práticas sociais e de funções diferentes das formas preexistentes, como no exemplo citado acima: a partir do motor a vapor veio o trem a vapor, que transportava carga, e que depois transportou pessoas possibilitando maior mobilidade e, com isso, deu origem ao Turismo praticado nos séculos XIX e XX, que produziu e reproduziu um espaço para o consumo turístico.

A contribuição de Lefebvre à Geografia e sua influência sobre os geógrafos da Geografia Crítica é tão significativa que os geógrafos desse período em diante assumem a abordagem do materialismo histórico sobre a produção do espaço como sendo de sujeição ao trabalho, "[...] favorecendo o movimento de passagem da noção de organização do espaço para a de produção do espaço", como evidencia Carlos (2013, p. 59):

Não resta dúvida de que a evolução do conceito de espaço como localização de fenômenos, para aquele de "produção social" é um salto expressivo em direção à compreensão do mundo através da Geografia, permitindo-nos pensar na passagem de uma concepção a outra como momentos de transformação da realidade.

A autora explica a passagem de um momento paradigmático no pensamento geográfico, onde a compreensão da organização espacial se altera para responder ao entendimento do mundo naquele momento.

Uma outra perspectiva crítica trazida pela autora sobre a produção do espaço é a compreensão do espaço físico enquanto mercadoria, fruto da produção social capitalista para o aumento da acumulação e reprodução do capital, valendo a lógica do valor de troca acima do seu valor de uso, personificando-o em espaço-mercadoria. Este processo se difunde em todas as formas de produção espacial, em que tudo se transforma em mercadoria, orientando a expansão da propriedade privada com o surgimento de mercadoria-espaço - espaços produzidos para o consumo e que reproduzem relações sociais que engrandecem seu valor de troca (CARLOS, 2013; MOREIRA, 2012).

No recorte analítico deste trabalho, a atividade turística é um exemplo desse processo que, quando aliada a agentes imobiliários, agências governamentais e sistema financeiro, produz mercadorias-espaço, que agem produzindo e reproduzindo espaços privados de valorização, mais pelo seu valor de troca do que pelo seu uso, criando, em decorrência desse fato, espaços contraditórios ou contraespaço, como explicado por Moreira (2012, p. 211) : "O contraespaço é a expressão dessa dialética do privado e do público, num plano micro, a sociedade civil e a sociedade política, no plano macro da organização societária".

Assim, a investigação da produção do espaço geográfico e o Turismo, tanto nas relações com sua produção quanto nas relações de sua reprodução, é mais evidenciada pelos geógrafos pesquisadores com o propósito de revelar os possíveis efeitos - benéficos ou nocivos - contidos nas ações do fenômeno turístico sobre espaço geográfico.

Historicamente, esse Turismo se desenvolveu do pré ao pós-turismo, onde o pré-turismo é representado pelas viagens empreendidas por nobres e comerciantes para estudar ou estabelecer novos contatos comerciais. Segundo Molina (2003) este período compreendido entre os séculos XVII e XVIII foi chamado de pelos estudiosos da atividade turística como *Grand Tour*. Barretto (1998, p. 134) explica brevemente:

[...] durante estes séculos o Turismo "era um fator educativo para membros da nobreza, do qual se esperava que os praticantes adquirissem sabedoria e moldassem seu caráter através de sua experiência direta e autêntica com outras culturas."

Tais viagens de conhecimento eram conduzidas por tutores influentes que guiavam seus tutelados para um conhecimento que incluía cultura, gastronomia, comportamento sociocultural e noções geográficas básicas, substituindo na maioria das vezes o conhecimento acadêmico. Para John Urry (2001), o *Grand Tour* possibilitou que surgissem modestas publicações, livros e relatos de viagens e estas propiciaram os primeiros estudos em Turismo: havia uma visualização da experiência de viagem ou o do "olhar", ajudado e assistido pelo crescimento de livros de orientação para turistas, que promoviam novos modos de vivenciar a atividade turística.

Já o Turismo industrial, por sua vez, está relacionado à dois momentos distintos: o Turismo industrial primitivo do século XIX até o início da Segunda Guerra Mundial, que consistiu na criação de agências governamentais de Turismo, eclosão da América Latina como possível destino turístico e surgimento dos primeiros hotéis urbanos, entre outros, representando, assim, uma atividade turística mais organizada. Na fase do Turismo industrial maduro, o fenômeno se desenvolve de forma acelerada a partir da década de 1950, "[...] passando de 25 milhões de turistas internacionais até 600 milhões na década de 1990" (MOLINA, 2003, p.24).

O Turismo pós-industrial, inicia-se em meados da década de 1980, com a criação de uma nova cultura turística baseada na hospitalidade, na alta segmentação dos pacotes turísticos e na tecnologia. Na década de 1990, surge o que Molina (2003) chamará de pós-turismo: a informação passa a ser o melhor recurso estratégico para conquistar novos mercados e maior competitividade. Desta época também data o fortalecimento do Turismo cultural, com o advento de novos destinos para além daqueles usualmente conhecidos como Roma e Paris. Assim, por exemplo, países do leste europeu passam a ser considerados como possíveis destinos para o turista cultural. O fato coincide com o movimento de patrimonialização nestas cidades, que previa a transformação de edifícios, monumentos e aspectos culturais em patrimônio material e imaterial. Desta forma, os turistas interessados em destinos turísticos culturais passam a ter novas possibilidades.

3.1 TURISMO CULTURAL: UMA CONTRIBUIÇÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA

A cultura humana é o principal atrativo para o turista que busca um destino por conta de seus atributos culturais, quer seja nas mais variadas formas de manifestações culturais, históricas e religiosas, quer seja no modo de vida de grupos sociais traduzido pela imaterialidade de suas tradições ou pela materialidade de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico (MARQUES, 2008). Assim, a cultura humana se insere no centro da atividade turística cultural, convertendo-se na possibilidade de vivenciar experiências de culturas alheias à do sujeito.

Para a compreensão do contexto do surgimento da modalidade do Turismo cultural, julgamos ser necessário utilizar uma das várias teorias que estudaram e buscaram explicar tal fenômeno dentro de uma abordagem científica. Neste sentido, identificamos a teoria das plataformas, idealizada pelo sociólogo e pesquisador do fenômeno turístico Jafar Jafari (1994).

A construção desta teoria, que se constitui em ordem cronológica, é fundamentada em observações e estudos realizados para explicar a evolução do fenômeno turístico, e são divididas em quatro plataformas. A primeira surge na década de 1960: é chamada de plataforma de defesa e é constituída por indivíduos ou

empresas públicas e privadas que estavam interessadas nos aspectos econômicos do Turismo. Esta plataforma seria uma alternativa econômica para muitas comunidades e países, intensificando o movimento do turismo de massa.

A segunda é a plataforma de advertência, que surge a partir dos anos 1970, advinda dos efeitos indesejáveis da promoção econômica do Turismo. Os pesquisadores dessa época argumentavam que a prática turística não só traria uma cilada econômica, como geraria empregos sazonais e empregaria mão de obra não qualificada, o que beneficiaria grandes corporações, principalmente as internacionais, pois o lucro seria revertido para seu país de origem. A prática do Turismo aceleraria ainda a destruição dos atrativos naturais, trataria pessoas e comunidades como mercadorias. Além disso, interromperia e corromperia a estrutura da sociedade receptora, intervindo nos costumes, nos hábitos de consumo e também gerariam inflação local. Essas posições de rejeição e cautela, postuladas à primeira plataforma, são frutos das consequências negativas que o Turismo já havia desencadeado e que poderiam se intensificar.

Em decorrência desse 'alerta' à promoção do turismo, em especial o de massa, os pesquisadores convergiram sua atenção em busca de formas alternativas de desenvolvimento turístico, e assim surgiu, na década de 1980, a terceira plataforma, a de adaptação. Nela, os estudos defendiam as formas de turismo que respondessem favoravelmente às comunidades receptoras e seus ambientes naturais, socioculturais e infraestruturais. O enfoque desses estudos era proporcionar ao turista, ao mesmo tempo, novas escolhas e experiências enriquecedoras. As modalidades, tais como o Turismo Rural, o Ecoturismo, o Turismo Verde, o Turismo Alternativo e o Turismo Cultural, surgem nesse momento.

Por fim, é apresentada a quarta plataforma, que surge a partir da década de 1990 e é chamada de plataforma do conhecimento. Naquele momento, vários pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento já se debruçavam mais intensamente nas investigações científicas do fenômeno turístico. Esta foi considerada a plataforma de maior evidência e ascensão dos anos 1990 (BERTUZZO, 2004, pp. 76-90):

[...] a decisão quanto à(s) modalidade(s) de turismo ser a melhor para uma determinada localidade deve ser baseada em uma análise científica sólida das suas características, das estratégias de implementação e do planejamento e da gestão adequados.

Assim, a partir do pensamento do autor, é possível perceber que é preciso considerar as especificidades de cada local para melhor pensar estratégias de Turismo. Desta forma, a Geografia fornece ao fenômeno turístico a possibilidade de análise espacial por meio de suas categorias analíticas e escalares, e em todas as dimensões: sociais, culturais, históricas, econômicas, políticas e ambientais de incidência do Turismo.

A presente pesquisa identificou, o período compreendido entre 1998 a 2014, um total de 388 trabalhos que abordaram o turismo em suas mais diversas apresentações, como já mencionado na seção anterior. Para compreender o envolvimento das pesquisas geográficas com a atividade turística no âmbito do turismo cultural, foram selecionados três trabalhos para uma análise mais aprofundada que trataram dessa temática. A seleção se deu por meio da classificação pelo título que contivesse no título os termos Turismo Cultural, Turismo e Cultura ou Turismo e Identidade Cultural e a verificação dos respectivos resumos. Um deles é uma Dissertação de Mestrado cuja seleção se deu pela identificação do termo Turismo cultural constar explícito no título do trabalho, o que se apresenta raro nos trabalhos de Geografia identificados; o outro é uma dissertação de mestrado que contém juntos os termos *Turismo* e *cultura* em seu título; e o terceiro, uma tese de doutorado que aborda a gastronomia como expressão de identidade cultural e atrativo turístico.

A Dissertação (MARQUES, 2008) intitulada "Do café às serestas e serenatas: o Turismo cultural em Conservatória, RJ", já carrega, em seu próprio título, a identificação do campo em que se insere. O trabalho foi defendido no ano de 2008 no PPGG da UERJ, e é justificado pela realização de serestas e serenatas ocorridas na vila de Conservatória, no Rio de Janeiro, desde o final do século XIX. Os eventos se configuram como expressão artística e cultural singular no âmbito espacial do estado e na apropriação pelo Turismo cultural, alterando, assim, a paisagem, e aumentando o

fluxo de turistas, sobretudo nos finais de semana, quando ocorrem tais manifestações culturais. O autor explica ainda (2008, p.18):

Nesse contexto de novidades oriundas de uma concepção rural marcante na vida econômica do país, procuramos detectar o nível de relação existente entre a matriz social tecida no passado, incluído o jogo de relações entre os atores daquele período, com as questões identitárias da atualidade, que concebem a música como elemento agregador de um grupo social plenamente definido e ao mesmo tempo como propagador de uma nova atividade econômica [...].

Neste contexto, a atividade turística e a especificidade das identidades culturais e musicais de Conservatória se configuram como uma nova realidade econômica e de interesse investigativo da Geografia, conforme Marques (2008, p.18) descreve:

Em função da importância da Geografia na compreensão do conjunto das diversas manifestações do relacionamento humano, torna-se fundamental a reflexão acerca do que provém espacialmente do turismo, considerando aspectos como história, identidade e cultura.

Assim, torna-se necessário investigar contextos culturais capazes de promover transformações espaciais, como o autor da dissertação aborda em sua dissertação. Especificamente em sua pesquisa, localizada na vila de Conservatória, a cultura cafeeira imprimiu marcas na urbanização e no espaço rural: a ostentação econômica é refletida nas edificações urbanas e rurais, que hoje são as matrizes identitárias materiais da cidade.

Outra abordagem realizada pelo autor foi apurar a gênese das serestas e serenatas, principais atrativos turísticos da vila. Segundo a sua pesquisa, a origem dessas práticas poderia estar nas festividades patrocinadas pelos barões do café, que se constituíam de "[...] reuniões em noites de sábado, onde músicos entoavam suas violas em modinhas e outros tipos de canções endereçadas a mulheres que aguardavam à beira da janela" (IBIDEM, 2008, p.66).

O autor pesquisou as relações dos turistas com os moradores da vila, buscando investigar a percepção destes últimos sobre a sua identidade cultural. Para isso, utilizou-se do aporte teórico-metodológico da fenomenologia para realizar suas

interpretações, e identificou que a música e sua relação com a história da cidade são os elementos que mais refletem tal identidade cultural, concluindo que as manifestações que se iniciaram no final do século XIX transitam pelo imaginário coletivo até os dias atuais e dão sentido ao lugar: "Assim a história recente e ainda pulsante, o patrimônio físico-cultural e o despertar de uma atividade cultural intensa são capazes de provocar o sentimento de fixidez, a formação de identidade e o sentido de lugar" (IBIDEM, 2008, p.77).

Todos esses elementos são constitutivos da motivação para a prática do Turismo cultural, como expressa o autor (IBIDEM, 2008, p. 83):

A compreensão das tradições culturais como vetores do fluxo turístico suscita um olhar aprofundado para o interior dos grupos sociais de modo a reconhecer a sua história e os recursos materiais que consolidaram a manifestação no espaço e como ela se revela para os turistas.

Desta forma, o autor explica que a atividade turística se converte num ponto de interseção da vila com o mundo globalizado, motivando, assim, trocas culturais mútuas. A atividade turística, sobretudo o Turismo cultural, representa, na atualidade, um grande estimulador da atividade econômica, tanto em escala local como em escala global.

Em relação à incidência do Turismo cultural, a pesquisa apresentou as relações existentes entre os moradores, os turistas e o poder público, que vão além da questão da geração de renda advinda dessa atividade econômica, tal como a valorização da cultura e sua devida manutenção e proteção.

A contribuição dessa pesquisa, no âmbito geográfico, pode ser creditada pelos seguintes quesitos: a caracterização espacial da dimensão cultural, que colabora na formação e na manutenção da identidade cultural local; a identificação da (re)produção do espaço em função da prática do Turismo cultural causada pelas *refuncionalizações* do patrimônio edificado e pelos novos arranjos espaciais de consumo turístico. Além disso, o trabalho contribui para o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas, de modo a auxiliar no desafio que a vila terá de confrontar: adequar as demandas espaciais turísticas que se apresentam maiores do

que as infraestruturas espaciais oferecidas, de forma a manter o Turismo cultural como constante atividade econômica, permitindo a manutenção da identidade cultural e de suas tradições. Esta última discussão, aliás, é bastante presente no Brasil contemporâneo, uma vez que não são raros os destinos de Turismo cultural cuja infraestrutura é deficiente para atender às demandas turísticas de hospedagem, alimentação e fornecimento de serviços básicos de luz e água, por exemplo.

A tese de doutorado de Mascarenhas (2009) "A diversidade gastronômica como atrativo turístico na região dos Campos Gerais do Paraná: um estudo de caso no município de Castro", aborda, por sua vez, a gastronomia transformada em atrativo turístico e analisa também as relações espaciais criadas a partir da herança cultural do lugar, conforme explica a autora (2009, p.17):

As práticas alimentares são carregadas de significados. Desde a escolha do que é ou não é comestível até o modo de preparo, serviço e consumo, é possível revelar as características alimentares vinculadas à cultura e à sociedade dos grupos humanos.

Desta forma, o vínculo criado e mantido entre a cultura e a alimentação é reconhecido como um patrimônio imaterial: são relações simbólicas e concretas que expressam a identidade social e cultural de uma localidade explicitando seus hábitos e seus costumes. Diante disso, o trabalho é construído de forma a relacionar essa identidade cultural gastronômica, a atividade turística e a Geografia. Destarte, o trabalho discorrerá sobre as relações na formação da gastronomia como manifestação cultural na região dos Campos Gerais do Paraná, região esta marcada pela presença marcante dos tropeiros, bem como a sua diversidade gastronômica que se materializa em atrativo turístico, além dos componentes históricos e espaciais da formação regional, em especial no município de Castro, objeto do trabalho. A escolha do lugar deu-se pela diversidade de etnias que lá se instalaram, fato que gerou uma variedade gastronômica e suas relações com a produção agrícola do espaço geográfico, como indica a autora (2009, p.19):

Todos estes aspectos ainda ligam-se a outro elemento discutido neste estudo, pois é através da pesquisa em geografia que se verifica a relação que se estabelece entre a alimentação tradicional e a localidade que produz o alimento, as variedades encontradas, a época de produção relacionada ao solo, clima, estações do ano e a produção de refeições, os modos de preparo que se originam dos produtos vindos da agricultura regional.

O estudo apresenta a necessidade da utilização da Geografia para pesquisar questões relativas à alimentação, tais como clima e vegetação, além de atentar para a incorporação das práticas culinárias das variadas etnias à gastronomia local e o uso dessa diversidade gastronômica como atrativo turístico na Região de Campos Gerais do Paraná. A pesquisa identificou que a maior incidência étnica é de descendentes de tropeiros, em seguida, a das seguintes etnias: holandesa, alemã, japonesa, africana, indígena, italiana, árabe e espanhola (IBIDEM. p.105), o que caracteriza matizes gastronômicas diversificadas.

A autora se vale dos referenciais metodológicos da ciência geográfica para analisar "as questões de espaço, território e paisagem", buscando, na Geografia Cultural e na interpretação da Geografia sob a concepção da fenomenologia, recursos analíticos e de observação das singularidades contidas nas paisagens. As análises vindas de métodos de pesquisa utilizados, a saber, o bibliográfico, a pesquisa exploratória e a estruturada de campo de caráter quantitativos e qualitativos, aplicados na perspectiva tanto do produtor, na do turista e nas esferas do poder público, serviram para identificar as características próprias que colaboram para a realização da análise do potencial turístico dessa região, observando a produção e a transformação territorial da gastronomia ligada ao Turismo.

Como resultado, a autora sintetiza (2009, p.135):

As escolhas alimentares são diversas e ocorrem em diferentes formas e procedimentos, sendo percebidas de maneiras diferentes pelos atores sociais que participam deste processo. Por fim, a gastronomia imprime demarcações ao modo de vida local e conseqüentemente às práticas alimentares dos sujeitos que habitam a localidade e aos que se interessam em vivenciar este modo alimentar através das ações vinculadas ao turismo.

Assim, também o morador contribui para a preservação da cultura gastronômica local, através da manutenção de pratos tradicionais no cardápio habitual de suas refeições. A pesquisa revela também a pouca importância dada a essas

tradições pelo poder público, uma vez que o mesmo busca a criação de um prato típico novo, desconsiderado as tradições.

Na perspectiva do Turismo, o estudo aponta que, para a região de Campos Gerais do Paraná, todas essas tradições e diversidades gastronômicas trazem uma atratividade turística expressiva, mas geram também desigualdades em decorrência da pouca participação popular nas questões decisórias sobre o desenvolvimento turístico. Isso se torna evidente especialmente nos processos de concorrência, quase sempre sem contribuição de moradores das cidades, bem como pela falta de articulação dos gestores públicos da região, que se negam a compartilhar questões relativas ao Turismo com a população. A autora adverte sobre os riscos que isso incorre (IBIDEM, 2008, p.306):

O turismo pode ser um instrumento de valorização e uso do patrimônio, sendo uma busca constante a sustentabilidade ambiental cultural e humana, mas para isso é necessário estabelecer diretrizes que possibilitem adotar medidas adequadas para um planejamento estratégico e regional que possa contribuir para valorizar e preservar o patrimônio cultural dos Campos Gerais do Paraná.

A investigação se debruça também sobre a importância da valorização do Patrimônio Cultural, conforme expresso na citação acima, e traz para o contexto da Geografia as relações simbólicas e espaciais da identidade cultural gastronômica, demonstrando essas serem agentes de uso ou de produção do espaço para a atividade turística. Assim como a dissertação de mestrado que versava sobre Conservatória, esta tese tem sua relevância expressa em sua contemporaneidade, uma vez que um dos maiores desafios da administração pública em relação ao Turismo é o de envolver a população local nos processos decisórios, possibilitando, assim, a manutenção da cultura gastronômica local ao mesmo tempo em que implementa ações turísticas na cidade.

Ainda considerando as relações entre cultura e Turismo, identificamos a dissertação de mestrado de Silvana Maria de Moraes Abdalla, intitulada "Turismo e cultura: uma leitura do espaço urbano poconeano em suas singularidades" (2006,149 p.). O trabalho se debruça sobre o Turismo cultural empreendido na cidade de Poconé,

Mato Grosso. O município, que fica a caminho do Pantanal, é rota de passagem e parada para os turistas desta atração.

O ciclo do ouro foi a primeira atividade econômica do município, seguida da pecuária e mais recentemente do Turismo. O Turismo rural e o ecoturismo surgiram como atividades complementares à pecuária, que, pela paisagem natural da região pantaneira, é a mais procurada, em detrimento da busca por conhecer os atrativos histórico-culturais constitutivos da identidade cultural da cidade. Sobre essa constatação, a autora adverte: "O homem pantaneiro com suas crenças e tradições que constituem a sua identidade, não era percebido quanto parte integrante do lugar" (ABDALLA, 2006, p. 18).

Assim, a pesquisa discute a relação que se estabelece entre o turista e a cultura do lugar por ele visitado e a identificação das manifestações culturais que podem representar uma alternativa aos visitantes ao vivenciar alguns componentes da cultura local. A mudança dessa relação é sugerida pela aplicação da metodologia de interpretação e percepção da identidade cultural local para o Turismo. Dessa forma, a autora descreve as diversas manifestações culturais da cidade, por exemplo, a Festa do Senhor Divino, a Festa de São Benedito, a dança dos mascarados e a cavallhada, como representações culturais a serem interpretadas.

Como bases conceituais e teóricas do trabalho, a autora buscou usar a abordagem geográfica nas vertentes humanista-cultural e fenomenológica para explicar as relações entre a manifestação cultural e a atividade turística, fazendo destes o recorte para o seu objeto de estudo.

Destarte, a autora utilizou-se de metodologias como pesquisa bibliográfica e o método da observação participativa como recurso de análise qualitativa. A abordagem interpretativa do Patrimônio Cultural foi usada como uma alternativa de planejamento envolvendo o Turismo e as várias manifestações de atrativo cultural, tal como festejos religiosos e lugares de suas ocorrências.

Nesse sentido, a autora explica como a aplicação dessa abordagem e sua devida condução em um planejamento turístico podem atender a todos os atores envolvidos (p.54):

É possível a criação de um produto turístico cultural autêntico, que não seja concebido apenas para atender aos anseios do mercado. Basta o entendimento de que o produto não está dirigido apenas a uma platéia de curiosos forasteiros, mas também aos próprios cidadãos locais, que seu objetivo pode e deve ser o de mostrar às novas gerações qual foi o processo pelo qual a sua sociedade passou para chegar ao ponto em se encontra.

Na perspectiva do Turismo e especialmente do Turismo cultural, o estudo revela que o uso da abordagem interpretativa do patrimônio promove o estreitamento das relações entre a população local e o turista, passando do comportamento passivo, tanto dos turistas como da comunidade, para participativo, mudando a forma de compreensão e de preservação do lugar. A autora completa: "A boa interpretação marca a qualidade da descoberta, descortina significados e toca as emoções, ao invés de apenas passar informações factuais "(IBIDEM, 2006, p.24). Assim, o entendimento da cultura local é capaz de gerar identificação e ir muito além do simples relato histórico do lugar, oferecendo, em vez disso, uma linha do tempo culturalmente envolvente não apenas para os turistas, como também para os moradores do lugar.

Em relação à perspectiva geográfica, a contribuição que a pesquisa traz é a análise do seu objeto de estudo com a aproximação da categoria de análise lugar como espaço vivido e percebido, *locus* das relações socioespaciais mais próximas que determinam as relações de pertencimento, de assimilação e de transmissão de suas tradições. Assim, de uma perspectiva crítica, é possível inferir que, antes mesmo do turista atribuir valor cultural aos atrativos da cidade de Poconé, é necessário que a população local esteja envolvida com o sentimento de pertencimento àquele destino turístico.

A escolha dos três trabalhos supracitados, como já apontado no início do capítulo, traz as diversas perspectivas do tratamento das relações entre o Turismo, a cultura e a Geografia. Assim como o primeiro e o segundo trabalhos aqui abordados, a dissertação de mestrado sobre Poconé apresenta discussões bastante relevantes na contemporaneidade, uma vez que a pesquisa analisa o referido município como destino turístico, com base em suas especificidades culturais.

Os trabalhos ora analisados nos indicam algumas diferenças e ao menos uma similaridade entre si, que achamos pertinentes ilustrar. Uma das distinções que se

apresenta está nas dimensões escalares: dois trabalhos referenciam suas dinâmicas na escala local e um deles na escala regional. Quanto à similaridade, esta se apresenta na já referida contemporaneidade e também no embasamento epistemológico da ciência geográfica: a abordagem cultural e fenomenológica. No tocante à abordagem cultural no espaço geográfico, esta considera que a cultura, seja ela material ou imaterial, altera o espaço em que se insere. Já em relação à abordagem fenomenológica, o lugar se apresenta como o palco das diversas interações e relações próximas que se estabelecem entre os indivíduos e o espaço geográfico. As duas abordagens - tanto a cultural quanto a fenomenológica - estão expressas em todos os três referidos trabalhos, nos levando a considerar a relevância de seu emprego em estudos que versam sobre o Turismo cultural na Geografia, tal como este.

Em relação às metodologias apresentadas nas pesquisas, vale destacar que a investigação feita por Abdalla (2006), sobre a cidade de Poconé, explora uma concepção de planejamento turístico voltado ao Turismo cultural fundamentado na abordagem interpretativa do patrimônio. Ou seja, o trabalho confere total relevância à possibilidade de que o turista e o morador da cidade se identifiquem e valorizam a cultura local, transcendendo a ideia da cidade como simples parada a caminho do Pantanal.

É, sem dúvida, uma proposta metodológica apropriada, visto que, nos outros trabalhos analisados, foram apontadas a pouca ou a total falta de participação da população local como sujeito nas questões do planejamento turístico. Isto faz eco aos postulados de Sartre e Berdoulay (2005, p. 110), quando estes escrevem sobre o desenvolvimento em escala local na atualidade:

De simples território passivo, que recebe ações e políticas concebidas no seu "interesse" num nível superior, tornou-se a condição – ou uma das condições – para o surgimento de um espaço onde se produz um encontro gerador de desenvolvimento em todas as escalas.

Assim, a interação entre moradores e turistas é capaz de fundar, num determinado espaço geográfico, um paradigma de desenvolvimento do Turismo cultural em diversas esferas. Em vez de apenas proporcionar ao turista um conhecimento estático sobre o local e transformar o visitante num sujeito passivo, tal ideia prevê a participação ativa de todos os atores envolvidos na atividade turística. Desta forma,

legítima as relações entre os turistas e a comunidade local e a transforma para além de uma alternativa econômica ao desenvolvimento local. Neste contexto, o Turismo cultural se apresenta como uma oportunidade de perpetuar as tradições e a identidade cultural do lugar.

3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL: VALORES E ARRANJOS SOCIOESPACIAIS DO TURISMO

Inicialmente, é preciso compreender que o conceito de Patrimônio tem mudado ao longo do tempo em função de vários fatores. Como agentes destas mudanças citamos as trocas culturais geracionais; os relacionamentos entre sociedades e entre indivíduos; a estética artística vigente; as crises econômicas causadas por guerras e os efeitos devastadores do regime de exploração capitalista em países de toda a esfera global (LABROT, 1996). Ainda que de maneira breve, é preciso descrever as fases cronológicas de evolução do entendimento e usos do Patrimônio para que, visualizando as mudanças que se operaram, seja possível entender melhor seu significado atual.

Patrimônio é um termo de origem latina e remete a bens familiares, herança ou espólio deixados, geralmente pelo pai (patriarca), a seus herdeiros (FUNARI, 2001, p. 59). Na Idade Antiga ou Antiguidade, o Patrimônio era relacionado aos objetos que expressavam riquezas, prestígio e poder, como possuir propriedade privada ou objetos que se configuravam como tesouros e tinham caráter individual. Nos períodos históricos compreendidos entre o domínio greco-romano e a Idade Média, o Patrimônio trazia um caráter de valorização pela estética e de apreciação por obras de arte que eram imitadas. Surgem, então, os primeiros museus (ROJAS, 2012, p.30-42).

No período do Renascimento e dos séculos XVI a XVIII, o Patrimônio adquire uma outra dimensão: a de evocar ou conhecer o passado, criando um caráter de manutenção da memória. Entre o século XIX até metade do século XX, o Patrimônio ganha o conceito das expressões materiais e imateriais, já com o formato de identidade sociocultural de uma nação, que deve ser conservada e mantida. Entre os anos 1945 e 1980, devido ao abalo da Segunda Guerra e seu final nos países centrais da Europa, há

um grande esforço em restaurar os símbolos identitários desses países, e uma outra consciência em torno do que significa Patrimônio é edificada com políticas de salvaguarda e reconhecimento de Patrimônios de interesse mundial. Em meio a isso, o Turismo de massa encontra seu auge, com grande incidência em países como França, Espanha, Itália e Alemanha, que já possuíam um conjunto patrimonial consolidado (GRAVARI - BRARBAS, JACQUOT, 2014).

Nos dias atuais, o conceito de Patrimônio ganha uma elevação para a esfera pública, social e coletiva, assumindo a ideia de que algo material ou imaterial é um bem coletivo, herdado e deverá ser mantido, usado e protegido. Com o tempo, o uso do termo ganhou novos significados, como Choay (2011) considera:

O patrimônio, que está em questão aqui, é o formado pelo ambiente construído das sociedades humanas. Sinônimo de edificado no espaço pelos homens, ele é qualificado, segundo suas diversas categorias, de patrimônio construído, arquitetônico, monumental, urbano, paisagístico e, segundo seu modo de inserção na temporalidade, é dito histórico ou contemporâneo (p.9).

Desta forma, é válido mencionar que, ao pensar nos significados do Patrimônio, em todos eles estão integrados, explícita ou implicitamente, a questão cultural. As definições de cultura são muitas, mas a conceituação dada pelo geógrafo suíço Leimgruber (2002, p.92, tradução nossa) sobre cultura nos parece adequada ao contexto deste trabalho:

Trata-se da quantidade de valores e tradições que a caracterizam e que tenham sido transmitidas através da história, modificadas sucessivamente e completadas para chegar à atualidade, e susceptíveis a serem modificadas e transmitidas no futuro.

Nessa definição está contida a noção de que a cultura é, ao mesmo tempo, estática e dinâmica, simbólica e material, e seu sujeito é o ser humano em todas as suas formas de produção social. Os arranjos de sua ação cultural são precedidos por um sistema de valores e estão presentes na produção e reprodução social do espaço, conforme destaca Paes (2009, p.162):

O patrimônio cultural, quer seja natural, material ou imaterial, possui uma expressão espacial significativa e constituinte da própria identidade cultural - a sua inerente territorialidade.

A autora nos explica que a cultura de um lugar se expressa geograficamente. Exemplo disso são as várias etnias que imigraram para o Brasil e recriaram aqui suas representações identitárias espaciais, tanto nas práticas culturais como na arquitetura: apontamos as cidades de Holambra e Blumenau, cujas concentrações populacionais são de imigrantes holandeses e alemães, respectivamente. É assim, também, que a Geografia se entrelaça com a cultura.

Entretanto, ainda que a relação entre Geografia, Turismo e Patrimônio pareça óbvia, demorou muito até que esta fosse formalmente reconhecida. Até algum tempo atrás, quem se interessasse por temas relativos ao Patrimônio seria levado a pesquisar em livros que, nas estantes das bibliotecas, provavelmente estariam organizados nas seções de História, Sociologia ou Arquitetura. Foi o pesquisador francês Vicent Veschambre (2007), um dos pioneiros na pesquisa geográfica sobre o Patrimônio Cultural, a tarefa de revelar esta relação de forma mais específica no campo científico da ciência geográfica.

Logo de início, as ideias de Veschambre (2007) convergem para a seguinte afirmação: se há um objeto que seja transversal a todas as ciências sociais, este objeto é o Patrimônio (p.362). Entretanto, ele mesmo já considera que a abordagem geográfica do Patrimônio é recente e modesta. Geógrafos franceses como Di Meo (1995), Gravari-Barbas (1996) e Lazzarotti já haviam se debruçado sobre o tema do Patrimônio na Geografia, fazendo com que o trabalho de Veschambre fosse uma continuidade, e elevando suas pesquisas a um patamar mais específico na abordagem geográfica do Patrimônio, como será discutido posteriormente.

Em total consonância com o reconhecimento cada vez maior do Patrimônio Cultural, o Turismo, por sua vez, aparece personificado como prática socioespacial e consequência direta do mundo capitalista e globalizado, apropriando-se da cultura e recebendo críticas pertinentes sobre seu uso como consumo, como mais uma mercadoria e, muitas vezes, transformando bens culturais materiais e imateriais em

ações de 'folclorização' ou de 'museificação' de lugares para finalidade turística (GRAVARI-BARBAS; JACQUOT, 2013, p.1)

Outros efeitos negativos do Turismo são explicados por Cifelli (2009), que coloca que a questão do enobrecimento das áreas centrais para uso turístico exclui a diversidade de grupos sociais, privilegiando serviços e produtos a turistas em detrimento dos moradores dessas localidades, caracterizando fortemente a exclusão social deste processo.

Na mesma perspectiva, Choay (2001) revela o lado negativo e contraditório do que chama de indústria patrimonial, do qual o maior disseminador é o Turismo. A autora argumenta que tal indústria já representa uma parte importante do orçamento destas localidades e, ao se entregar a esta dinâmica de consumo cultural, cidades, regiões e países sobrevivem efetivamente desta renda. O consumo cultural, nesta perspectiva, tem dois lados perversos muito visíveis: a exclusão de populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais, e a dependência do capital externo para a manutenção da sua economia e até mesmo de seu próprio Patrimônio, como a autora exemplifica (2001, p. 226):

(...) Como poderá a República Tcheca resistir à demanda do fluxo de turistas que invadem Praga? Como poderá evitar vender uma parte de sua capital aos países e empresas, que, atualmente, são os únicos em condições de lhe permitir restaurar esse patrimônio com infra-estruturas degradadas, de tirar proveito deles, com todos os riscos de deterioração paralela e de frustração dos habitantes de Praga que a operação implica?

A intensificação do movimento da preservação, conservação e reconhecimento de bens culturais materiais e imateriais como Patrimônio Cultural, ou seja, sua patrimonialização se dá quando cidades ou localidades turísticas buscam inserir-se no circuito turístico internacional, procuram estabelecer uma 'marca' para serem atrativas aos olhos do turista e diferenciar-se de sua concorrência. Jeudy (2005, p. 19) adverte que a excessiva busca da preservação do Patrimônio Cultural para fins turísticos induz os mesmos à perda de seu real significado:

A significação contemporânea do conceito de patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo. Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura.

Para o autor, há um grande risco: uma vez que o Patrimônio ganha *status* de mercadoria, ele perde seu valor simbólico, daí a ocorrência de medidas com teor de fabricação, trazendo, por vezes, um caráter caricato, visando o consumo em detrimento de seus valores simbólicos e, assim, logo é substituído por outro bem cultural, outro patrimônio-mercadoria.

É importante pontuar que, ainda que os mecanismos de salvaguarda e de reconhecimento do Patrimônio Cultural em todas as esferas (Mundial, Nacional, Estadual e Municipal) tragam uma atmosfera de proteção, cria-se também uma aura de singularidade e de valorização que, muitas vezes, é conferida por uma certificação e pelo prestígio dados por chancelas como a Organização das Nações Unidas Para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), no caso do Estado de São Paulo. Toda esta dinâmica acontece sob intenso interesse social e político em sua preservação ou conservação e, conseqüentemente, são pensados os meios de obtenção de recursos para tal.

Olivier Lazzarotti (2000, p.13), que analisou a relação entre o Turismo e o Patrimônio Mundial em países que tiveram seus bens inscritos na Lista de Patrimônios Mundiais tombados pela UNESCO em 2000, justifica a questão da correspondência entre o Patrimônio e o Turismo: "É válida a hipótese de que patrimônio e turismo procedem de um mesmo sistema de valores e de lógica da qual segue a difusão global de ordenar o mundo". Assim, transformar o Patrimônio em um atrativo turístico é, na maioria dos sítios mundiais tombados, a condição *sine qua non* para que este Patrimônio continue a ser preservado. Afinal, se for um bem material, imaterial ou natural e certificado como Patrimônio mundial, isto significa dizer que pertence a todos, tanto para preservá-lo como para conhecê-lo, e, até o presente momento, não se identificou nenhuma outra fonte complementar de recurso viável capaz de fazê-lo.

A respeito da questão da sustentabilidade financeira por meio do Turismo, os geógrafos Maria Gravari-Barbas e Sebastien Jacquot (2013) expuseram suas reflexões em uma publicação que questionava justamente a triangulação do Patrimônio, do

Turismo e do desenvolvimento sustentável em localidades que possuíam bens culturais materiais ou imateriais com a certificação de Patrimônio Mundial pela UNESCO. O trabalho questionava também como a atividade turística nestas localidades poderia responder aos dilemas da conservação e do desenvolvimento sustentável: "A polarização a respeito do entendimento sobre o turismo mascara o papel emblemático que o turismo é chamado a representar dentro da política do patrimônio mundial [...] (2013, p. 2). A tal polaridade referida pelos autores relaciona-se com o fato de que o Turismo já foi um elemento marginal da questão do Patrimônio, conhecido por ser uma significativa fonte de recursos financeiros ou por ser uma ameaça à preservação de sítios patrimoniais. Na atualidade, mais precisamente com a Declaração de Budapeste (2002), que introduz a questão do desenvolvimento socioeconômico sustentável das localidades cujo Patrimônio Cultural e Natural for identificado como sendo de valor excepcional. Para que esta triangulação seja bem-sucedida, o Turismo é evocado a assumir um novo papel: o de ser uma atividade cultural e sustentável, inserindo-o "nos planos de gestão dos sítios, integrando-o aos planos de interpretação do patrimônio e de gestão de visitantes" (2013, p. 2). Isto evidencia a preocupação de avaliar e controlar a atividade turística, para que não se retroceda aos altos níveis de degradação e descontrole, fazendo com que o Turismo continue sendo uma prática que permita o conhecimento, o respeito de si e de outras culturas, e ainda ser uma importante fonte de recursos, que contribui para a manutenção destas.

Assim exposto, mesmo que a diversidade de significados que o Patrimônio recebe com os usos e as finalidades nele construídas, o mesmo se encontra envolto em uma complexa e dialética rede de relações que vão além de sua escolha e propriedade, de sua conservação e preservação, de seu consumo e emprego como entretenimento.

Tanto o Patrimônio Cultural quanto o Turismo são fenômenos inerentemente espaciais, que produzem e reproduzem o espaço geográfico, trazendo características caras e de interesse da Geografia, quer seja pela sua localização, porque é propriedade de alguém ou manifesta-se em um lugar ou espaço vivido (CLAVAL, 2002), quer seja por sua distribuição no espaço criando uma espacialidade, ou ainda pela abrangência que alcança em todas as escalas geográficas: local, regional, nacional e mundial. Neste

sentido, julgamos pertinente investigar qual é a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e o Turismo nas pesquisas geográficas brasileiras, de forma a traçar um esboço do olhar geográfico sobre estes dois temas, como trataremos a seguir.

3.3 GEOGRAFIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO: UMA PERSPECTIVA DA PESQUISA GEOGRÁFICA BRASILEIRA

A UNESCO, designou o ano de 2002 como sendo o Ano das Nações Unidas para o Patrimônio Cultural. Com esta ação, a UNESCO buscava promover uma reflexão sobre o Patrimônio Cultural em função do trigésimo aniversário da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que foi validada pela Conferência Geral da UNESCO em 1972. Este evento foi um instrumento fundamental para a proteção e a salvaguarda do Patrimônio Cultural Material, Imaterial e Natural mundiais. Desta forma, a iniciativa ecoou em várias áreas do conhecimento que têm o Patrimônio Cultural como objeto de estudo. Foi assim também na Ciência Geográfica, que tinha um devotamento tímido para as questões do Patrimônio Cultural.

Em 2002, a UNESCO buscou reavaliar os avanços e retrocessos da prática das resoluções da Convenção de 1972 e, por conseguinte, atualizá-la. Como consequência desta reavaliação, identificou-se que havia desigualdades na lista de Patrimônios Mundiais tombados, notadamente em favor dos países da Europa Ocidental e América do Norte, além de que localidades com bens culturais e naturais de valor universal estavam sendo ameaçados de desaparecer na África, América do Sul e Ásia, pelos mais diversos motivos, dentre os quais destacamos os conflitos armados e a exploração predatória de terras para finalidade imobiliária e de extração mineral (ALVES, 2010). Como resultado deste entendimento, surgiu então, em 2002, a Declaração de Budapeste, que continua vigente e que tem como intenção corrigir tais diferenças e incluir bens culturais e naturais que não estão no hemisfério norte na lista de Patrimônio Cultural e Natural Mundial (TREVISAN, 2016, p. 467-474).

Tais empreendimentos, como estes fomentados pela UNESCO por exemplo, inspiram discussões, eventos e provocam reflexão em todas as áreas do conhecimento

que têm o Patrimônio Cultural como objeto de estudo para rever e reavaliar suas pesquisas e seus quadros teóricos sobre o tema.

Na Geografia estes movimentos também reverberam em reflexões e avaliações. Como já mencionamos anteriormente, foi Veschambre (2007) quem se dedicou a estudar a emergência do Patrimônio Cultural como objeto de estudo dentro da ciência geográfica. O pesquisador investigou desde a década de 1980, porém não identificou nenhum estudo científico na Geografia francesa que abordasse qualquer questão sobre Patrimônio, partindo assim para a década de 1990. Sua pesquisa abrangeu a busca em Teses de doutorado, em Colóquios, em revistas científicas e comunicação em eventos da área geográfica na França. Os resultados por ele assinalados explicam as possíveis causas do retardamento do interesse em investigar a temática na Geografia "as dificuldades da disciplina em se mostrar como uma ciência social, e por demorar em reconhecer o espaço como objeto social" (2007, p. 370) e, portanto, o início da Geografia nas questões Patrimoniais começou de forma tardia e pouco visível. Porém, a relevância deste estudo está em identificar que primeiro: embora os estudos sobre Patrimônio na Geografia são recentes, o interesse por investigação sobre o tema é crescente a partir dos anos 2000 e, segundo: demonstra claramente o surgimento de transformações profundas na disciplina. Por meio do objeto patrimonial, os geógrafos se vêem confrontados com os significados e os valores dos lugares, onde o simbólico e o material se expressam no espaço compondo uma construção social que traz à tona questões sociais, culturais, históricas, econômicas e políticas que trouxeram, conseqüentemente, grande repercussão na ciência geográfica e nos movimentos de sua renovação nas últimas décadas.

Sobre este movimento de renovação, Hertzorg (2011, p. 3) ao revisitar a questão do Patrimônio na Geografia mais recentemente, esclarece:

O surgimento das questões patrimoniais na pesquisa geográfica se insere na profunda renovação da geografia das últimas décadas. Os geógrafos contemporâneos estão apreendendo que o patrimônio é um objeto que permite a supressão das fronteiras internas da geografia, e deste ponto de vista, o patrimônio é, por sua vez, um fator na renovação da geografia

A autora explica que a abordagem geográfica do patrimônio pode percorrer as diversas subdisciplinas da Geografia tais como: a Geografia Cultural, uma vez que o simbólico material e imaterial produz espacialidades; a Geografia Social, quando o movimento de patrimonialização traz espaços segregados e o enobrecimento de áreas urbanas e naturais; Geografia Política, com as políticas territoriais de planejamento e proteção ao Patrimônio; a Geografia Histórica, que faz uma abordagem do Patrimônio como construção social e territorial ao longo do tempo, entre outras subdisciplinas que poderão emprestar suas particularidades à investigação geográfica do Patrimônio.

Com os estudos de Veschambre e Hertzorg é possível dizer que a questão da abordagem geográfica do Patrimônio é ainda recente e progressiva, mas tal abordagem não foi e nem é negligente. Seus estudos se deram de forma tardia, conforme já nos explicaram os autores citados anteriormente, porque embora todas as manifestações sejam espaciais, nem sempre é possível observar as mudanças sociais produzidas nestes.

Uma outra publicação de relevância foi lançada em 2000 por três pesquisadores da língua anglo-saxônica, Graham, Ashworth e Tunbridge (2000): "Geografia do Patrimônio: Poder, Cultura e Economia". Esta obra traz em si resultados dos trabalhos dos respectivos pesquisadores e, com estes exemplos, vão tecendo considerações sobre a relação Geografia e Patrimônio. Uma delas é: o Patrimônio Cultural é o uso contemporâneo do passado e definido e construído dentro das presentes circunstâncias e, em relação à evolução de suas definições, sempre foi desta maneira. Ainda que exista uma miríade de usos e definições, as questões que moldam o Patrimônio Cultural e a Geografia nem sempre estiveram evidentes.

Para os autores, no presente momento já é possível reconhecer esta relação de maneira mais clara, identificando três dimensões em que a Geografia e o Patrimônio Cultural se intersectam (Ibdem, 2000, p. 256):

O Patrimônio Cultural é inerentemente um fenômeno espacial caracterizado pelo lugar, distribuição e escala; É uma parte fundamental da Geografia Cultural, que se dedica aos significados, as representações e a identidade cultural; O Patrimônio Cultural é um instrumento em políticas econômicas em desenvolvimento regional e urbano.

Aqui, de maneira sumarizada, as questões do poder, da cultura e da economia se entrelaçam e nos ajudam a concluir que a Cultura e suas representações espaciais não tratam apenas de uma dimensão.

Assim como fez Veschambre (2007), um dos objetivos da presente pesquisa é identificar as Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que versaram sobre o Patrimônio Cultural, em todas as formas de sua representação, e a busca da identificação dos trabalhos que abordaram especificamente o Patrimônio Cultural e o Turismo, defendidas nos PPGG entre o período de 1998 a 2014. Este levantamento foi realizado com o propósito de traçar um panorama dessas temáticas nas pesquisas geográficas brasileiras.

Assim, esta pesquisa operou uma leitura crítica de cada um dos trabalhos supracitados que compõem o *corpus*, categorizando as Dissertações de Mestrado e as Teses de Doutorado conforme sua inserção nos campos da Geografia, Patrimônio Cultural e Turismo. Como resultado, é possível perceber que, dada a recente relação entre os três campos, o número de trabalhos que propunha uma intersecção entre eles é exíguo. Desta forma, se considerada apenas a temática do Patrimônio cultural, identificamos 67 incidências, enquanto que, ao buscarmos trabalhos que relacionem Patrimônio cultural e Turismo, foram encontrados 13.

O Quadro 4 expressa esta discrepância considerável, como pode ser comprovado a abaixo:

Quadro 4 - Incidências do tema Patrimônio Cultural nos PPGGs brasileiros entre 1998 a 2014.

Incidência da Temática Patrimônio Cultural e Patrimônio Cultural e Turismo nos PPGG brasileiros		
PPGG	Patrimônio Cultural	Patrimônio Cultural e Turismo
UFBA	2	0
UNB	1	0
UFPA	0	1
UFPE	0	0
UFPR	5	1
UEL	1	0
UEPG	3	2
UFRN	1	0
UFG	2	0
UFS	3	0
UFT	0	1
UFMG	4	1
UFU	2	0
PUC RIO	1	1
UERJ	2	0
UFF	1	0
UFRJ	3	0
UFSC	3	0
UFSM	4	0
FURG	3	0
PUC MG	4	1
UNESP RC	6	0
UNESP PP	0	1
UNICAMP	6	4
USP	10	0
Total	67	13

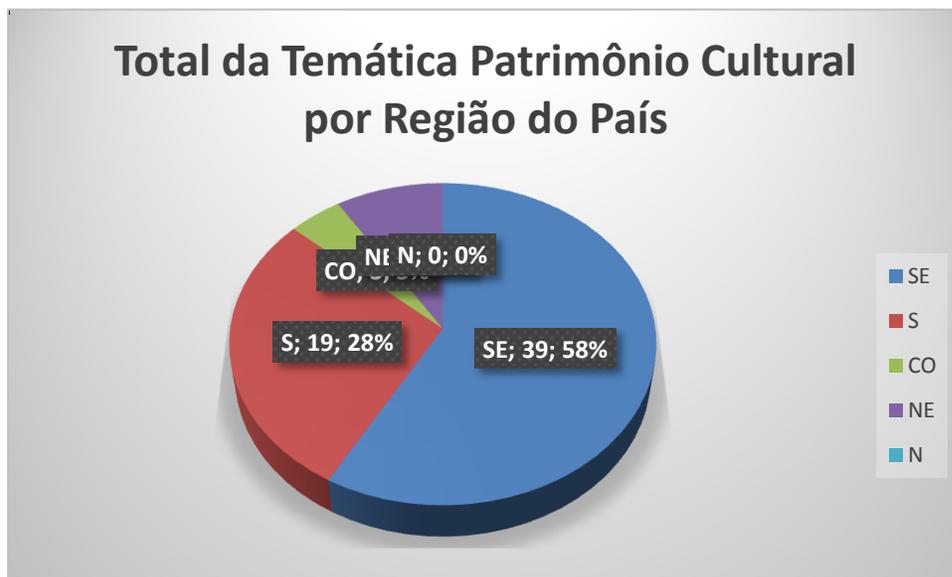
Nota: o autor

Conforme observado na tabela acima, em geral, os trabalhos acadêmicos em análise versam muito mais sobre Patrimônio Cultural de forma isolada que de forma associada ao Turismo. Somente em casos de exceção, como o da UFPE e da UEPG, é

que o número de publicações da referida associação supera o de análises exclusivas de Patrimônio Cultural.

Este trabalho também operou uma análise da incidência isolada da temática do Patrimônio Cultural em cada uma das regiões brasileiras, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Total da Temática Patrimônio Cultural nas Regiões Brasileiras



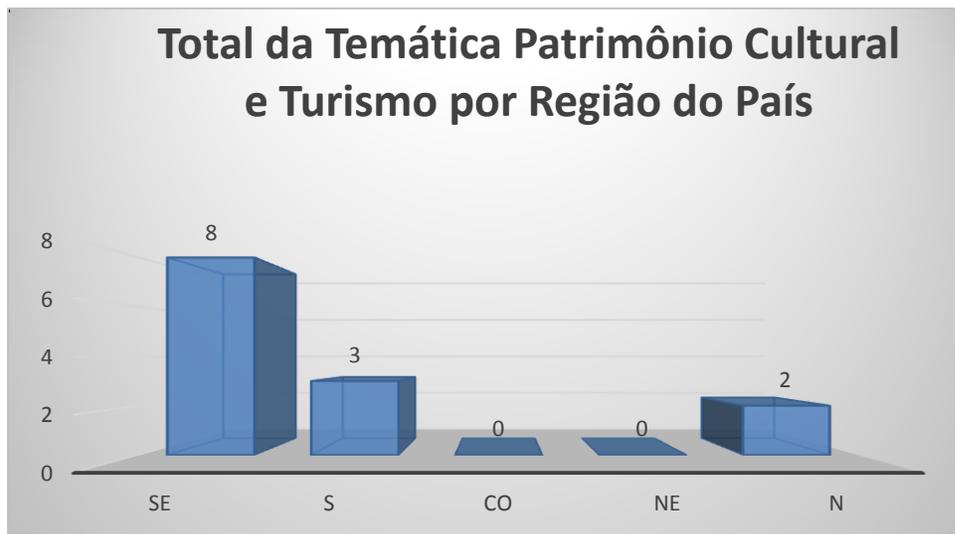
Nota: o autor

A região Sudeste é a que apresenta o maior número de incidências, com um total de 39 trabalhos, seguido pela região Sul com 19 trabalhos. A região Nordeste apresenta 6 incidências, a Centro-Oeste com 3 e a região Norte tem incidência nula na temática. Conforme explicado anteriormente neste trabalho, a distribuição desigual se justifica exatamente pelo fato de que na região Sudeste estão concentrados os mais antigos PPGGs do país, além do maior número destes. A região Norte, por sua vez, não apresenta nenhum trabalho nesta temática, o que pode ser justificado por conta de um número reduzido e muito recente de PPGGs.

Em relação à abordagem cruzada dos temas Patrimônio Cultural e Turismo, por região brasileira, em Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado, esta análise

observou que a região Sudeste é a que apresenta o maior número de trabalhos na temática, totalizando 8. As regiões Sul e Norte apresentaram 3 e 2 trabalhos respectivamente. Já a região Nordeste e a região Centro-Oeste não tiveram representatividade em trabalhos apresentados com a temática investigada, conforme gráfico 9 abaixo:

Gráfico 9 - Total da temática Patrimônio Cultural e Turismo nos PPGGs brasileiros por Região, entre 1998 a 2014



Nota: o autor

Os resultados das temáticas ora investigadas tiveram representatividade baixa em relação tanto aos outros temas quanto ao universo total pesquisado de 8.797 trabalhos. Isso pode estar ligado ao fato de que o tema Patrimônio Cultural e mesmo o Turismo, ligados ou separados, são recortes temáticos recentes na pesquisa geográfica. Tradicionalmente, a pesquisa desses temas está centrada em outras áreas do conhecimento, tais como a História, a Antropologia, a Arqueologia, a Arquitetura e a Economia, o que nos leva a considerar a perspectiva de que a Ciência Geográfica brasileira demonstra interesse nas investigações das temáticas aqui referidas, indicando o empenho de geógrafos na construção de um novo campo de estudo e que

trará novas abordagens para explicar as relações contidas entre a Geografia, o Patrimônio Cultural e o Turismo. Tal relação será aprofundada no capítulo seguinte.

A exemplo das outras temáticas abordadas anteriormente, a presente pesquisa identificou, no período compreendido entre 1998 e 2014, um total de 67 trabalhos que abordaram o Patrimônio em suas mais diversas apresentações, excluindo-se os trabalhos que trataram da relação Patrimônio Cultural e Turismo. Para entender a abordagem geográfica nas pesquisas sobre o Patrimônio Cultural, selecionamos três trabalhos que trataram dessa temática e que discorreram sobre esta de diferentes perspectivas de usos e escalas. A primeira escolha se deu porque o trabalho em questão se debruçava sobre o Patrimônio Cultural da Humanidade, numa escala mundial, tombado pela UNESCO. O segundo trabalho apresentou o Patrimônio Cultural como recurso de ensino da Geografia escolar aplicado como metodologia conhecida como Educação Patrimonial. O último trabalho trata das relações identitárias do Patrimônio Cultural enquanto bem tombado na escala do lugar.

A Dissertação de Mestrado (Schuler, 2009) intitulada "Transformações Locais das Relações Sociais num Patrimônio da Humanidade: o caso da Quebrada de Humahuaca, Jujuy, Argentina" já traz, em seu próprio título, a identificação de que se trata de um Patrimônio Cultural tombado reconhecido pela chancela da UNESCO. O trabalho foi defendido no ano de 2009 no PPGG da UFPR. A Quebrada de Humahuaca é um vale montanhoso localizado no extremo noroeste do território argentino fazendo divisa com a região dos Andes. Por ser um lugar com uma paisagem inserida num sistema natural-ambiental, integrando suas sociedades e culturas, foi tombado como Patrimônio Histórico e Arqueológico da Humanidade pela UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural, em 2003, e sua excepcionalidade é justificada pela autora (2009, p.10): "Suas modalidades na produção da paisagem se mostram no uso de tecnologias tradicionais, estilos construtivos, na manutenção de costumes e crenças particulares". Tais particularidades se mostram visíveis na paisagem, legitimando-se como testemunha da história e da evolução desta sociedade. O trabalho é revelador das imensas implicações e contradições que este título representa: a autora busca revelar, nos métodos da Geografia Social e da Geografia Cultural, as consequências deste

reconhecimento. Sua análise mostra a interferência do global no local, apontando as mudanças que vão desde o senso estético, as relações e os sistemas econômicos e de poder até a alteração na configuração social ao longo de todo o vale da Quebrada de Humahuaca. A reflexão crítica que a autora faz da relação Local *versus* global é amparada em várias teorias e autores que abordaram a cultura e a economia globalizada em seus diversos vieses. Alguns destes nomes são Zygmunt Bauman, Anthony Cohen, Donald Geertz, Néstor García Canclini, Anthony Giddens, Stuart Hall, David Featherstone, dentre outros. A autora do trabalho acaba concluindo (IBIDEM, p.34):

A condição globalizante traz, ao mesmo tempo, elementos culturais distantes que podem ser incorporados como costumes e valores de outras culturas, como também hábitos do cotidiano desenvolvidos na proximidade, em todas as latitudes. Assim, os localismos, ainda quando exóticos para outras culturas, voltam a ser valorizados, agora disseminados no mundo global.

Assim, dentro do paradoxo do Global e do Local na contemporaneidade, entendemos que, ao preservar o Local, atendemos a uma demanda externa, ou seja, ao movimento de globalização. O trabalho também denuncia as outras consequências espaciais ligadas ao processo de patrimonialização da Quebrada de Humahuaca, como o rearranjo do meio construído, o enobrecimento de locais, que faz com que estes deixem sua originalidade para se converterem em locais mais luxuosos ou mais palatáveis ao turista ou visitante. Segundo a autora, há ausência de planejamento de gestão de todo o bem patrimonializado que envolva o desenvolvimento tanto econômico, social, turístico, como também territorial, revela a fragilidade da cultura local, a deterioração do meio natural, a diminuição da participação da população local pela vinda de empresas e empreendedores de outras localidades. Como efeito, o discurso do tombamento da UNESCO em preservar um Patrimônio Mundial de Valor Excepcional, sob as égides da sustentabilidade e de salvaguarda para gerações futuras, se apresenta como um grande fracasso.

A contribuição desta pesquisa, da perspectiva dos estudos recentes da ciência geográfica, é o olhar crítico para a patrimonialização da Quebrada de Humahuaca, trazendo uma interação na abordagem geográfica social e cultural, que se

mostra sensível à paisagem enquanto processo de materialização das culturas, do meio natural e da sua representação social, quer seja em seus conflitos, quer seja em suas conquistas. Tais abordagens utilizadas neste trabalho estão em constante diálogo com outras disciplinas das ciências sociais, visto pela utilização de teóricos da Antropologia, da Sociologia, da História e da Filosofia, como já anunciava Veschambre (2007) em seus estudos investigativos.

Ainda que o trabalho faça uma construção coerente da sua análise, a autora não aproveita a oportunidade para evidenciar onde e como os geógrafos podem atuar de forma propositiva. Sob nosso ponto de vista, uma das contribuições que a Geografia pode dar, especificamente neste caso analisado, é ser representada dentro das discussões e articulações para a construção do planejamento espacial que abarque novas propostas e favoreçam o equilíbrio entre o Global e o Local.

A Dissertação de Mestrado de Liberalesso (2013), "A Educação Patrimonial e o Ensino de Geografia: experiência nas escolas públicas da cidade de Santa Maria-RS", aborda, por sua vez, a questão da consciência preservacionista por meio do Patrimônio Cultural no ensino da Geografia em escolas do ensino fundamental de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O trabalho, que foi defendido no PPGG UFSM em 2013, propõe que, com o movimento de patrimonialização de bens culturais materiais e imateriais nas últimas décadas, a conscientização em relação ao Patrimônio Cultural é importante para formulação de atitudes positivas e proativas para a sua valorização. Sua pesquisa envolveu quatro escolas da cidade de Santa Maria que, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da Geografia, abordou projetos de Educação Patrimonial com alunos e professores do ensino fundamental, justificando-se (p. 10):

a respeito do significado e relevância que esses bens possuem, promovendo experiências educacionais nesse âmbito, é possível fortalecer o sentimento de pertencimento, compreensão e respeito das diferentes culturas e de suas formas de manifestações (patrimônios).

Para a autora, a educação é o agente principal para a conscientização sobre o Patrimônio e vai além da compreensão espacial, reconhecendo-se como parte dele. Para tanto, as ações não podem ser dissociadas de outros agentes de igual importância

como o poder público, a comunidade onde o Patrimônio se encontra e as instituições de ensino para que os vínculos sejam construídos e fortalecidos.

Pelo que foi compreendido da pesquisa em questão, a Educação Patrimonial é um método, uma prática, que pode ser interdisciplinar e que possibilita a interpretação, a compreensão e a valorização dos bens culturais materiais ou imateriais. A autora afirma que a Educação Patrimonial inserida no ensino da ciência geográfica "proporciona a revalorização da cidadania enquanto gera a salvaguarda da memória individual e coletiva, colaborando também para a formação de um senso crítico diante da importância da preservação" (p.12). Isto significa dizer que a Educação Patrimonial poderá assegurar aos seus sujeitos a identidade cultural e a ressignificação das práticas culturais, construindo o senso crítico e conhecedor das manifestações culturais no espaço geográfico em que vivem.

No ensino da Geografia, os anos elementares são destinados a aprender uma das categorias espaciais que está mais próxima de seu espaço de vivência, ou o espaço das relações sociais mais próximas, que é o Lugar, como a autora defende (p. 22):

Sendo assim, a análise do espaço de vivência permite apreender os vínculos que o grupo social estabeleceu com seu entorno ao longo do tempo, vindo a determinar a sua identidade e memória, e, até mesmo, possibilitando perceber as influências externas que transformam a realidade do lugar.

A partir desta compreensão, o aluno poderá perceber as outras categorias espaciais e escalares e ter a possibilidade de tornar-se mais que um sujeito: um agente de transformação espacial. O começo de uma transformação cidadã poderá ser dado por meio da Educação Patrimonial.

Como método da sua pesquisa, a autora analisou o PCN da Geografia e, especificamente, as abordagens transversais sobre a pluralidade cultural; os livros didáticos utilizados nas séries elementares nas escolas escolhidas para a pesquisa, além de entrevistas com os professores de Geografia das séries básicas.

Sobre as análises feitas do PCN, a autora identifica que, na Geografia, é possível trabalhar as questões sobre o Patrimônio Cultural através dos temas inseridos nas questões culturais, como músicas e histórias de nosso folclore. A pesquisadora

identificou que os livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental I e II abordam a cultura e o Patrimônio Cultural nacional e internacional de forma breve e superficial e, nas pesquisas com os professores, houve a constatação de que, embora muitos já tenham um certo conhecimento do que é Educação Patrimonial, não se aventuram em aprofundar seus conhecimentos e ampliar a questão para além do livro didático. Muitos também se justificam colocando que este tópico é muito mais afeito à disciplina de História do que da Geografia, e não enxergam as possibilidades interdisciplinares que o tema oferece.

Desta forma, os resultados da pesquisa constataam que o conhecimento e a prática da educação Patrimonial são pouco difundida nas escolas, nos livros e entre os professores da Geografia. Como sugestão, a autora propõe que haja maior capacitação dos professores sobre o tema, a fim de inseri-los no universo de possibilidades de trabalhos em temas transversais e interdisciplinares, possibilitando a construção do conhecimento geográfico - cultural na formação dos alunos da educação básica.

A pesquisa, embora tenha uma elaboração sinuosa, aborda a principal função da Geografia: explicar as relações do homem e da natureza e suas implicações no espaço. Dentro do que se observou, o trabalho trouxe uma nova e importante perspectiva do Patrimônio sob a ótica geográfica, a contribuição prática e viável para o ensino da Geografia de suas categorias e de suas escalas por meio do Patrimônio Cultural. Assim, a abordagem do Patrimônio Cultural se tornaria possível durante a construção do conhecimento geográfico, notadamente nas escolas, por meio dos professores.

Por fim, este trabalho se debruça sobre a Dissertação de Mestrado de FEIBER (2007), intitulada "O papel do Patrimônio Histórico na construção do lugar: a Igreja Nossa Senhora de Fátima em Cascavel - PR", defendida no PPGG UFPR, no Paraná, em 2007. A pesquisa é um estudo de caso e aborda as relações contidas na significação e ressignificação de um símbolo como expressão identitária de um grupo social. O objeto da pesquisa é a Igreja Nossa Senhora de Fátima, que foi construída por uma comunidade rural chamada São João D'oeste, em Cascavel, PR, e que, anos após sua construção, foi removida para outro local. O objetivo da autora na pesquisa é

demonstrar a importância do Lugar como relação entre um objeto (material ou imaterial) e seu significado na existência de uma comunidade. Para tanto, a autora define o Lugar como categoria espacial estudada pela Geografia Cultural e Social (p.14):

Esta categoria será investigada na interface entre Geografia Social e Cultural bem como nas ciências afins, pois se acredita que a relação indivíduo/patrimônio nasce de um processo cultural numa determinada sociedade e em dado momento histórico.

A autora ampara sua afirmação nos diálogos entre os autores da Sociologia , além de teóricos da Geografia para explicar a relação entre a função social do Lugar e o Patrimônio Cultural, esclarecendo (p.10):

Enquanto o “lugar” pode ser interpretado como um elemento (real ou fictício) que liga os indivíduos através de relações sociais e sentimentos de pertencimento a sua sociedade, o patrimônio cultural apresenta, através da sua materialidade, um “lugar” simbólico no qual se insere e expressa a historicidade e a sociabilidade dessa sociedade.

Assim, o Lugar é identificado e reconhecido pela materialidade e imaterialidade construídas no passado e no presente, nas relações sociais e culturais, em uma determinada sociedade, criando, desta forma, o sentimento de pertencimento e de identidade. Porém, estas relações se estabelecem também por meio de representações ou significados e, neste sentido, a autora traz os elementos da semiótica para elucidar a representação do Patrimônio Cultural e seu significado enquanto signo para quem ele é significante (p.48): "O signo passa a ser entendido como uma representação de algo para alguém, ou seja, toma o lugar do objeto na mente humana e representa esta ideia através de uma interpretação", diz a autora.

A igreja, objeto da pesquisa, era o lugar das relações culturais, sociais e religiosas, e foi construída pelos moradores de São João D'oeste ao longo de anos. A matéria-prima era a madeira, com a técnica de encaixe típica das construções da região daquela época. Em 1985, a comunidade recebeu um novo templo, agora de alvenaria, cuja manutenção seria menos trabalhosa que a da igreja de madeira. Mesmo com uma nova igreja erguida, os moradores se mostraram contrários à demolição do templo. A solução veio do poder público, que propôs a mudança para um outro local, um parque ecológico na cidade de Cascavel. O novo projeto teve a anuência dos moradores e a

igreja mudou de nome para a "Igreja do lago", foi tombada como Patrimônio Cultural pelo município, porém, isto mudaria também seu significado: era agora um símbolo das construções antigas, mas fora do seu contexto histórico-cultural, fora de seu lugar significativo e, portanto, sem o mesmo valor de outrora.

Como metodologia de seu trabalho, a pesquisadora realizou entrevistas com três gerações de moradores de São João D'oste para identificar as relações que estes tiveram com o antigo templo e a relação que têm agora com a igreja em outro local. Como resultado das entrevistas com os entes da primeira geração, a autora identificou que estes nutriam sentimentos de nostalgia em relação ao tempo em que frequentavam a primeira igreja: a dificuldade "fortificava os laços com o seu espaço cotidiano" e, como atesta a autora: "São as experiências concretas do vivido preenchido pela afetividade" (p. 72). Com os representantes da segunda geração, a relação é menos intensa pelo fato de se inserirem "em uma história já escrita": não possuem mais a mesma conexão com o signo como tinham seus pais, ou seja, a experiência vivida cria significados de identidade diferentes. A terceira geração, por sua vez, teve ainda menos relação com o templo porque é posterior à mudança do lugar, e não teve a mesma interação que seus pais e avós, portanto, a igreja está ausente de sua memória e de suas referências geográficas. Assim, um signo que representava a identidade sociocultural e religiosa de um lugar se esvazia ao se dissociar de seu sentido. A autora traça sugestões de propostas de refuncionalização da Igreja, que vão desde voltar a ser um templo religioso ou um espaço cultural, até fazer parte de um circuito turístico como forma de mantê-lo vivo e parte da memória arquitetônica de uma região.

Desta forma, uma das boas contribuições deste trabalho foi demonstrar, com estudo de caso, como a geograficidade do Patrimônio Cultural organiza lugares, como fixa e representa a identidade cultural de indivíduos ou sociedades. A mudança espacial do Patrimônio, sem seu significado e seus significantes, torna-se apenas um objeto fadado ao esquecimento e, conseqüentemente, ao desaparecimento.

Os três trabalhos tratam de questões geográficas diferentes, que reforçam a presença e a pertinência do estudo do Patrimônio Cultural pela Geografia, quer seja pela denúncia a respeito de um Patrimônio Cultural específico, pelo uso do Patrimônio

como método de ensino geográfico para ensino da Geografia nos anos básicos ou pela evidente relação com o Lugar como categoria espacial. Em comum, todos dialogam com as outras ciências sociais confirmando o que Veschambre (2007) já afirmava: "se há um objeto que seja transversal a todas as ciências sociais, este objeto é o Patrimônio". Hertzorg (2011) vai além: ela acredita que o Patrimônio Cultural está dissolvendo as próprias fronteiras da Geografia, contribuindo para um novo movimento de renovação da ciência Geográfica.

CAPÍTULO 4. TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL: ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E RESULTADOS

Esta pesquisa buscou relacionar, dentro de um universo identificável, as Teses de Doutorado e as Dissertações de Mestrado defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia do país que versam sobre Turismo e Patrimônio Cultural. Estes trabalhos estão disponíveis de forma digital na *homepage* de seus respectivos Programas ou pela Capes em seu catálogo de Teses e Dissertações²⁸. Desta forma, construímos uma metodologia quantitativa que nos permitiu a elaboração de um banco de dados onde o autor, o título, o orientador, o PPGG e ano de defesa estão identificados, como abordamos em Procedimento Metodológico.

A partir desta relação, a busca pela temática é verificada pelo título do trabalho e, em seguida, confirmada pelo seu devido resumo. O objetivo desta pesquisa é identificar, analisar e interpretar os trabalhos que abordam especificamente as temáticas do Turismo e do Patrimônio Cultural combinadas, o que proporcionará o caráter qualitativo da pesquisa. Para tal, escolhemos fazer a análise e identificar quais dimensões de análise são priorizadas, tais como: os principais recortes utilizados no trabalho: políticos, econômicos, sociais e culturais. Junta-se à tal análise as respectivas metodologias de pesquisa utilizadas na investigação em análise, e as categorias geográficas priorizadas na investigação: Território, Territorialidade, Lugar, Paisagem, Patrimônio Cultural Material ou Imaterial, Redes, Região, Escalas e Espaço, bem como as dimensões administrativas ou político-espaciais de análise, tais como as federais, estaduais e municipais. E assim, dentro destes critérios, apresentaremos a análise realizada no quadro 5 abaixo:

²⁸ Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Quadro 5. Relação dos Trabalhos analisados entre 1998 a 2014

	ANO	PPGG	AUTOR	Título
1	2005	UNICAMP	CIFELLI, G.	Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto – MG
2	2007	UFPR	NEVES, D.L.	Dois pra lá, dois pra cá”: Território, Globalização E Boi-Bumbá, Na Ilha Dos Tupinambá (Parintins – Amazonas)
3	2009	UEPG	PINTO, A. R.	As Dialéticas da Globalização: Patrimônio Cultural e Turismo
4	2009	UNICAMP	PANIS, M.	Turismo, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Local – O Distrito de Rincão da Cruz no Município De Pelotas/RS
5	2010	UNICAMP	SOTRATTI, M.	Imagem e Patrimônio Cultural: as Ideologias espaciais da Promoção turística internacional do Brasil - Embratur 2003 – 2010
6	2011	UEPG	DEMCZUK, P. G	Ferrovia e Turismo: Reflexões sobre o Patrimônio Cultural Ferroviário em Irati (PR).
7	2011	PUC RIO	FERRAZ, R.	Paisagem e Patrimônio: a atividade turística no município de Vassouras (RJ)
8	2013	UNESP PP	SANTOS, C. N	O Patrimônio Cultural e as Identidades territoriais como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística no Pontal do Paranapanema
9	2014	UFPA	LOBATO, A,S	Turismo, Patrimônio Cultural e Produção do Espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA
	2014	UFT	NASCIMENTO, N.N.	Turismo Cultural e a patrimonialização do polígono de tombamento do centro

10				histórico de Porto Nacional-TO
11	2014	UFMG	ALVES, R. C.	Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar: uma abordagem sociocultural do patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG
12	2014	PUC MG	CUNHA, V. L.	A Refuncionalização do Patrimônio Cultural e a mercantilização urbana a partir das atividades turísticas: um estudo de caso sobre o Centro Histórico de Ouro Preto
13	2014	UNICAMP	PANIS, M.	Circuitos turísticos Ítalo-descendentes: o uso contemporâneo das heranças culturais no sul e sudeste do Brasil

Nota: o autor

Nossa análise destes trabalhos também traz uma investigação mais dedicada a algumas questões importantes sobre o binômio Patrimônio Cultural e Turismo. Dedicamos nosso olhar para identificar as três abordagens relevantes da análise: se o trabalho possui uma visão crítica sobre o Turismo; se o Turismo favorece a preservação do Patrimônio Cultural e, por fim, quais seriam as principais contribuições do trabalho para o tema. Assim, relacionamos abaixo as Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado analisadas, de forma sequencial, numerada e em ordem cronológica.

1- O primeiro trabalho a ser objeto de análise desta pesquisa é a Dissertação de Mestrado intitulada "Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto - MG (CIFELLI, 2005, 220p.), defendido no PPGG da UNICAMP. A pesquisa investiga a relação entre o Turismo, o Patrimônio Cultural e o território em Ouro Preto - MG, sob uma perspectiva de análise geográfica. Neste sentido, buscou identificar, por meio das estratégias de ação e da lógica de funcionamento da atividade turística, quais os modos pelo qual o Turismo vem se apropriando de determinadas porções do território, de como transforma seus atributos singulares (Patrimônio Cultural) em atrativos turísticos e quais

as transformações de ordem material e simbólica ocorridas ao Patrimônio e ao território apropriado por esta atividade.

Como principais recortes utilizados na pesquisa, identificamos o recorte social, político, econômico e cultural. O recorte social é bem evidenciado quando a autora expõe como tais relações vêm mudando ao longo da existência do município, principalmente ao que se refere à exclusão social destacada pela ausência da participação de todos os segmentos sociais no planejamento e na gestão turística, criando a valorização imobiliária, a elitização do território, os conflitos sociais e o enfraquecimento da diversidade sociocultural. O recorte político permeia todo o trabalho, desde a própria história do lugar, as questões de envolvimento com o tombamento da cidade como Patrimônio Histórico da Humanidade, até as questões que envolvem todas as esferas políticas de planejamento e da gestão do Turismo da cidade. O recorte cultural também se evidencia por toda a pesquisa, quer seja pela representação na esfera material, da arquitetura colonial, da presença de museus, da riqueza mineral contida nas igrejas e na paisagem singular, quer seja pela representação imaterial das tradições religiosas muito presentes até a atualidade. E por fim, o recorte econômico que também está presente em todo o trabalho de pesquisa. A própria história da cidade se funde com a história econômica do país pela mineração do ouro e a questão mais recente, que é a presença da atividade turística, sendo esta a responsável por grande parte da economia do município.

Em relação às dimensões administrativas ou político-espaciais de análise abordadas pelo trabalho, identificamos que a esfera municipal é a mais presente, porém, as questões investigadas estão relacionadas às dimensões estaduais, federais e até mundiais, que são apresentadas na forma de como seus atributos históricos, materiais e imateriais são transformados em atrativo turístico, sendo divulgado e reconhecido como um dos destinos mais visitados por turistas e excursionistas. A respeito disso a autora comenta (CIFELLI, 2005, 154):

Apesar de atuarem como atrativos turísticos, as áreas naturais não são muito visitadas pelos turistas, em função, principalmente, da falta de infra-estrutura e de segurança oferecidas aos visitantes, somadas à prioridade dos turistas pelo turismo urbano de cunho cultural. No entanto, a diversidade de atrativos e atrações oferecidas pela cidade promove uma diversificação do público composto por turistas (nacionais e estrangeiros), e excursionistas, determinando o nível de interação e envolvimento dos visitantes com o patrimônio histórico e cultural da cidade e a sazonalidade da atividade.

Isto expressa a intensidade de visitantes que a cidade recebe motivados pela divulgação turística realizada pela EMBRATUR²⁹ e pelo Ministério do Turismo, por meio da implementação da rota Estrada Real, envolvendo assim, todas as dimensões acima comentadas.

Como metodologia da pesquisa, a autora utiliza-se algumas técnicas, tais como a realização de uma consistente pesquisa documental e bibliográfica; no uso do recurso de entrevistas com representantes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil da cidade e nos trabalhos de campo a execução do mapeamento do núcleo histórico preservado de Ouro Preto- MG. Com essa combinação e o rigor da aplicação de tais técnicas evidenciam a qualidade dos resultados obtidos e demonstrados ao longo do trabalho.

Em relação às categorias analisadas, o território e a territorialidade, são as categorias espaciais utilizados para delimitar um dos objetivos da pesquisa (CIFELLI, 2005, p.20):

[...] analisado a partir da escala do território, para pensarmos as formas de transformação, subordinação e/ou adaptação dos imperativos globais às especificidades locais, direcionando a análise para a relação entre a atividade turística, regida por um sistema de ações, muitas vezes externas ao local e impulsionadora de fluxos materiais e imateriais que, ao interagir com o sistema de objetos preexistentes, como a materialidade herdada, gera uma realidade única.

Vimos aqui que as questões do local e global recebem destaque na pesquisa e os teóricos visitados pela autora para fundamentar esta relação são: Milton Santos (2000), Boaventura de Souza Santos (2002), Ortiz (2000).

²⁹ **Embratur** ou **Instituto Brasileiro de Turismo** é o nome de uma autarquia especial do Ministério do Turismo do Brasil. Sua função é executar a Política Nacional de Turismo do governo brasileiro no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Fonte: <<http://www.embratur.gov.br/piembratur-new/opencms/>> acesso em 21/02/2018

Em atenção à visão crítica do Turismo, a autora tece críticas muito pertinentes ao emprego da atividade turística (CIFELLI, 2005c, p.1):

Encarada como um dos meios de conciliação dessa realidade contraditória, a atividade turística vem sendo, cada vez mais, requisitada para suprir as necessidades econômicas de cidades portadoras de uma densidade considerável de bens patrimoniais, tombados ou não, ao aproveitar-se das suas particularidades formais e da sua valorização cultural, como forma de geração de valor econômico.

A autora expressa aqui a realidade de cidades históricas, cidades que possuem ou têm em potencial algum atrativo turístico, quer seja cultural, quer seja de outra natureza. O fato que é há a real necessidade concomitante em adequar a escassez de recursos econômicos e a de conseguir rentabilidade com o que estes lugares têm a oferecer: a sua singularidade. Neste processo, há sempre um resíduo, quer sejam as "alterações materiais e simbólicas" (CIFELLI, 2005 p. 16) ou quer sejam o desprezo de uns em favorecimento de outros. E neste sentido, o trabalho de Cifelli traz suas críticas e avaliações de forma rigorosa e categórica.

No que se refere à questão de que se o Turismo favorece a preservação do Patrimônio Cultural, o trabalho traz importantes contribuições no que tange às críticas ao Turismo de massa (CIFELLI, 2005, p.100):

De acordo com a lógica de organização do turismo de massa, o grau de independência e individualidade do visitante torna-se pouco relevante, já que todas as atividades são condicionadas à satisfação dos grupos, que chegam em levadas sucessivas às localidades visitadas, principalmente, nos períodos de alta temporada, levando à massificação dos serviços e à adaptação dos estabelecimentos comerciais e dos atrativos ao atendimento do grande público.

A crítica da autora sobre o estímulo ao Turismo de massa em Ouro Preto - MG é que, além de substanciar a valorização de um roteiro que contemple uma localidade já valorizada, há outras tão importantes e de grande de valor histórico que não são visitadas. Cria-se assim uma apreciação maior pela concentração e produção de espaços estabelecidos, tornando as oportunidades de negócios mais difíceis ao pequeno empresário e a pouca interação da população com os visitantes. A medida é sempre a quantidade em detrimento da qualidade. E assim, o Patrimônio que estiver

neste circuito é favorecido porque obtém visitantes pagantes. Nesta lógica a autora nos adverte para a exclusão socioespacial produzida por este tipo de Turismo.

Quando analisamos as principais contribuições do trabalho para o tema, nos deparamos com muitas. Dentre elas está a demonstração de como o espaço é produzido e reproduzido, favorecendo mais os investidores externos e desfavorecendo os comerciantes e/ou empreendedores locais. Porém, é sobre a explicação muito bem embasada numa bibliografia diversificada e contextualizada sobre a pertinência da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural (CIFELLI, 2005, p. 31):

A instituição do jogo de interesses e das relações de poder entre a instância, econômica e social influencia decisivamente a produção e a apropriação do espaço social, determinando sua conformação material e simbólica que produzem formas de vivência social e de valorização dos atributos espaciais ao longo da história. Dessa forma, as perspectivas de análise e compreensão desses sistemas de objetos, valorizados ao longo do tempo como patrimônios culturais, perpassam pela relação existente entre as especificidades do lugar composto pela herança material, pelas relações sociais que lhes atribuem valor e sentido e pelas dimensões políticas, econômicas e culturais que, articuladas entre si, produzem um sistema de relações entre sociedade e espaço.

Desta forma, a autora evidencia a lógica que existe entre o Patrimônio Cultural Material e Imaterial e sua ação na produção do espaço geográfico.

2- A dissertação de mestrado "Dois pra lá, dois pra cá": Território, Globalização E Boi-Bumbá, Na Ilha Dos Tupinambá (Parintins – Amazonas)" (NEVES, 2007, 166p.), defendida no PPGG da UFPR, versa sobre as transformações ocorridas desde que a Festa do Boi Bumbá de Parintins se tornou o Festival de Parintins. O festival é uma apresentação cênica da batalha entre dois bois, um chamado caprichoso e o outro, garantido. Tal encenação foi ganhando *status* de superprodução, crescendo a cada edição, tornando-se o maior espetáculo cultural do estado do Amazonas. As mudanças sociais e territoriais trazidas por este crescimento também permeiam as relações entre as questões locais e globais trazidas por esta transformação e elevando a Ilha dos Tupinambás em destino turístico internacional.

Todos os principais recortes utilizados no trabalho como o político, o econômico, o cultural e o social foram identificados, sendo o recorte político o menos discutido. Este recorte se mostra muito presente quando o autor coloca que o governo

do estado do Amazonas é o principal patrocinador e investidor. Em contrapartida, o evento é usado em campanhas eleitorais ou divulgação turística do Estado. A prefeitura também destina recursos financeiros e humanos e tem, evidentemente, muito interesse na realização do Festival, ficando com o ônus de suporte e investimento para que o evento ocorra.

Há também outros patrocinadores empresariais, mas há sempre a sua interferência, uma vez que faz alguma exigência para identificar o seu consumidor e o evento. Isto já nos leva ao recorte econômico, que evidencia a problemática econômica trazida pelo alcance que o evento tem junto aos interesses políticos e econômicos envolvidos. O autor denuncia a perversidade da exclusão econômica imposta aos moradores pela realização do evento (NEVES, 2007, p.89):

O Festival se torna elitizado, quando apenas alguns têm acesso ao bumbódromo. Isso é especialmente preocupante quando se percebe que a população parintinense fica à margem do festival que lhe pertence social e culturalmente. O império financeiro prevalece na organização do Festival e no acesso a ele.

O autor explica que a população local tem acesso apenas às arquibancadas gratuitas e que estas são insuficientes. Ainda que as tais organizações se comprometam em pagar seus artistas pela sua performance, nem sempre isto é cumprido e assim os artistas locais vendem seus lugares nas arquibancadas e cadeiras para que tenham algum retorno financeiro garantido.

O evento ocorre em apenas três dias do ano, sempre no mês de julho. Nestes dias a cidade triplica sua população, que, segundo o censo do IBGE de 2.000, era de 58.125, na área urbana. O recorte cultural é também apresentado na interferência cultural durante a organização e a realização do evento. Uma delas é relatada pelo autor em relação aos costumes estrangeiros (NEVES, 2007, p. 71):

Com a chegada de diversos turistas, mudam-se os hábitos da pacata cidade. Cidade de fortes costumes religiosos, principalmente católico, a cidade se vê abalada nos seus padrões habituais, ao ser 'invadida' por turistas vestidos com trajes de banho, andando seminus pelos quatro cantos, como se houvesse alguma praia ou balneário por perto.

Nesta observação, obtida em seu trabalho de campo, deixa claro que a população flutuante de turistas e visitantes não conhece e não respeita os costumes locais. Segundo o autor (NEVES, 2007, p.72) "As mais impactantes mudanças são os atos desrespeitosos aos moradores e à ordem da cidade que este tipo de invasão temporária é capaz de causar." Os turistas, na grande maioria, estão interessados apenas na fugacidade do festival, nas festas e nas farras antes e durante o evento, tanto que não ficam para o resultado final da disputa dos bois, que se dá apenas no dia seguinte do final do festival. O sentido da festa, tem também um fundo religioso, pois o boi Caprichoso surge de uma promessa feita a São João. Brincar de boi bumbá é, segundo a tradição, uma forma lúdica de pagar promessas. E, com a globalização do evento, como o próprio autor explica, até a data do evento, que antes ocorria em junho nos dias próximos às comemorações de São João, foi mudada para atender a 'disponibilidade' de muitos turistas, devido às férias escolares no sul e sudeste do país e o verão no hemisfério norte, ou seja, os interesses econômicos sobrepujaram a tradição para lucrar com a vinda deste público ansioso pelo consumo momentâneo de novas e hedônicas experiências.

Em relação ao recorte social, o pesquisador aponta que a festa antes de se tornar festival era uma manifestação social e cultural da tradição amazonense, onde, de um lado o boi Caprichoso e do outro o boi Garantido representavam territorialidades e sua disputa era uma interação entre elas. Hoje a festa ainda ocorre, mas de forma enfraquecida e cada vez mais distante da área urbana da Ilha. O Festival acabou por impor um clima de rivalidade: os azuis contra os vermelhos e vice-versa, criando um ambiente acirrado semelhante às torcidas de futebol. Segundo o autor, o evento adquiriu um clima de 'carnavalização' do Festival de Parintins, referindo-se à "luxosidade e suntuosidade" dada às alegorias. A inserção de instrumentos musicais, como o surdo, também é uma influência do carnaval, uma vez que seu uso não é tradicional. Nos parece que a única semelhança restante entre a Festa do Boi Bumbá e o Festival de Parintins é a certeza de que os personagens principais são dois bois, por enquanto.

É difícil não observar a descaracterização da tradição e não lamentar as distorções trazidas pela visibilidade que o evento ocupa no calendário nacional e internacional. Mais difícil ainda é ver que a tradição virou um negócio para o outro, aquele que vem de fora e amealha os lucros, as vantagens, e deixam em troca, as quirelas e o lixo. E a população se ilude que com três dias do evento terá sustento garantido para o restante do ano.

Em relação às dimensões analisadas por este trabalho de pesquisa, destacamos a dimensão municipal e a estadual. O autor foca sua pesquisa no âmbito municipal, sobre a questão da tradição da Festa do Boi Bumbá e do recentemente famoso Festival de Parintins da Ilha dos Tupinambás. A Festa do Boi Bumbá não é exclusividade da ilha, ela ocorre em vários outros povoados da região amazônica. A festa simboliza a miscigenação de vários povos indígenas, de migrantes nordestinos que trouxeram o gado para a Amazônia e de religiosos católicos. O município, enquanto sede do Festival, vive o ano preparando a cidade para receber o evento, ficando com grande parte do ônus que um evento deste porte trás, o lixo, a atenção com a segurança e a infraestrutura receptiva de turistas, como, por exemplo, o muro de arrimo para embarcações. Há, é claro, um aporte de recursos advindo dos impostos e do estado do Amazonas e da visibilidade trazida pela mídia.

Já na dimensão estadual, o governo do estado elevou o evento como sendo uma tradição folclórica do estado do Amazonas, investe como patrocinador do evento e usa a infraestrutura do evento como vitrine política, como atesta o pesquisador (NEVES, 2007, p. 87):

Isso se torna claro quando o Estado assume a parceria na organização do Festival, através da Secretaria Estadual de Cultura, e a construção do novo espaço para as festividades, o bumbódromo, que tem como nome oficial Centro Cultural Amazonino Armando Mendes, governador à época da construção do bumbódromo e tradicional cacique político do Estado do Amazonas.

O uso político do evento carrega, ao mesmo tempo, a notoriedade e consegue aumentar o capital eleitoral desses políticos, como de aumentar a visibilidade do evento, trazendo grandes patrocinadores nacionais e internacionais, trazendo mais

recursos para que o evento ganhe ares de superprodução, como já mencionamos anteriormente.

Quanto à metodologia de pesquisa, o trabalho se apresenta como um estudo de caso, com trabalho de campo e com uma pesquisa bibliográfica sobre o surgimento da festa do boi bumbá.

As categorias geográficas identificadas foram as seguintes: território, região, territorialidade e lugar. Dentre todas as categorias espaciais, a categoria território é a mais dissertada, tanto que consta no título do trabalho. O autor buscou argumentar a importância desta categoria para a ciência geográfica e que tantas vezes essa categoria foi confundida, mesmo por geógrafos, com sendo o espaço geográfico. Isto deve-se ao fato de que a ideia de território nos primórdios dos estudos geográficos estava ligado ao sentido físico do termo, ou mesmo como sinônimo de terra, numa abordagem que remete aos tempos de Ratzel quando o território estava ligado aos limites do Estado, dando então a ideia de propriedade. Há muito tempo esse pensamento mudou, ou melhor, evoluiu. Vários pensadores, desde Ratzel a Raffestin, Moreira, Becker, Santos, Claval, Haesbaert, todos deram sua contribuição para esta importante categoria geográfica.

Assim, o autor investe na ideia mais atual de território, que é aquela que reconhece as relações sociais, de poder e históricas contidas num espaço concreto (NEVES, 2007, p. 53):

Deste modo, as relações de poder constituem peças chaves para a compreensão geográfica do território, uma vez que essas relações são exercidas, muitas vezes, de maneira subjetiva dentro de uma sociedade. Portanto, quando se defende hoje uma maior e melhor utilização desta abordagem dentro das Ciências Humanas e da Geografia, em especial defende-se que as relações sociais enquanto ocorridas dentro de um espaço materializado e definido fisicamente, sejam o foco das atenções.

Desta forma, quando abordamos as questões do território, estamos abrangendo as relações humanas e físicas, materiais e imateriais, dentro de um espaço físico definido. Assim, a Geografia se mostra una, pois tais relações estão intimamente ligadas e inseparáveis. No caso de Parintins, é visível a delimitação dos territórios pela

cor das agremiações e que mostra claramente a uma relação de poder quanto ao espaço concreto.

Quanto à territorialidade, esta categoria já carrega as questões das relações identitárias dos grupos em seus territórios, conforme explica o autor (NEVES, 2007, p. 19):

[...] territorialidades serão compreendidas enquanto construídas através das relações exercidas e historicamente forjadas por uma parcela da sociedade num dado espaço, acabando por assim configurar as relações de poder que então se manifestarão na conformização destes territórios.

A presença da cor, no caso de Parintins, demarca sim seu território, porém assumir as características de cada Boi no âmbito mais íntimo dessa população, quer seja nas bandeiras, na torcida ou naquilo que elas se reconhecem, ou seja, a territorialidade, tem a ver com o simbolismo daquilo que determinada para a população que se identifica.

A categoria lugar também é usada e defendida pelo pesquisador. Ele advoga a favor de que o lugar é onde começa nossa noção de percepção de mundo e onde vamos construindo nossas relações familiaridade com o espaço.

Quanto à visão crítica do Turismo, o trabalho é bem consistente neste ponto. Ele denuncia que toda a vida cotidiana, o espaço geográfico, as mudanças da festa para o Festival e até mesmo a data do evento foi mudada para atender a demanda turística. A globalização do evento trouxe notoriedade da festa do Boi Bumbá de Parintins e tirou a paz e a tranquilidade que os moradores tinham anteriormente. Pouco dos lucros advindos do setor turístico fica na Ilha, não há demanda turística o ano todo para justificar empreendimentos hoteleiros e restaurantes mais elaborados. O autor deixa evidente que toda essa espetacularização do Festival não implicará em maiores benefícios à população de Parintins, assim como já comentamos anteriormente sobre a análise do recorte econômico.

Sobre se o Turismo favorece a preservação do patrimônio, na verdade, o trabalho não estabelece nenhuma relação com a questão da patrimonialização do Festival. Na época em que a pesquisa foi realizada, em 2007, o Festival era considerado a representação folclórica do estado do Amazonas. Porém, em oito de

novembro de 2018 o IPHAN, reconhece por unanimidade que a manifestação folclórica do Boi Bumbá de Paritins é Patrimônio Cultural do Brasil³⁰. Aqui, o que vemos é que a exposição do evento, transformando-o num grande espetáculo ajudou no processo de reconhecimento da Festa do Boi Bumbá como patrimônio cultural imaterial. Ainda é cedo e novas pesquisas serão necessárias para avaliar quais os efeitos serão trazidos para o Festival de Parintins, na Ilha dos Tupinambás.

Quanto às principais contribuições do trabalho para o tema, é importante que se coloque que este trabalho entra na segunda categoria da metodologia por nós estabelecida, ou seja, não há nenhuma das temáticas Turismo e Patrimônio Cultural explícitas no título ou que, de alguma forma pudesse sugerir que o trabalho abordaria essas duas temáticas, mas pesquisando no resumo do trabalho, identificamos que o trabalho se enquadrava na temática da pesquisa. A pesquisa trata das questões do Turismo e da magnitude que uma festa folclórica no Médio Amazonas que na época não era, mas recentemente se tornou Patrimônio Cultural do país. Independentemente disso, a maior contribuição da pesquisa foi a atenção que o autor deu às categorias geográficas. Foi um trabalho atencioso, fundamentado em postulados de reconhecidos pesquisadores do pensamento geográfico. E isto é de suma importância porque constrói aderência às questões da relevância dos estudos geográficos sobre as questões culturais, que numa questão de tempo, tornou-se Patrimônio Cultural nacional.

3- A Dissertação de Mestrado intitulada "As dialéticas da globalização: Patrimônio Cultural e Turismo" (PINTO, 2009, 65p.), defendida no PPGG da UEPG. A pesquisa em questão discute as implicações da globalização na importância do lugar como local de referências históricas, culturais e sociais já institucionalizadas, e o Patrimônio Cultural como movimento de defesa do lugar. Junto com ele, o Turismo aparece numa relação de concorrência entre os lugares para atrair recursos: "Desenvolve-se, portanto, a guerra entre lugares em que cada lugar utiliza suas virtudes e as coloca à disposição do consumo (localização, paisagens, cultura) com o intuito de entrar e permanecer na dinâmica global" (PINTO, 2009, p. 8).

³⁰ <https://www.acritica.com/channels/entretenimento/news/iphan-passa-a-considerar-festival-de-parintins-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acesso em 22/02/2019

Nossa análise reconhece que este trabalho aponta os recortes político, cultural, econômico e social, todos envolvidos no processo de patrimonialização de bens culturais materiais e imateriais. O recorte político foi identificado por abranger uma esfera institucional de regulamentação e conservação de tais bens. O recorte cultural foi claramente apresentado nas questões que envolveram a legitimação e a preservação da memória local. Já o recorte econômico foi evidenciado pela presença da atividade turística que utiliza o patrimônio institucionalizado como recurso de sua prática. Por fim, o recorte social foi identificado pela dimensão interpretativa da pesquisa que expôs o uso das relações sociais e das técnicas como construtoras da abordagem dialética contida na relação entre o mundo local e o mundo global.

O trabalho utiliza essencialmente a abordagem teórico-conceitual: a pesquisa é fundamentada em revisões bibliográficas voltadas para a questão da dialética contida nos processos de estabelecimento e salvaguarda do Patrimônio Cultural, além da dinâmica econômica trazida pela atividade turística.

Em função da análise do trabalho, as categorias geográficas apresentadas foram: o território, o lugar, a paisagem, o conceito de redes e as escalas global e local. O território não é analisado a partir do seu conceito, mas na composição com redes, os chamados territórios-rede. Sua abordagem está inserida dentro da análise de redes, da qual a autora a explica como conexão entre o global e o local, por meio de fluxos que a sustentam: "Nessas redes, as informações transcendem estruturas até então consolidadas e privilegiam aquelas envoltas em sua conectividade, demonstrando uma seletividade espacial que reforça, de certa maneira, as peculiaridades locais (PINTO, 2009, p.12)". As escalas global e local são as categorias geográficas mais analisadas na pesquisa, abordando suas relações dialéticas envolvendo o Patrimônio Cultural e o Turismo. A paisagem é a associação de objetos compartilhados na dimensão local, carregada de valores simbólicos e sociais e, com o desenvolvimento do Turismo, são qualificadas como recurso turístico. Assim, inserido na paisagem, o Patrimônio Cultural foi analisado a partir da sua dialética social, representada nos interesses entre dois grupos: aqueles que são favoráveis à patrimonialização e aqueles grupos que têm interesses contrários. Estes movimentos são dinâmicos e privilegiam as demandas do

presente porque é no momento atual que escolhemos o que queremos ou não manter preservado, fazendo com que a questão esteja sempre em discussão. O lugar também recebe um espaço extenso de análise: questões das singularidades e particularidades históricas e geográficas são traduzidas como Patrimônio do lugar, e sua ligação com a generalidade do contexto global se dá de forma dialética, resultando numa evidente defesa do lugar. Ainda que tenha prevalecido no trabalho uma abordagem teórico-conceitual, destacamos que as análises de tais categorias geográficas se mostraram um ponto alto em relação às outras análises realizadas pela autora ao longo do trabalho. O trabalho não trata de dimensões político-espaciais específicas e, portanto, estas não foram identificadas.

Em relação à abordagem crítica sobre a atividade turística, considerando que a pesquisa não tem um 'objeto' específico de análise, há explicitamente a referência sobre os benefícios e prejuízos que a atividade turística poderá trazer. A autora contextualiza o Turismo na atualidade, caracterizando-o como sendo produto da flexibilidade do capital que se apresenta de forma segmentada e dividida por parcelas homogêneas de mercado, cada uma delas com canais de distribuição e orientadas por motivações específicas. Ela explica que a segmentação por motivação cultural do turista traz um movimento competitivo onde as localidades competem entre si para a atração de turistas trazendo, muitas vezes, a descaracterização, a cenarização ou a artificialização dos bens culturais materiais e imateriais, causando estranhamento e constrangimento à vida social da localidade. Contudo, a autora contrapõe o argumento de que, se as localidades, através da gestão do seu Patrimônio, priorizarem a valorização de sua memória, história e identidade local e conseguirem estabelecer ações políticas adequadas ao Turismo que não interfiram na essência do lugar, as chances de uma troca positiva entre turistas e anfitriões aumentarão.

Nossa análise investiga se há, no trabalho em questão, alguma abordagem em relação ao Turismo que favoreça a preservação do Patrimônio. Assim, identificamos que a pesquisa não estabelece claramente esta relação de favorecimento ou prejuízo pela atividade turística em relação ao Patrimônio Cultural. As questões que se colocam

são aquelas de atenção à originalidade do Patrimônio Cultural e ao respeito à memória e identidade local para valorizar, assim, a autenticidade do presente.

Em relação à contribuição do trabalho para o tema, identificamos que, como a pesquisa é essencialmente teórica e que a mesma busca revelar os processos dialéticos que envolvem o Patrimônio Cultural e o Turismo na escala global, revelar tais processos é a grande contribuição do trabalho para se pensar o Patrimônio Cultural e o Turismo: a globalização é construída e compreendida a partir da escala local, do lugar. É nesta escala que a cultura do lugar interage com os movimentos atuais trazidos pela globalização como a interconectividade, a interdependência econômica, os movimentos sociais e políticos. Com isso, produzem-se novos significados e novas percepções.

O Patrimônio Cultural, no contexto global, representa a singularidade local: é a representação, a identidade dos contextos sociais locais e, ao mesmo tempo, representa uma mercadoria, podendo ser consumido como produto cultural e turístico, em escala global.

O Turismo é um fator de desenvolvimento econômico local e global. É verdade que auxilia na preservação do Patrimônio Cultural e na manutenção das identidades locais, mas sua existência e permanência estão intrinsecamente ligadas às dinâmicas das esferas econômicas e políticas, que podem tanto unir como apartar tais ordens escalares. E, por fim, a pesquisa contribuiu para um olhar atento aos movimentos dialéticos existentes na interação entre o Patrimônio Cultural, o Turismo e seus efeitos sob a ação da globalização.

4- A Dissertação de Mestrado intitulada "Turismo, Patrimônio e Desenvolvimento Local - o Distrito de Rincão da Cruz no município de Pelotas/RS" (PANIS, 2009, 229p.), defendida no PPGG da Unicamp. O trabalho analisado aborda as relações geográficas com o território, com a cultura material e imaterial identitária dos ítalo-descendentes, bem como o Turismo tratando das questões que envolvem o reconhecimento histórico da 5ª Colônia de imigração Italiana que se fixou na região do Rincão da Cruz, distrito da cidade de Pelotas, pelas instituições governamentais das esferas estadual e federal. A Dissertação trabalha ainda com a valorização do Patrimônio Cultural material, imaterial e natural da região, cujas características são

essencialmente rurais, e com a relação com Turismo de base local como atividade econômica para promover, preservar, sustentar economicamente e até legitimar esta comunidade como região colonial de Pelotas/RS.

A análise do trabalho identificou os principais recortes utilizados pelo autor, sendo que o recorte cultural, o econômico e o político são os mais abordados. A abordagem cultural se justifica pela exposição de uma paisagem colonial que expressa a identidade cultural através de seus elementos materiais, de construções da época e objetos típicos e imateriais como a gastronomia, o vinho e a memória de várias gerações de ítalo-descendentes. O recorte econômico é exposto no trabalho com o relato feito pelo autor do interesse nacional na imigração italiana para substituir a mão de obra escrava e ocupar o território, tornando-o produtivo, e, nos dias atuais, com o Turismo que se estabelece como atividade econômica que minimiza os efeitos da decadência econômica agrícola e pecuária da região. Já em relação ao recorte político, o autor discorre sobre a formação espacial do estado do Rio Grande do Sul, que engendrou questões de ordem de defesa e ocupação do território, até as poucas e frágeis iniciativas do poder público na última década, no caso, o Programa Pelotas Colonial do governo municipal.

Dentro das dimensões governamentais, a pesquisa tratou principalmente da dimensão municipal. O autor explicou que o município dispõe de instrumentos e dispositivos legais como a criação do conselho municipal de proteção do Patrimônio Histórico e Cultural, que estabeleceu o interesse público na proteção de bens móveis e imóveis no território pelotense; a criação do Plano Diretor, que na sua terceira edição, incluiu a abrangência da cultura imaterial, bem como a proteção do espaço rural, embora, segundo o autor, não existissem ações específicas para a salvaguarda de bens materiais e imateriais no espaço rural até o momento da finalização da pesquisa. Ao observar este movimento de interesse em salvaguardar e proteger o patrimônio rural, não havia, no momento da criação do Conselho Municipal e sua inclusão no III plano diretor, a conscientização e a preocupação por parte da comunidade local em manter e proteger seu legado cultural. A criação de outro instrumento legal pelo governo do estado, a Lei de Incentivo à Cultura (LIC), que regulariza a captação de

recursos da iniciativa privada para projetos culturais e permite a cobrança de taxas em atrações culturais, traz a possibilidade de articulação entre poder público, iniciativa privada e população local, que pode resultar em projetos e programas viáveis direcionados para o Turismo, quer seja este rural ou cultural.

Como metodologia de pesquisa, o trabalho é identificado como um estudo de caso: foi em Rincão da Cruz, um distrito rural do município de Pelotas, que o autor estabeleceu as relações socioespaciais do lugar e a emergência de uma nova atividade econômica, o Turismo, que tem como atrativo a paisagem rural e a identidade cultural dos imigrantes italianos. Na realização do trabalho, o autor utilizou técnicas como a pesquisa documental, com o levantamento de informações em livro tomo; os registros de transações de imóveis; as entrevistas a descendentes de imigrantes italianos e o levantamento fotográfico de localidades turísticas.

As categorias geográficas analisadas no trabalho foram o território (riograndense e pelotense) enquanto uma delimitação territorial inicialmente destinada pelo Estado na ocupação territorial por imigrantes e o território identificado pela cultura ítalo-descendente. O espaço rural é a categoria mais abordada e definida como sendo um espaço cheio de materialidades e imaterialidades próprias que vão além da questão econômica mercadologicamente caracterizada. Sua compreensão se dá na combinação entre as formas concretas e objetivas e a "vida que as anima", compreendida pela presença e interação humana com o espaço.

A paisagem rural do distrito de Rincão da Cruz está expressa no Patrimônio Cultural material, imaterial e natural pelotense. É descrita como sendo a paisagem cultural, uma vez que a paisagem está contida no espaço e traz em si tanto a ação do tempo como a ação sociocultural dos indivíduos nela produzida, resultado da combinação constante da forma, da cultura material e das histórias nela vividas.

Quanto à visão crítica do Turismo, o trabalho também aborda a questão do consumo como um dos efeitos da globalização, determinando formas de comportamento e de reorganização nas sociedades atuais, deixando de lado particularidades socioculturais. Simultaneamente, este movimento impõe que tais sociedades se diferenciem, dentro de um contexto mercadológico, por suas diferenças

culturais, tornando-as um atrativo turístico pronto para ser apreciado impulsionando mais e mais o consumo da prática turística (PANIS, 2009, p. 3). Assim os turistas visitam a localidade, motivados pelo passado dos imigrantes italianos. O autor também discorre criticamente sobre o Turismo vindo de grandes corporações, podendo ser desenvolvido com prejuízos à comunidade local em favor do capital privado ou de interesses externos à localidade, trazendo um distanciamento socioespacial, além de expressivas perdas econômicas. Em sua pesquisa, o autor sugere outra modalidade de desenvolvimento turístico, o chamado de Turismo com base local, do qual as ideias norteadoras do modelo são ações de empreendedorismo turístico da própria população local, dinamizando o desenvolvimento econômico nas esferas locais e regionais.

Para o autor, é preciso ter muita atenção na relação do Turismo e o Patrimônio Cultural do distrito de Rincão da Cruz, para que não seja (PANIS, 2009, 34):

[...] apenas mais um produto explorado pelo turismo. Na verdade, o turismo deve ser um instrumento que ao mesmo tempo permita a conservação e preservação do patrimônio e, ainda, contribua para a geração de renda para a comunidade local, no caso do turismo no espaço rural".

Assim, seus argumentos são condizentes com a ideia de que a atividade turística deve ser acompanhada de atenção e cuidado. Se este é o novo modelo econômico deste território, sua manutenção e longevidade dependem da prudência entre o consumo turístico e a preservação do Patrimônio Cultural.

Em relação à análise do autor sobre a preservação do Patrimônio pelo Turismo, este afirma que o Turismo de base local é o caminho mais adequado para a preservação do Patrimônio e da identidade cultural dos descendentes da imigração italiana na região colonial de Pelotas. Em sua pesquisa, o autor explica que a atividade turística foi mais uma forma que os habitantes desta região tiveram para obter novos ganhos econômicos e complementar a renda familiar, em virtude decadência da atividade agropecuária (PANIS, 2009, p.160):

[...] aproveitando-se da disponibilidade de patrimônio natural e do uso dos bens culturais remanescentes como atrativos aos visitantes. Neste sentido, o patrimônio cultural enquanto expressão do território colonial, engendra um potencial para a promoção das atividades de turismo e lazer que permitem gerar ganhos e contribuem para o desenvolvimento local [...]

O autor complementa que a questão do desenvolvimento local deve ser uma preocupação presente nos projetos turísticos da região (PANIS, 2009, p.172):

[...] o turismo pode representar um potencial para o desenvolvimento da região colonial de Pelotas, em que os habitantes do lugar devem perceber a importância de eles mesmos, serem os proponentes diretos e, por conseguinte, os beneficiários dos resultados das atividades turísticas.]

Desta forma, ele considera que o desenvolvimento turístico com base local na região colonial de Pelotas poderá trazer a valorização e a preservação do Patrimônio Cultural e natural e, ainda, colaborar no processo de reconhecimento da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana. O trabalho traz considerações sobre a história da constituição do território do Rio Grande do Sul, em especial a região de Pelotas, onde a imigração italiana deixou marcas de uma identidade cultural definida por um passado de agroindústria, e que hoje busca novas alternativas econômicas e o reconhecimento da região como a 5ª colônia italiana nas esferas públicas municipais, estaduais e federais.

E é na atividade turística, com a ênfase no legado cultural dos imigrantes italianos e nos atrativos naturais, que os habitantes do distrito do Rincão da Cruz ancoram-se para conseguir compor ou aumentar seus ganhos de sustento. O Turismo traz uma perspectiva de renda e, ao mesmo tempo, mantém as tradições e os valores que foram transmitidos por gerações.

No mundo globalizado, a imposição ou subversão da ordem de preferências de consumo homogeneizado constitui-se como premissa para conseguir otimizar ganhos capitais. No âmbito do consumo cultural e no Turismo, há, ao mesmo tempo, uma resposta a essa ação: é preciso ser diferente do restante para ser percebido e valorizado, reanimando o mecanismo do consumo.

O trabalho de pesquisa analisado traz à tona as mais diversas problemáticas e consequências da evolução econômica da localidade desde seus primórdios até o atual desenvolvimento econômico voltado para o Turismo.

Suas mais significativas contribuições são, em nosso entender, a busca da certificação institucional de uma identidade que lhe foi negada, apesar das visíveis evidências; o reconhecimento histórico da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, na Região de Pelotas, que poderá vir quando a atividade turística

for expressiva economicamente e reconhecê-la primeiro; uma delimitação geográfica da cultura material, imaterial e natural, instituindo-se a Região Colonial de Pelotas. Por fim e não menos importante, a defesa de aplicação de um modelo de desenvolvimento turístico de base local onde os interesses são designados pela população interessada, e que esta poderá colher estes benefícios e assim assegurar a preservação e a valorização de seu Patrimônio Cultural.

5- A Tese de Doutorado intitulada "Imagem e Patrimônio Cultural: as Ideologias Espaciais da Promoção Turística Internacional do Brasil – EMBRATUR 2003-2010", defendida por Sotratti (2010, 253p.) no PPGG da UNICAMP, evidencia o uso de todos os recortes de análise ao longo do trabalho. Em relação ao recorte político, por exemplo, é possível perceber que, à luz do conceito de ideologia espacial, tratada pelo do geógrafo francês Vincent Berdoulay (1995, apud SOTRATTI, 2009, pag.7), são reveladas outras ideologias compreendidas nas ações centralizadoras e reguladoras do Estado, bem como no direcionamento dos interesses do mercado, cancelando uma outra ideologia, a do consumo.

A ideologia espacial é evidenciada quando o espaço é retratado por símbolos e representações de grupos hegemônicos e dominantes, reproduzindo, assim, os interesses ideológicos deste grupo. Em contrapartida, há conflitos gerados pela imposição ideológica, evidenciando que o espaço não é e nem será ideologicamente uniforme.

Outra abordagem do recorte político do trabalho são as análises das políticas públicas implementadas no período de 2003 a 2010, como o Plano Aquarela e Plano Nacional de Turismo, que visavam mudar através de ações de promoção e marketing, a imagem do Brasil como destino turístico no exterior.

O recorte cultural também é tratado na crítica das imagens de publicidade turística, por meio da redução narrativa das peças publicitárias que retratam o Patrimônio Cultural Material e Imaterial, realizada pelos órgãos de divulgação e gestão turística nacional, como EMBRATUR, Ministério do Turismo, autarquias e órgãos de gestão turística municipais, portais eletrônicos oficiais, entre outros. Aqui, a questão cultural, sobretudo na divulgação turística sobre o Patrimônio Cultural brasileiro, não é

tratada e nem retratada com a realidade e diversidade em que se apresentam, evidenciando que também no âmbito cultural o espaço é diverso e heterogêneo, diferente do que é divulgado nas peças publicitárias analisadas.

O recorte econômico é explorado pela análise da ideologia espacial citada acima, onde o discurso é centrado na renovação, requalificação e refuncionalização do espaço urbano voltado para qualidade de vida, melhor ordenamento urbano e inclusão, mas a prática apresenta outras realidades: a de exclusão e a de valorização do espaço para atender aos diversos interesses econômicos dos grupos dominantes, diminuindo o interesse de outros grupos sociais ali representados.

O recorte social está misturado aos recortes político, econômico e cultural, uma vez que, no discurso dos planos e dos planejamentos urbanos voltados para atender e atrair a atividade turística, colocaram em evidência o bem-estar social, através de qualidade de vida e desenvolvimento econômico local, regional e nacional. Na prática, as benesses sociais são relativizadas: o espaço turístico se apresenta de forma seletiva, priorizando o turista em detrimento da população local; os empregos que exigem maior qualificação e a economia empreendedora ficam, muitas vezes, a cargo de agentes externos que representam os interesses dos grupos dominantes.

O trabalho analisa como dimensão político-espacial a questão do planejamento turístico como projeto federal de desenvolvimento econômico, com a implementação de políticas públicas de planejamento, gestão e divulgação turística no período analisado (2003-2010). A questão do conflito político é abordada na perspectiva que retrata tanto a competição dos destinos nacionais por turistas quanto a forma que o país se insere no Turismo de abrangência internacional

O planejamento urbano é analisado também pela ideologia espacial, uma vez que mostra que o discurso ideológico da necessidade de planejamento é atender às novas demandas das cidades, seja operando sua modernização ou seu crescimento. Estas precisam se adequar às novas realidades, que terminam por mascarar a intenção ideológica de atender aos grupos dominantes que almejam estabelecer relações de consumo, quer seja por motivações turísticas ou culturais, quer seja para aumentar a valorização do espaço para exploração imobiliária, produzindo ações de gentrificação.

Para realizar sua pesquisa, o autor utiliza a teoria da Ideologia Espacial, de acordo com Vincent Berdoulay (1985), para analisar as imagens do Patrimônio Cultural nacional em peças de divulgação publicitária das instituições de gestão e marketing brasileiras, em específico a EMBRATUR, com a combinação de pesquisas de abordagem qualitativa de forma discursiva e analítica e de pesquisa exploratória a partir de levantamento bibliográfico e estudo de caso (Pelourinho, Salvador, Bahia).

As categorias geográficas identificadas na tese em análise são o território e a paisagem, sendo esta a categoria mais elaborada. A paisagem, segundo o pesquisador, é utilizada como categoria espacial e ideológica para divulgar o Brasil como destino turístico internacional. Com esta hipótese Sotratti (2010, p. 5) revela:

As paisagens turstificadas, repletas de objetos novos e antigos, inovações arquitetônicas, elementos tecnológicos e cenários criativos, expressam as representações simbólicas de interesse das lideranças hegemônicas, na tentativa de induzir formas de apropriação e consumo intensivo que se adequem aos objetivos do sistema capitalista globalizado.

Assim, o autor considera que a paisagem, vista a partir do viés turístico, passa a ter, como um dos seus principais objetivos fomentar o consumo dentro de um contexto globalizado. No mesmo trabalho, o Patrimônio Cultural, inserido na paisagem, é analisado enquanto expressão ideológica espacial por diversos contextos que o mostram como elemento principal de destinos turísticos já reconhecidos para o Turismo internacional, grande parte em função da chancela da UNESCO, por tê-lo tombado como Patrimônio da Humanidade. Estes são os destinos que ainda recebem mais turistas e não representam, na totalidade, a rica diversidade cultural brasileira. Há outras expressões de nossa cultura que já são reconhecidas pelo IPHAN e que o trabalho aponta como intenção para divulgação turística em seus planos. O que a pesquisa revela é que, na prática, suas ações são insuficientes ou pouco eficientes para sua projeção internacional, uma vez que entram em jogo outros fatores necessários para a consolidação destes destinos e que envolvem a capacitação do setor, a desmistificação da atividade turística como sendo uma atividade econômica que não

necessita grandes investimentos e o planejamento adequado para ser sustentável e proporcionar retorno financeiro.

Há, nesta tese, uma clara linha de desenvolvimento teórico-crítico acerca da atividade turística, sobretudo no tocante à divulgação das imagens de fragmentos turísticos, criando uma *redução narrativa* descolada da realidade, e levando ao reducionismo simbólico da totalidade, como explica o Sotratti (2010, p. 69), apoiando-se em Berdoulay (2005):

Os efeitos perversos da redução narrativa do patrimônio, praticado pelas políticas e ações do planejamento turístico consistem, sobretudo, na eficácia desses programas e na velocidade em que tais intervenções são incorporadas pelo imaginário dos turistas e moradores. Da mesma forma, através da associação direta da imagem projetada pelo marketing de cidades com a refuncionalização urbana, o espaço passa a ser elemento de visibilidade ideológica impregnando discursos de revalorização, segurança e civilidade.

O estudo aponta que a redução narrativa é, antes de tudo, uma estratégia de marketing, e revela os conflitos ideológicos que estão em torno do discurso contido nas imagens de divulgação turística e a prática.

Segundo o autor, o Turismo, ao se apropriar dos conteúdos e paisagens simbólicas da localidade, pode alterar e deformar as relações sociais e culturais das mesmas, segregando espaços representativos de alguns grupos sociais em detrimento de outros, evidenciando a seletividade, o apelo para o consumo e a espetacularização das práticas e paisagens culturais.

A pesquisa bibliográfica realizada pelo autor e sua análise sobre Turismo, o segmento do Turismo Cultural se consolidou mais como sua expressividade econômica e simbólica dentro do cenário do Turismo internacional. O Turismo Cultural é definido na primeira carta (1976) do ICOMOS³¹ como sendo “uma forma de turismo que tem como objetivo o conhecimento de monumentos e sítios históricos e artísticos, visando ainda sua manutenção e proteção” (p.76). Na segunda carta, editada em 1999, o Turismo e o Patrimônio já são citados como fatores para o desenvolvimento social: “O Patrimônio Cultural como sendo um dos maiores atrativos do Turismo no período da globalização, constituindo-se na base do desenvolvimento social e da diversidade

³¹ ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

cultural” (ICOMOS, 1976, pag.76), diferenciando-se do Turismo massificado voltado para o lazer, o chamado Turismo de sol e praia. O Turismo Cultural é considerado como um Turismo que valoriza expressões e paisagens culturais inseridas na economia local.

Embora não haja consenso entre os autores pesquisados pelo autor sobre o favoritismo do Turismo Cultural sobre os demais, os mesmos pesquisadores alertam sobre a escolha dos resultados econômicos e sociais em prejuízo a ações que tendem à sua preservação e valorização, levando à deterioração ou à descaracterização pelo uso massificado e mercantilizado do Patrimônio. Os autores ainda citam os possíveis prejuízos decorrentes disto, uma vez que a priorização do Patrimônio Cultural imaterial pode desencadear uma nova dinâmica espacial (gentrificação). Ou seja, ao invés de ocasionar ações de preservação das diferenças identitárias, esta cria o distanciamento da população residente dos visitantes, bem como do Patrimônio, que sofreu ações de apropriação e elitização. A geração de conflitos políticos e ideológicos distanciam ainda mais as agendas econômicas e de preservação do desenvolvimento econômico e social local.

Estes fatores negativos já não refletem a opinião dos pesquisadores espanhóis Vaquero e Hernandez (1998, apud SOTRATTI, 2009), que relatam a recuperação física do Patrimônio e no desenvolvimento econômico e social espanhol no pós-guerra. Outro fator importante e resultante desta recuperação é o crescente sentimento de preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial pelos moradores das localidades, proporcionando uma gestão mais democrática e participativa do Patrimônio Cultural e do Turismo espanhol, como Sotratti (2010, pag.79) relata:

Embora a aproximação do turismo e o patrimônio cultural apresentem dificuldades e ofereçam diversos riscos à vitalidade urbana e social dessas cidades, a implementação de um turismo cultural baseado na pluralidade, ou seja, na apropriação turística diferenciada em diferentes naturezas de bens culturais vem se mostrando eficaz como ferramenta de desenvolvimento econômico e social de cidades dotadas de relevante patrimônio cultural.

O autor considera que é preciso um olhar atento sobre a diversidade cultural do Patrimônio de uma localidade turística, afinal é assim que se efetiva seu desenvolvimento econômico e social. Sotratti (2010) observa que há forte concorrência mundial de cidades praticantes do Turismo Cultural e aponta que, nos casos bem

sucedidos pesquisados, há alguns pressupostos em comum, que são a cautela na promoção turística destes destinos, evitando-se, assim, a massificação do Patrimônio Cultural local e a integração da gestão do Turismo e da preservação do Patrimônio de forma participativa.

Uma das principais contribuições da pesquisa para o tema é a análise, através do já referido conceito de ideologia espacial, identificando as relações entre paisagem, Patrimônio Cultural e processos de ideologia espacial praticados pela promoção turística brasileira. Através desta análise, o autor identifica que, embora os planos de marketing turísticos elaborados por consultorias de renome internacional, no período entre 2003 e 2010, tivessem como objetivo mudar o foco do Turismo internacional no Brasil: além de ser um destino de exuberância natural, sol e praia, o Turismo no país divulgaria também sua diversidade cultural. Porém, a pesquisa de Sotratti (2010) aponta para a ineficiência ou até para a incoerência, uma vez que, por sua interpretação na análise das imagens divulgadas, o que é divulgado é reduzido a uma realidade distorcida do contexto da localidade, apresentando-se como uma narrativa falseada da realidade com a finalidade de atrair turistas e beneficiar alguns grupos sociais em detrimento da população local, gerando conflitos sociais e imposições ideológicas, como é o caso do Pelourinho em Salvador, Bahia.

O autor aponta também que a divulgação dos atrativos pela publicidade, em específico daquelas cujas atrações é o Patrimônio Cultural material e imaterial, está concentrado em destinos já estabelecidos e reconhecidos pelo Turismo internacional, quer seja por sua originalidade, quer seja pela chancela de organismos de reconhecimento e defesa do Patrimônio, como o IPHAN ou a UNESCO. Isto não contribui para o desenvolvimento da oferta de novos destinos emergentes, pois não recebem a atenção necessária para despontar no cenário internacional.

Outra contribuição advinda da conclusão do autor é que, apesar dos planos serem elaborados por consultorias internacionais, que preconizavam um cenário de ações dos gestores públicos e privados do Turismo do país, os mesmos se mostraram ineficazes e incompetentes em refazer e ampliar nossa oferta de destinos turísticos voltados para o Turismo Cultural quer seja pela inércia de muitos órgãos públicos ou

quer seja pela ausência de qualificação dos gestores que compõem o quadro técnico do Turismo em todas as esferas.

Isto nos leva a deduzir que a ideologia política dos planos e das publicidades turísticas nacionais não são as mesmas que são colocadas em prática. O autor evidencia o pensamento de que, enquanto o trabalho de qualificação interna não for amplamente realizado, quer seja dos gestores, quer seja da conscientização e valorização pela população local, o alcance dos objetivos dos atuais e futuros planos estarão igualmente comprometidos.

6 - A Dissertação de Mestrado intitulada "Ferrovia e Turismo: reflexões sobre o Patrimônio Cultural ferroviário em Irati (PR)" (DEMCZUK, 2011, 113 p.), no PPGG da UEPG PR, aborda o desenvolvimento econômico e urbano da região sul do estado do Paraná. Irati, cidade que fica distante 150 km da capital de Curitiba, foi fundada em 1907, com o surgimento da linha ferroviária que ligava o estado de São Paulo ao estado do Rio Grande Sul. Seu desenvolvimento econômico foi próspero até os anos 1940, quando a região era grande produtora de madeira para exportação, erva-mate e batata inglesa, tendo sido, na época, a maior produtora do país desta cultura. O transporte ferroviário era imprescindível para o escoamento destes produtos e, paralelamente a isso veio o desenvolvimento urbano. A estação ferroviária de Irati chegou a ter uma centralidade que não se restringia apenas ao transporte de produtos, como assinala a autora (DEMCZUK, 2011, 31p.):

Os serviços prestados nesta estação não eram apenas o embarque e desembarque de passageiros, mas os usuários também podiam enviar cartas, pegar encomendas de produtos vindos da capital, fazer compras e ainda utilizar os serviços do restaurante da estação, que servia de ponto de encontro para a sociedade iratiense. A estação representava um elemento de status para a cidade e para a sociedade, sendo um lugar de destaque para encontros de caráter cultural e político.

Assim, sua importância era da convergência de serviços essenciais como o transporte e correios, como também para lazer e entretenimento, trazendo uma aura de vivência urbana comunitária.

Porém, a partir do meado dos anos 1940 a região começa a entrar em declínio justificado pela queda nas exportações da madeira e da erva-mate, pela

contaminação de uma bactéria que dizimaria toda a produção de batata e pelo declínio do transporte ferroviário de passageiros e carga em detrimento do transporte rodoviário.

Recentemente, mais precisamente entre 2007 e 2011 a cidade de Irati estava inserida no roteiro do passeio do trem turístico da empresa *Great Brazil Express*³², com parada para almoço e *city tour*. Com isso, as questões de valorização do Patrimônio Cultural e a atividade turística vieram à tona como uma atraente fonte de exploração econômica, bem como a oportunidade para preservar o patrimônio ferroviário, que havia impulsionado o surgimento e desenvolvimento da cidade.

O trabalho de pesquisa em questão traz como principal objetivo analisar a possibilidade de uso turístico do Patrimônio Cultural ferroviário. Ao mesmo tempo, exercer o papel de instrumento de valorização da cultura para a própria comunidade, por ter sido um importante referencial de identidade com o passado.

No desenvolvimento da pesquisa os principais recortes utilizados são o recorte político, com a inclusão do município na região turística paranaense denominada Terra dos Pinherais, inserida no Programa de Regionalização do Turismo, no Plano Nacional do Turismo do Governo Federal. O recorte sociocultural é relatado pela presença da sua colonização por Eslavos, imigrantes oriundos do centro e leste europeu, que vieram para trabalhar na extração de madeira e na lavoura de erva-mate. Dentro do recorte socioeconômico, o trabalho aponta a possibilidade do desenvolvimento turístico como alternativa para a economia local e para a valorização e preservação deste patrimônio pela sociedade local.

As dimensões políticas identificadas na análise compreendem: a dimensão federal, com a inserção do município no programa de regionalização do Turismo; a dimensão estadual, para a demarcação da região chamada Terra dos Pinherais e a dimensão municipal, com ações do poder municipal em conjunto com o curso de Turismo da Universidade Estadual do Centro Oeste realizou eventos de cunho turístico para capacitação de mão de obra local para atendimento de visitantes, elaborou proposta de construção e reformas de infraestrutura turística (hotéis) e a revitalização

³² A Great Brazil Express é uma operadora de trens de luxo que realiza o roteiro pela serra da Graciosa no Paraná, saindo de Curitiba até Morretes e retorno à Curitiba.

de áreas públicas que receberiam a visitação turística (DEMCZUK, 2011, p.12). Neste sentido, a articulação política em favorecimento ao fomento da atividade turística é presente e o início das ações de planejamento se mostraram positivas e adequadas.

Em relação à metodologia da pesquisa, o presente trabalho utiliza o estudo de caso, uma vez que traz uma abordagem inserida no contexto atual, onde se quer aprofundar na análise de fenômenos relativos ao objeto investigado. A autora faz uma composição de pesquisa documental da cidade de Irati, trabalha a revisão bibliográfica sobre as questões políticas e históricas que envolveram o surgimento da cidade até o momento presente. Em relação às técnicas de pesquisa, a mesma recorre à entrevistas qualitativas abrangendo o poder público, alguns representantes da comunidade local. Em ambos os casos as entrevistas se deram de forma despadronizada, isto é, o pesquisador poderia incluir outras questões caso julgasse necessário. E ainda coletou e transcreveu as narrativas e as histórias de moradores que viveram a época em que a ferrovia ainda esta ativa. Assim, a pesquisadora buscou diversificar, tanto o público como as técnicas de pesquisa, para trazer uma análise mais próxima do objeto investigado.

Já no que se refere às categorias geográficas utilizadas, identificamos a menção das categorias Região, Paisagem e Território, porém sem nenhum aprofundamento teórico e sem apresentar autores, dentro da ciência geográfica, que investigam tais categorias. Neste sentido, julgamos que o trabalho não prestigia estes importantes tópicos, deixando a impressão de ser um trabalho mais preocupado com as análises históricas em detrimento da questão geográfica.

Quando fazemos uma análise da visão crítica do Turismo, identificamos que há a preocupação clara com a questão da cultura e do Patrimônio Cultural por parte da autora em relação à esta localidade. Se estas questões são tratadas apenas como produtos turísticos e, sendo explorados apenas comercialmente, sem representar benefícios concretos para as localidades onde estão inseridas, podem traduzir mais como prejuízo do que benefício. Sobre este risco, a autora argumenta sobre este temor frente à realidade que se apresenta como uma realidade mundial (DEMCZUK, 2011, p.14):

A atividade turística, dada a sua posição de destaque na economia mundial, acaba então ocorrendo sem maiores ponderações e preparo, simplesmente pautada nos benefícios econômicos que ela oferece.

Se esta questão não for levada em consideração, o Patrimônio e a Cultura se tornam secundários, sofrendo muitas vezes, distorções para atender fins econômicos e acabam em estereótipos caricaturados e descolados da realidade local. E neste sentido, julgamos que a autora apresenta uma visão de responsabilidade e cuidado em relação às questões do desenvolvimento turístico em Irati, PR.

Sobre a questão de favorecimento da preservação do Patrimônio por meio do Turismo, a pesquisa aborda a problemática e o total desinteresse por parte do poder público nacional em utilizar este Patrimônio como recurso turístico e de grande sucesso em outros países. Embora haja algumas iniciativas brasileiras que apresentam resultados positivos, elas são raras. Nos casos exitosos, nem todos os exemplos são de uso para transporte turístico de passageiros. O exemplo da estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba é um dos poucos bem-sucedidos. É um trajeto de paisagem excepcional e bem preservado. Os outros exemplos citados são as estações de trem tombadas e refuncionalizadas como museu, posto de informação turística, casa de memória, biblioteca municipal, lanchonete, entre outros. Ainda numa reflexão sobre o uso das estradas e estações ferroviárias no Brasil e sobretudo em Irati, a autora faz a seguinte consideração (DEMCZUK, 2011, p. 87):

A utilização da ferrovia em Irati como um produto turístico, não compreende apenas a atividade turística em si, mas também a valorização do próprio patrimônio e identidade da população local. É importante levar em consideração que a utilização turística do patrimônio ferroviário por meio do turismo pode ajudar as pessoas a encontrarem e manterem sua identidade e tradições.

A autora entende que o Patrimônio da cidade, representado pela Estrada Ferroviária que incorpora Irati, PR é um elemento de identidade do lugar. A cidade nasceu com ela e considera que na atualidade o Turismo pode ser um importante aliado para esta manutenção, bem como ser uma atividade econômica, que, em contrapartida, ajudará a manter a identidade e o Patrimônio Cultural da cidade de Irati.

Este trabalho de pesquisa traz, como uma das principais contribuições, a discussão sobre as questões de memória e preservação do Patrimônio Ferroviário no Brasil. A questão do uso turístico também é debatida, seus usos benéficos quando a localidade se apropria desta identidade e prejudiciais, se o foco for essencialmente econômico, trazendo distorções da realidade e benefícios a poucos. A autora empreende seus esforços no reconhecimento, sobretudo da própria comunidade, deste Patrimônio representante de um passado de glória, mas também de declínio e é o que aparece mais recente nas memórias de seus moradores.

O objetivo principal do trabalho foi de estudar a viabilidade de uso turístico do Patrimônio ferroviário da cidade e, neste sentido, a autora conclui que tal uso dependerá da vontade política, da valorização deste pelos seus moradores e do uso consciente da atividade turística. Se isso ocorrer, segundo a autora, a atividade turística poderá auxiliar na preservação do Patrimônio e trará "uma forma de autoconhecimento e um referencial de identidade com o passado" (DEMCZUK, 2011, p. 90).

Assim, como contribuição do trabalho ao tema foi o enfrentamento de questões de valorização patrimonial e identitárias de uma localidade, e sobre fazer com que o Turismo se torne uma atividade que, ao mesmo tempo, perpetue a memória (da glória), seja um recurso econômico capaz de manter o valor e a identidade desta comunidade. Nos parece uma missão longa, porém possível.

7- A Dissertação de Mestrado intitulada "Paisagem e Patrimônio: a atividade turística no município de Vassouras (RJ)" (FERRAZ, 2011, 103p.), no PPGG da PUC Rio e discute as transformações espaciais trazidas pela urbanização do interior fluminense, especificamente na cidade de Vassouras. Tais mudanças estão expressas nas transições da atividade econômica da região, que chegou ao auge da cultura cafeeira do século XIX, considerado o município mais rico do Império, passando pelo desenvolvimento da atividade industrial na área da metalurgia naval, pela agropecuária, pelo setor de comércio e serviços, até chegar nos dias atuais com a presença e o fomento da atividade turística. E isso graças à paisagem e ao Patrimônio Cultural construídos pelo seu próspero passado.

A pesquisa em estudo emprega todos os recortes analisados por nossa metodologia, que são os econômicos, sociais, políticos e culturais. Porém, os recortes em maior evidência no trabalho são o político e o econômico, devido ao cerne da pesquisa, que é a transformação espacial rural e urbana do território de Vassouras - RJ, em consequência das diversas fases do desenvolvimento econômico da região e do país.

O trabalho discute os tais recortes dentro das dimensões políticas do âmbito, regional, municipal e federal. A cidade encontra-se no centro da região do médio Vale do Paraíba, muito proeminente economicamente no auge da cultura cafeeira brasileira, sendo conhecida pelas suas fazendas e arquitetura típica da então aristocracia rural. Na esfera municipal, a cidade tem o centro da cidade tombado pelo IPHAN desde 1957, o que traz um ambiente de proteção a um conjunto arquitetônico histórico, atraindo visitantes e turistas. E, no âmbito federal, a região pertence ao circuito turístico das cidades históricas do Vale do Café, juntamente com outras cidades do sul fluminense e algumas do estado de São Paulo. Todas as dimensões mencionadas dialogam com a valorização da paisagem e do Patrimônio em função do fomento da atividade turística para a região, sendo este a direção de desenvolvimento econômico em curso no momento da pesquisa.

Como metodologia de pesquisa, utiliza o estudo de caso e se pautou em levantamentos bibliográficos sobre o processo de ocupação do território do Vale do café, na obtenção de dados do desenvolvimento econômico, especificamente aqueles referentes ao Turismo, coletados no IBGE e TurisRio e, entrevistas com moradores locais.

As categorias espaciais utilizadas na pesquisa são: território, territorialidade, paisagem, escalas e espaço, sendo que a categoria espaço teve um destaque importante na discussão do trabalho. O autor expõe que a ciência geográfica, pelas muitas transformações espaciais das últimas décadas do Séc XX, descortina um novo olhar para o espaço geográfico (FERRAZ, 2011, p. 19):

[as abordagens teóricas e metodológicas da ciência geográfica têm contemplado ou incorporado em suas sistematizações também o estudo das práticas espaciais e os respectivos rebatimentos de transformações. É nesse movimento paradoxal, que a complexidade se coloca como elemento central, possibilitando, assim, uma gradual mudança entre o tradicional, formalista, ordenador, unidimensional e o “novo olhar” que se revela subversivo, integrador, multidimensional, não formalista. Um sistema aberto, caminho de construção do conhecimento geográfico revelador de espaços cada vez mais dicotômicos e assimétricos, porém, combinados em suas relações de poder e sociabilidade que, contraditoriamente, imbricam estes conjuntos de relações que envolvem o “todo” espacial e sua multifuncionalidade]

Para o autor, é essa mudança para um sistema aberto, onde inter-relacionam-se objetos e ações, que o espaço geográfico se torna também multiescalar e multidimensional. E assim completa (FERRAZ, 2011, p. 20):

O geógrafo, ao romper com a simplificação unidimensional, possibilita que o espaço seja vislumbrado como produto social em uma cadeia infinita de relações entre os atores sociais e as estruturas organizacionais, que definem o modo de produção em escala que vai do local ao global, do material ao imaterial revestido de formas e conteúdo, com suas funções e estruturas reveladoras da essência espacial.

Em outras palavras, o autor refere-se ao espaço como fruto das ações dicotômicas, das tensões e das práticas que se unem, se misturam, se separam, transformando, conseqüentemente, também o meio físico.

Na discussão de sua pesquisa, o autor busca elucidar o 'novo olhar' ao rural, que como abordado anteriormente, absorveu, perdeu e transformou novas e outras características, como a do Turismo, por exemplo. E, segundo o autor, o espaço rural e urbano de hoje é um espaço de hibridez (FERRAZ, 2011, p.21):

Ao rural e ao urbano passam a ser atribuídos papéis multidimensionais, experiências que envolvem a relação espacial entre o local e o global. Ao rural, em especial, é atribuído novo sentido, já que deixa de ser apenas espaço do tempo lento, retrógrado e transmitindo e agregando novos significados, que passam a conceber, na dimensão rural, a valorização da natureza, a agregação de novos valores como (re)apropriação do espaço e (re)criação de novas relações entre o campo e a cidade em um novo conjunto de interações.

Por este olhar, o autor expõe que há recriações de novas lógicas, de qualificação de novos atributos e que funções são acrescentadas à nova compreensão do espaço rural.

Em relação à visão crítica do Turismo, o autor aborda o consumo do espaço rural fazendo sua crítica à questão da valorização da natureza para o consumo destes espaços como 'mercadoria verde' a ser comercializada através da prática turística (FERRAZ, 2011, p.45):

O turismo vem, desta forma, representar uma ação prática e de discurso contrário à rotina, de busca do diferente, do bucólico, da liberdade, da paz, do verde, do romântico, do exótico. Em verdade, o propósito da busca é materializar a representação do imaginário no espaço geográfico, concretizando o seu objetivo final, que é o desfrute do lazer por meio do consumo do espaço, que é cada vez mais desnaturalizado, transformando-se em mercadoria.

Neste sentido, o autor argumenta que o modo de produção capitalista está genuinamente presente neste processo: a paisagem, inserida no espaço rural, é mercadoria para consumo daqueles que buscam o belo, o exótico e o contato com a natureza. Contradizendo, muitas vezes, o discurso da sustentabilidade e da preservação ecológica.

A questão da busca da natureza também é discutível, segundo o autor, em sua argumentação (FERRAZ, 2011, p.46):

O turismo ecológico vem atrelado ao que consideramos uma espécie de falsa ideia, um falso discurso de fuga do repetitivo, do cotidiano, da rotina de trabalho, tendo em vista que a experiência de lazer em um dado momento da vida não é capaz de romper com as amarras identitárias que regem a vida humana. O ser humano não pode fugir de si mesmo. O homem em momento algum é capaz de deixar de carregar seus valores urbanos ou rurais, suas ideias, concepções de mundo, sua forma de olhar a realidade da prática do turismo estão inseridos na lógica do mercado de consumo e exploração desenfreada do espaço no período contemporâneo.

Ele coloca que questões identitárias e de ideais (ecológico, no caso) são valores mercantilizados pela busca atual do consumo do espaço. No caso de Vassouras, a paisagem turistificada formada pelo Patrimônio Cultural personificado por fazendas centenárias e memórias de práticas rurais compõe os produtos do segmento do Turismo rural.

Em referência à questão da abordagem da preservação do Patrimônio Cultural pelo Turismo, o autor faz sua crítica à falta de comprometimento do setor público. Muitas iniciativas naufragaram em razão desse descomprometimento e não

ausenta a iniciativa privada da sua parcela de responsabilidade também (FERRAZ, 2011, p.52):

É evidente que isso não acontece, tendo em vista que, com o fim dos festejos, não existe continuidade consistente das políticas de informação e divulgação da identidade histórica e espaço-territorial do Vale do Café, que fica mais visível a partir das atividades, em maior parte, concentradas no município de Vassouras.

O autor chama a atenção para o caráter, muitas vezes, efêmeros de empreendimentos que visam apenas o consumo momentâneo dos espaços culturais, sem associar o valor cultural e social por eles representados. Há sim alguns projetos bem avaliados, onde o valor cultural do espaço é valorizado. E estes são, na verdade, aqueles que conjugaram o Turismo Rural com o Turismo Pedagógico. Na visão do autor, é esta associação que contribui para a consolidação do Turismo Rural no Vale do Café Fluminense e é dessa forma, segundo o autor, que o Turismo Rural da região poderá se tornar sustentável.

No que se refere à contribuição do trabalho para o tema, o trabalho de pesquisa apresenta alguns pontos fortes referente à Paisagem, ao Turismo, ao Patrimônio e à uma abordagem mais contemporânea a respeito do espaço geográfico. Neste sentido, vale evidenciar a importância que o trabalho dá ao revelar este 'novo olhar' ao tratar do espaço geográfico como sendo híbrido: que interliga escalas materiais e imateriais; que une espaço social e natural e evidencia a dicotomia que existe entre os espaços simbólicos e os espaços reais.

O espaço rural que o autor investiga, já reflete toda essa hibridéz. E muito disso deve-se ao fato da prática do Turismo. O espaço rural, graças a interesclaridade, ganha componentes modernos. Então, este espaço é composto do antigo e do moderno, onde o local e o global coexistem.

A Paisagem, o Turismo e o Patrimônio são, para o autor, elementos estruturantes do pensamento a respeito do processo de desenvolvimento dos espaços em questão (FERRAZ, 2011, p. 92). Tal tríade nos é "reveladora de lógicas objetivas e subjetivas que marcam o desenvolvimento histórico desse espaço que comungam de elementos de transformações espaciais, influenciadas pela mecanização, emancipação política e alternativa econômica de Vassouras". Segundo o autor, embora tal dinâmica

traga dúvidas e conflitos, é essa conjunção que nos permitirá revisitar uma época que só se mostrará viva através da manutenção de seus símbolos e costumes. Sua crítica está na continuidade da vigilância e da condução dessa manutenção, quer seja na proposição de políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural, quer seja nas alternativas econômicas de desenvolvimento trazidas pelo Turismo.

8 - O Patrimônio Cultural e as Identidades Territoriais como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística no município de Rosana/SP, (SANTOS, 2013, p. 188), é uma Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGG da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual Paulista–UNESP, campus de Presidente Prudente. O objetivo do trabalho é avaliar as condições de desenvolvimento turístico nos assentamentos rurais do Pontal de Paranapanema, como a Gleba XV de Novembro e a Nova Pontal, como complementação à renda para os assentados.

Os principais recortes utilizados no trabalho são os sociais e os econômicos, sendo também abordados o recorte cultural e o político. A questão social é a que está mais evidente e está atrelada à econômica, ou seja, a intenção de criar, nos assentamentos, as condições necessárias para o convívio social entre eles e o município. Com isso, a condição econômica também precisa ser atendida. Para tanto, a região do Pontal de Paranapanema foi inserida no programa federal, conforme explica a autora (SANTOS, 2013, p. 15):

Partindo da importância do espaço rural para o território brasileiro foi criado o Programa Federal Territórios da Cidadania com o propósito de superar a pobreza e a gerar trabalho e renda para o pequeno produtor, por meio de inclusão produtiva dessas populações, acesso a programas básicos de cidadania, entre outros.

Segundo o que expõe a pesquisadora, atrelando-se os assentamentos ao Programa, pode-se, por meio do reconhecimento da sua cultura, dos atrativos naturais da região do Pontal de Paranapanema fazer com que possam inserí-los na cadeia produtiva do Turismo.

Na dimensão cultural, a pesquisadora identificou que no assentamento XV de Novembro há a presença do folguedo da Folia de Reis, a Roda de Viola e o projeto chamado Guri, que ensina música aos integrantes do assentamento. E em sua análise, tais atividades compõem a identidade cultural do território do assentamento. A intenção

da pesquisa foi identificar as potencialidades culturais, nos dois assentamentos, para então fortalecer tais ações afirmativas para que façam parte dos futuros atrativos turísticos da região.

Em relação às dimensões analisadas no trabalho, as dimensões mais presentes são a municipal, estadual, federal e questão presente em todas elas, que é o conflito político. A dimensão municipal é a que está mais evidente porque envolve o município de Rosana-SP, palco das disputas por terra entre integrantes do Movimentos Sem Terra, entre os grandes latifundiários, e do poder público, que revelam a insegurança latente pelo conflito territorial da região. Sobre isso, sucintamente, a autora relata a história do assentamento mais antigo da cidade (SANTOS, 2013, p. 64):

Este assentamento Gleba XV de Novembro, por ser o mais antigo do Pontal do Paranapanema, sua história evoca aos bastidores da luta pela terra nesta região, protagonizados pelas famílias que conquistaram o direito de ter o seu lugar. Ele é palco de muitos embates internos que faz deste assentamento um caso típico, no qual a luta ideológica dos movimentos sociais pela terra se faz presente. Este fato caracteriza este assentamento no município de Rosana como enigmático para se desvendar o histórico da luta pela terra e para compreender a atuação dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Estado, bem como no País.

Assim, tal assentamento é, de certa forma, um modelo. É o maior, o mais organizado e já oferece melhores condições de desenvolvimento socioeconômico. Mesmo assim, segundo a autora, não são só os conflitos externos existentes, os internos também estão muito presentes particularizado quer seja pela disputa da liderança dos movimentos, ou pela disputa interna por mais terra.

No que tange à metodologia da pesquisa, o trabalho é considerado um estudo de caso sobre os assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal do município de Rosana/SP, no Pontal de Paranapanema. A autora elaborou uma pesquisa descritiva e exploratória, cujo os procedimentos de pesquisa foram compostos de trabalho de campo, pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas com os principais atores para o desenvolvimento turístico com foco nos territórios dos assentamentos acima citados.

Em relação à metodologia é importante notar a aplicação das entrevistas, conforme a autora explica (SANTOS, 2013 p. 50):

Ao total foram aplicadas 8 entrevistas. As entrevistas foram utilizadas com o intuito de conhecer as ações do Programa Território da Cidadania – CODETER, Divisão Municipal de Turismo, Eventos e Cultura de Rosana, o Sebrae e o Circuito Oeste Rios, o Projeto Guri, ao grupo de Folia de Reis (este contou com a participação de um casal), a Roda de Viola, Museu de Memória Regional e Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, representados pelos Apêndices de A - G.

As entrevistas foram realizadas de modo a abranger os principais atores envolvidos na questão do desenvolvimento turístico da cidade, o que trará, aos resultados, uma maior proximidade com a realidade do pensar e do fazer em relação ao Turismo proposto para os assentamentos de terra.

Sobre as categorias geográficas analisadas no trabalho, a pesquisadora abordou a categoria território, territorialidade, região e espaço. A categoria território inicia sendo exemplificada desde a cidade fazer parte do Programa de Territórios da Cidadania, um programa federal para desenvolvimento de territórios, especificamente com vulnerabilidade socioeconômica, através do fomento de ações afirmativas econômicas, sociais, educativas, culturais para a promoção da cidadania. A categoria região é observada quando ela identifica que o *locus* da pesquisa é localizado no Pontal do Paranapanema, delimitado pela instância governamental federal e estadual pela área entre os rios Paranapanema e o Paraná, no oeste do estado de São Paulo. Já a categoria espaço é apresentada quando a autora refere-se ao espaço rural, mas especificamente ao Turismo no Espaço Rural (TER), onde busca-se a valorização do modo de vida do pequeno produtor como atrativo turístico, mas também pode-se incluir a modalidade de aventura, a cultural e o ecoturismo. A autora identificou que nos assentamentos de terra as expressões de identidade se apresentam de forma territorial, e que tais expressões são práticas do Patrimônio Cultural imaterial como o folguedo da Folia de Reis e da Roda de Viola. Assim, a questão da identificação e valorização do Patrimônio Cultural imaterial se apresenta como uma das ações para o desenvolvimento turístico local.

Em relação à visão crítica sobre o Turismo, no caso dos Assentamentos de terra Gleba XV de Novembro e o Nova Pontal, a pesquisadora defende o modelo TER-Turismo no Espaço Rural (SANTOS, 2013, p. 32):

Apesar das dificuldades em se estabelecer conceitos sobre o Turismo no Espaço Rural – TER e Turismo Rural – TR, no Brasil, nota-se que o Turismo Rural – TR é uma expressão genérica tanto para o Turismo no Espaço Rural quanto para o Turismo Rural, mas neste trabalho adotamos o TER, por ser mais abrangente, no qual adequa-se melhor a esta pesquisa, pois o TER é uma atividade que não se limita a própria modalidade, podendo abranger outros tipos de turismo como, por exemplo, o cultural, rural, de aventura, dentre outros, sendo que estas não se excluem, mas se complementam.

Assim, as ações afirmativas que envolvam atividades culturais e pedagógicas possam estar inseridas no espaço rural e serem também atividades que agregam atratividade para turistas e visitantes.

O trabalho traz a preocupação e o cuidado com o modelo a ser adotado. E por isso sugere a implementação do Turismo no Espaço Rural, assegurando-se a atenção aos possíveis efeitos negativos trazidos pela atividade turística (SANTOS, 2013, p. 34):

Outra questão fortemente atrelada ao turismo é sua associação como símbolo de degradação do espaço natural e dos aspectos sociais e culturais. Partindo dessa idéia, o TER de base local é aquele que é planejado em conjunto com a comunidade. A comunidade que determinará o que quer no seu território, quais as suas necessidades prioritárias. Isso poderá minimizar os impactos do turismo, pois assim como toda atividade econômica, a inserção do turismo acarretará transformações no espaço no qual está inserido.

Neste sentido, a pesquisa pontuou uma sua visão crítica em relação ao Turismo e propôs um desenvolvimento turístico horizontalizado, respeitando o desejo de seus moradores e, estes igualmente cientes dos ganhos e das desvantagens trazidas pela atividade turística.

A pesquisa, segundo nosso entender, tem a característica de projeto de desenvolvimento turístico para a cidade de Rosana-SP, onde os assentamentos de terra estão localizados. Neste sentido, não havia na época em que a pesquisa foi realizada, nenhuma atividade turística em andamento nos respectivos assentamentos. Segundo a autora da pesquisa, a atividade turística poderia positivamente ajudar na preservação do Patrimônio Cultural Imaterial por meio ao incentivo à sua prática e a sua valorização entre os assentados. O Turismo na cidade e região se restringe às atividades recreativas às margens dos rios, à visitação ao Museu da Memória Regional e na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Mota. A ideia central é a inclusão dos atrativos culturais e paisagísticos nos assentamentos, fazendo com que, além de ser

mais uma oferta de atrativo turístico, ser uma forma de obtenção de renda e retenção dessa população no local. Contudo, entende-se que as outras demandas de infraestrutura de acesso, de rede de esgoto, de escolas e unidades de saúde, de qualificação dos espaços e de pessoas terão que vir antes da atividade turística. No entanto, boa parte do aporte dos recursos financeiros virá através da inserção em programas de incentivo ao desenvolvimento do Turismo, daí o caráter de projeto de desenvolvimento turístico da pesquisa.

Este trabalho de pesquisa traz, dentre suas contribuições, a temática da identidade cultural e na forma em que ela se expressa, por meio dos folguedos da Folia de Reis e das agradáveis Rodas de Viola, no espaço rural dos assentamentos de terra do Pontal de Paranapanema. Embora traga um viés muito mais voltado para o desenvolvimento turístico dos locais, as questões da produção do espaço são pontuadas pela dinâmica de um espaço de conquista da terra para produção agrícola familiar, onde há conflitos e carências de todas as formas. A atividade turística, neste trabalho, não traz a intenção de substituição à outra atividade econômica e sim uma atividade coadjuvante e detentora da possibilidade de manter tal população na atividade agrícola. Ainda que possa parecer uma solução factível, a sustentabilidade da atividade turística pode estar diretamente ligada às condições gerais de infraestrutura para a própria população. Nenhum lugar que não seja bom e justo para a população nativa não poderá ser bom e sustentável à atividade turística.

9 - A Dissertação de Mestrado intitulada "Turismo, Patrimônio Cultural e Produção do espaço: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA" (LOBATO, 2014, p. 176), apresentada ao PPGG da Universidade Federal do Pará abordou, principalmente, a análise das políticas e das ações do Turismo e da preservação e conservação do Patrimônio Cultural que atuaram na produção do espaço do centro histórico de Bragança - PA, com o recorte temporal que vai do ano de 2001 a 2011.

Na nossa análise, observamos que a pesquisa em questão utilizou-se de todos os principais recortes que vamos utilizar para análise. O recorte político é o mais evidenciado porque a autora levantou todas as políticas públicas e ações políticas que,

de alguma forma, influenciaram nas questões que envolvem a preservação e conservação do Patrimônio Cultural e no incentivo ao desenvolvimento turístico da cidade, como o tombamento de vários imóveis históricos da cidade, o reconhecimento da Marujada de São Benedito como o Patrimônio Cultural do estado do Pará, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (PDT) e o Plano de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC/CH). No recorte cultural, a autora aborda a prática da Marujada de São Benedito, uma celebração religiosa que acontece todo ano nos dias 25 e 26 de dezembro e atrai muitos visitantes. A análise social e econômica anda juntas e ajudam a entender o desenvolvimento econômico da região (LOBATO, 2014, p. 116)

O rio, a ferrovia e as rodovias permitiram àquele território significativas transformações socioespaciais. Essas foram decorrentes de alguns fatores dentre os quais destacam-se: o desenvolvimento de atividades econômicas, o estabelecimento de colônias agrícolas e, principalmente, a chegada da EFB, um dos símbolos da modernização daquela região.

Assim, os fatores sociais e econômicos se juntaram aos culturais e políticos e moldaram a produção do espaço não só na cidade de Bragança - PA, mas toda a região bragantina.

No que se refere às dimensões político-espaciais, observamos que a pesquisa traz a abordagem para o âmbito municipal, uma vez que o objeto é a cidade de Bragança, no estado do Pará. Tal abordagem trata desde a história de sua colonização, que é comum às muitas cidades da região amazônica, feita por meio dos rios e passando por vários momentos de desenvolvimento urbano em função da sua localização estratégica. Bragança está na metade do caminho entre o estado do Maranhão e a capital do estado do Pará. A dimensão municipal é também analisada através das ações de salvaguarda voltadas ao Patrimônio Cultural, no âmbito do plano diretor da cidade ocorreram ações de tombamento de imóveis históricos do centro da cidade e de reconhecimento da manifestação da cultura imaterial personificada pela Marujada de São Benedito. A dimensão estadual está presente nas políticas públicas do estado do Pará. No âmbito federal, a pesquisadora aponta que as políticas públicas em relação ao Turismo e ao Patrimônio Cultural estão presentes pelo Plano Nacional do

Turismo e pelo Plano de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC/CH). Não há, até o final da pesquisa, qualquer menção sobre conflitos políticos ou de projeto federal específico exclusivo para a cidade de Bragança-Pará.

A autora lança mão da metodologia de pesquisa de estudo de caso para realizar a pesquisa e conjuga a pesquisa documental com uma boa revisão bibliográfica, com aplicação de técnicas de entrevistas semiestruturadas e trabalho de campo. Tal estrutura metodológica permitiu que a análise tivesse consistência de dados históricos e uma abordagem bem elaborada sobre a atuação das ações e políticas públicas em torno do Patrimônio Cultural e o Turismo em Bragança-PA, entre o período temporal de 2001 a 2011.

Em relação às categorias geográficas, a autora cita as categorias Território, Territorialidades, Lugar, Região, Paisagem e Escalas, porém não aprofunda nas definições e na importância delas no decorrer do trabalho. Já as categorias Espaço Geográfico e o Patrimônio Cultural Material e Imaterial tiveram uma dedicação maior e mais aprofundada, buscando as referências em vários outros pesquisadores da ciência geográfica para referendar a questão do Turismo e o Patrimônio Cultural como agentes na produção do espaço.

Ao analisar se a autora imprimiu uma visão crítica do Turismo, avaliamos que sim pois a pesquisadora descreve toda a trajetória do desenvolvimento da atividade turística em Bragança, descreve que a mesma era baseada numa plataforma ultrapassada voltada para o Turismo de Sol e Mar, ou um Turismo de massa e por vezes mais predatório. Neste caso, a comunidade não teve nenhuma participação, fruto então de políticas estatal totalitarista, sem respeito à singularidades e à particularidades local (LOBATO, 2014b, p. 149):

No entanto, ressalta-se que o tipo de planejamento a ser empregado para o turismo é um fator fundamental para o desenvolvimento da atividade, bem como a compreensão dos agentes que participam desse processo.

O que a autora, em seu intento sobre a responsabilidade e o cuidado deste planejamento ressalta, é que o estabelecimento de novas políticas públicas para o desenvolvimento do Turismo na cidade de Bragança, agora orientado para a prática do

Turismo Cultural e deverá incluir, em todos os passos, a participação da comunidade local, aplicando-se aos pressupostos de um Turismo mais inclusivo, planejado pela comunidade local, chamado por muitos estudiosos como o Turismo de base local.

Em relação ao favorecimento da preservação do Patrimônio Cultural pelo Turismo, a pesquisadora expõe que o Turismo existente antes de 2006 era o Turismo mais voltado para os atrativos naturais da cidade, como as praias do Rio Caeté e a característica presente da vegetação florestal da Amazônia (LOBATO, 2014, p. 151):

No caso de Bragança, observou-se que entre os agentes estão presentes, mas é importante ressaltar que eles estão presentes não em função propriamente do patrimônio cultural e do turismo cultural, pois como ressaltado anteriormente a área urbana possui potencial para o turismo cultural; ainda são os elementos ligados à natureza a maior fonte de procura pelos turistas. Esse quadro começa a mudar nos últimos anos, principalmente em função do que se estabeleceu como o novo plano de turismo.

Os agentes que a autora refere-se são os representantes do Estado, do mercado, das comunidades receptoras e também os turistas, que já estavam presentes em razão da atividade turística voltada para a natureza e, que também se movimentavam, em virtude do novo plano do Turismo, e deram início às ações afirmativas em relação ao Turismo Cultural, pois, a cidade de Bragança, criada no século XVII, carrega na paisagem as marcas arquitetônicas de um passado que remete aos tempos históricos da colonização do país.

Como as ações para a implantação do Turismo Cultural começaram a surgir a partir de 2006, a relevância deste movimento se deu em direção da salvaguarda do Patrimônio Cultural e de sua importância histórica para a cidade de Bragança - PA, para o estado do Pará e para o Brasil. Alguns prédios históricos foram tombados, embora a legislação sobre os tombamentos já existia desde 1990 e os mesmos só ocorreram após o ano de 2006. A outra iniciativa identificada foi a criação do Plano Diretor Participativo, de políticas municipais de conservação e preservação do patrimônio material e imaterial, do Plano Estadual de Turismo, também iniciados sob a influência da perspectiva do desenvolvimento do Turismo Cultural. Embora tudo estivesse em fase inicial, não há como negar que se não fosse pelo interesse em fomentar o Turismo Cultural, talvez nos dias atuais algumas destas preciosidades históricas já não

existiriam mais e, neste sentido, sim, a atividade turística favoreceu a preservação e a conservação do Patrimônio Cultural material e imaterial de Bragança, PA.

As principais contribuições do trabalho para o tema, em nosso entender são o resgate histórico e geográfico da produção e a reprodução do espaço bragantino bem como as suas práticas sociais, culturais e econômicas até a atualidade. A pesquisa realizou um criterioso levantamento e análise das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais em torno das questões de preservação do Patrimônio e do fomento à atividade turística voltada para o Turismo Cultural.

A pesquisa contribui para que as questões conflituosas e contraditórias que envolvem a produção espacial e o binômio Turismo e Patrimônio Cultural sejam observadas e constantemente debatidas respeitando suas singularidades e garantido a manutenção socioespacial, econômica e cultural em Bragança - PA.

10- A Dissertação de Mestrado "Turismo Cultural e a Patrimonialização do Polígono de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-To" (Nascimento, 2014, p. 225), defendida no PPGG da UFT, campus universitário de Porto Nacional, Tocantins. A pesquisa analisa o processo de tombamento do polígono do centro histórico da cidade de Porto Nacional, discute as ações para desenvolvimento do Turismo Cultural levando em conta o processo de patrimonialização de bens materiais, bem como a percepção dos moradores e dos turistas frente às novas dinâmicas espaciais do município.

Ao identificar os principais recortes utilizados, identificamos a utilização de todos os recortes: o político, o cultural, o econômico e o social. O recorte político é o principal e está em evidência porque as questões propostas e as decisões de tombamento vieram da esfera política da cidade, que acabaram por justificar o tombamento conforme a autora transcreve sobre o dossiê de tombamento (ANEXO B, apud NASCIMENTO, 2014, p.181):

Pretende-se também proteger a paisagem urbana, estreitamente ligada à história do lugar. Cada rua, ladeira, cada mirada para o rio, cada foco na catedral, na casa da câmara, numa árvore ou num conjunto delas, conta a história da cidade, lugar onde todos se conhecem, histórias carregadas de um imaginário e de uma simbologia muito particular e ao mesmo tempo universal. Deixar para as gerações do agora e para as futuras um espaço onde se perceba as origens, as transformações, as paisagens urbanas da cidade. Essa atitude pode funcionar como uma compensação para evitar o vazio que se originou quando da construção do lago, com a conseqüente perda das praias fluviais e da demolição do coreto, das quatro casas antigas e do corte das frondosas mangueiras que sombreavam a praça da Catedral.

Os recortes cultural e social manifestaram-se nas questões culturais e sociais que levaram ao tombamento do centro histórico. As referências associadas ao modo de vida, social e cultural, estão concomitantemente expressas no espaço geográfico.

De forma complementar, a autora chamou a atenção para vários fatores que podem contribuir para o desaparecimento de bens históricos e culturais de uma comunidade, entre eles o risco de degradação de tais bens, que estão em curso, devido às novas atividades econômicas que começaram a transformar a paisagem da cidade (NASCIMENTO, 2014, p.42):

[...] podemos mencionar que o centro histórico de Porto Nacional-TO está vulnerável a sofrer degradações por meio de ações humanas. É importante que haja preocupação com os possíveis danos para resguardar e preservar o Patrimônio Cultural.

A autora faz tal advertência baseando-se nos resultados de suas entrevistas com os moradores, que observaram que a construção do reservatório da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (UHE), substituindo o Rio Porto Real, trouxeram danos nas estruturas das casas do Centro Histórico por causa do volume e das grandes dimensões dos caminhões que por lá trafegaram. E buscar o tombamento da região do Centro Histórico, chamada de polígono de tombamento do Centro Histórico, seria a maneira de salvaguardar tais edificações da degradação e do esquecimento enquanto marca da sua história da cidade de Porto Nacional - TO. Em relação ao recorte econômico, embora a pesquisa aborde a questão do Turismo Cultural, a argumentação econômica implícita trazida pelo Turismo não é o foco do trabalho, como abordaremos mais adiante.

Em relação às dimensões analisadas na pesquisa, observamos que há a predominância no âmbito municipal, com o levantamento histórico da cidade e da sua análise das questões do tombamento do Centro Histórico. No âmbito estadual, observa-se com a articulação do poder público municipal para o tombamento reponde aos interesses do Estado do Tocantins em busca de uma identidade após a sua criação em 1988, (NASCIMENTO, 2014, p.105):

O estado do Tocantins já era autônomo e precisava de uma “identidade”, algo que representasse a memória e a história dos tocaninenses. O tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO veio com propósito de firmar e fixar na população portuense sua identidade, valores, costumes e cultura própria, desvinculada do estado de Goiás.

O trabalho de pesquisa evidencia que o apoio às ações de políticas públicas para o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional - TO, tiveram que passar pelas esferas estadual e federal, este último através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para que, em 2008, o tombamento estivesse oficializado. Não há menção sobre qualquer projeto federal específico além do mencionado e nem a menção de qualquer conflito político explícito.

Sobre a metodologia da pesquisa, observa-se que é uma pesquisa empírica, com pesquisas documentais, revisão histórica e bibliográfica. A autora utiliza-se das técnicas de entrevistas com os moradores, representantes do poder público municipal e estadual e com os turistas. As entrevistas com os turistas foram realizadas com aqueles que visitaram a Catedral Nossa Senhora das Mercês e o Museu Histórico e Cultural da cidade e eram questões voltadas para o universo do Turismo Cultural. Já as entrevistas com os moradores, estas eram pautadas na percepção da patrimonialização do Centro Histórico da cidade e a ligação com o Turismo Cultural. O objetivo era responder se a questão da patrimonialização do Centro Histórico era percebida e valorizada tanto para moradores quanto para os turistas.

As categorias geográficas utilizadas em função da análise por este trabalho de pesquisa são o território e a paisagem. A autora usa o conceito de "território usado", do Prof. Milton Santos (2011) para definir o espaço que inclui o polígono de tombamento: "o território é tudo aquilo que nos cerca, independentemente do ambiente

que “usamos” ” (NASCIMENTO, 2014, p.81). Em relação à paisagem, estão presentes as definições de paisagem cultural cedidas pelo IPHAN e complementada pela definição de paisagem de Ab'Saber, onde paisagem é herança: herança dos processos sociais, culturais, econômicos, biológicos e fisiográficos. A paisagem é a marca de todos esses processos em constante construção.

Há de se ressaltar o uso de um termo que não é tido como uma das categorias da ciência geográfica, mas que tem sido muito utilizada nos processos de georeferenciamento, que é o polígono. Polígono é, grosso modo, uma figura geométrica fechada formada apenas por retas que não se cruzam e se encontram no ponto de partida e no de chegada. Embora a autora use o termo, a mesma não o define e nem o explica. Encontramos o termo no uso dos documentos do IPHAN para explicar a delimitação da área tombada e o uso do termo poligonal para identificar a área do entorno do tombamento. Na Geografia, o termo tem sido usado mais recentemente com o uso do geoprocessamento de imagens para modelar dados geográficos na delimitação de áreas, criando mapas específicos, por exemplo³³.

O Patrimônio, enquanto categoria de análise da pesquisa, é descrito no processo de patrimonialização do Centro Histórico e é relatado desde da cronologia das cartas patrimoniais da UNESCO até o processo legal de tombamento do polígono do Centro Histórico de Porto Nacional-TO.

Sobre a nossa análise de que se a pesquisa traz uma visão crítica do Turismo, identificamos que o trabalho, na verdade, não deixa isso muito claro. A cidade é banhada pelo rio Tocantins, mas perdeu suas praias, atrativo para muitos dos turistas que lá visitavam em razão da construção barragem de Lajeado, restando apenas um grande lago. Sua economia é predominantemente voltada para o agronegócio.

Na nossa observação a autora procurou identificar se há algum potencial para o desenvolvimento do Turismo Cultural, uma vez que houve o tombamento do Centro Histórico e com isso tal região receberia alguma visibilidade e, talvez, recursos e tratamentos diferenciados em relação à questão da conservação dos imóveis e na isenção de tributos da prefeitura. Em sua pesquisa, a autora constata que tal

³³ <<https://pt.wikiversity.org/wiki/Pol%C3%ADgonos>> acesso em 29/05/19.

expectativa não ocorreu, a partir da percepção dos moradores. Sobre isso discorreremos a seguir.

Nas questões que envolvem a análise de que se o Turismo favorece a preservação do Patrimônio, será necessário colocar alguns fatos importantes sobre a questão do tombamento do Centro Histórico da cidade de Porto Nacional - TO. A cidade foi fundada no século XVIII pelos bandeirantes, banhada pelo Rio Tocantins e vivenciou o ciclo do ouro, o ciclo da cana de açúcar, ponto de referência para escoamento da produção agrícola e pecuária da região. Pertence ao estado de Tocantins, antiga região do norte goiano a partir de 1988. Suas praias, virtude da construção da barragem do Lajeado, foram transformadas num grande lago chamado hoje de Orla Beira Rio e para isso as casas e o coreto da cidade foram demolidos em 2002.

A cidade ganhou o título de capital da cultura, nos meados dos anos 1970, quando ainda pertencia ao estado de Goiás. A pesquisa da autora, através das entrevistas, apurou que o tombamento do polígono do Centro Histórico da cidade era desconhecido da maioria dos moradores e proprietários de imóveis no momento da pesquisa, naquela região (76,38%). E afirma que o processo que serviu a interesses políticos e econômicos, conforme observamos (NASCIMENTO, 2014, p.81):

Com maior índice, a maioria dos portuenses moradores do centro histórico desconheciam o processo que resultou em uma poligonal de tombamento. Assim, podemos afirmar que houve interesses políticos e econômicos para o tombamento da cidade de Porto Nacional. Isso porque o estado do Tocantins já era autônomo desde 1989 e precisava de uma "identidade", algo que representasse a memória e a história dos tocaninenses, e o tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO veio com o propósito de afirmar e fixar nas pessoas a sua identidade cultural desvinculada do estado de Goiás, ou seja, afirmar e comprovar que Porto Nacional é a capital da cultura, nome atribuído em meados da década de 70, por meio da imprensa e de alguns jornais de circulação nacional.

Desta forma, fica evidente que o tombamento serviu como um instrumento de validação de um título e da identidade do último estado a ser criado no Brasil, embora a sua própria população mal soubesse disso.

Outra hipótese, bem mais comum e mais provável, é de tombar para valorizar os imóveis da região e para iludir os poucos conhecedores do tombamento que este ato atrairia turistas interessados no Patrimônio Cultural da cidade de Porto

Nacional - TO. A pesquisa da autora não só detectou isso como também identificou a pouca atratividade turística que o Patrimônio tombado traz para o município.

As entrevistas e os resultados da pesquisa nos levaram a concluir que não há nenhuma relação evidente de que o Turismo favorece ou favoreceu a preservação do Patrimônio Cultural existente e tombado. Concordamos com autora quando a mesma sugere que a comunidade portuense tenha conhecimento e construa o reconhecimento da sua própria identidade cultural.

No tocante às principais contribuições do trabalho para o tema, é importante destacar que a pesquisa revela uma realidade descolada do tombamento da percepção dos moradores, maiores interessados na vida e no futuro da cidade. Como ponto forte destacamos que a pesquisa aponta algumas hipóteses de que o tombamento tenha sido voltado totalmente para os interesses políticos e econômicos das autoridades do município, deixando de lado o envolvimento da população em geral. Isto se revela na aplicação das entrevistas, a maioria não sabia do tombamento e sequer sabiam o que isso realmente significa em relação à preservação e comercialização do imóvel. Os poucos que sabiam afirmaram que não viram nenhuma diferença na isenção de tributos ou incentivo à preservação. Há também uma outra possibilidade, talvez mais remota e não apontada no trabalho, que é um movimento de reação, sendo um ato de salvaguarda do que ainda restou do Centro Histórico após as importantes transformações que o centro passou com a vinda da Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães.

O trabalho apresenta fragilidades para aplicar alguns conceitos da ciência geográfica e a nossa análise identifica como ponto fraco. A autora contribuiu com sugestões para edificar a importância em salvaguardar o Patrimônio Cultural local identificado como uma cartilha para alunos do ensino fundamental e médio, a instalação de mapas de localização e a sinalização adequada. Estas propostas são identificadas como ponto forte do trabalho.

11- O trabalho de pesquisa “Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar”: uma abordagem sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG (ALVES, 2014, 328p.), defendido no PPGG da UFMG, é uma pesquisa

que aborda a relação da paisagem como detentora da essência da existência e da vivência espacial de uma comunidade e vê na cidade de Diamantina/MG, um exemplo dos laços de topofilia, termo definido pelo geógrafo Tuan, como sendo "os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material" (1980, *apud* ALVES, 2014, p.107). Nesta perspectiva de análise, o pesquisador tem como objetivo compreender quais são os impactos positivos e os negativos que a prática do Turismo cultural produz na cidade, e como tal atividade afeta os moradores, como interfere e como poderia, possivelmente, criar conflitos com seus laços de afetividade e pertencimento ao lugar.

A pesquisa traz todos os principais recortes utilizados em nossa análise, como o político, o cultural, o econômico e o social. Porém, os recortes culturais, econômicos e sociais se apresentam de forma indissociável, muitas vezes. Ao abordar a questão do Patrimônio Artístico e Cultural de Diamantina/ MG, por exemplo, o pesquisador associa também os recortes sociais, culturais e políticos, conforme ele mesmo discorre (ALVES, 2014, p. 76):

As cenas, com os vínculos políticos que fazem parte de todo um arsenal da obra humana, aparecem como significativos elementos, portanto, o patrimônio cultural foi visualizado aqui de uma maneira humanizada, para que se possa entender o seu sentido/expressão de lembranças e estabilidade sociocultural, materializada em um cenário social que é simultaneamente vivido, memorado e encenado, possibilitando uma constituição de sentidos topofílicos.

Isto significa dizer que a construção sociocultural e política, questões forjadas primeiramente no campo das ideias, se expressam na materialidade dos elementos construídos, elaborando simultaneamente as relações afetivas de pertencimento do lugar.

O recorte econômico se expressa na atividade turística, por meio do Turismo Cultural, cujo praticante, o turista, busca na cidade de Diamantina/MG saciar sua sede pela memória (do outro), pela experiência de degustar brevemente da paisagem singular da cidade, da sua gastronomia e da sua história. Com isso, a dinâmica econômica da cidade se volta para atender a esse 'outsider'. É por fim, também, uma reluzente alternativa econômica para a cidade.

No que se refere às dimensões analisadas no trabalho, assinalamos a dimensão municipal como sendo a dimensão mais destacada no trabalho porque a

municipalidade é a grande detentora dos edifícios tombados e a análise é baseada nas relações entre os moradores da cidade, o Patrimônio Cultural e a atividade turística.

Não obstante, o trabalho apresenta questões que envolvem tanto as dimensões estaduais, federais e internacionais quando aborda os processos de patrimonialização, que vão desde os tombamentos realizados pelo IPHAN, até tornar-se Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1999 (ALVES, 2014, p. 213):

Percebe-se, então, que o reconhecimento da história, através dos tombamentos efetivados pelo IPHAN e a UNESCO em Diamantina, possibilitou a universalização da cultura e proporcionou, em certa medida, o sustento de muitos homens e mulheres da sociedade local através dos serviços que ali se instalam e que surgem pela atividade turística.

Aqui, fica evidente que a ação de patrimonialização mudou, em certa medida a dinâmica socioeconômica da cidade e este trabalho de pesquisa buscou fazer a análise geográfica deste processo.

Como metodologia utilizada, o pesquisador utilizou-se de várias técnicas que envolvem a pesquisa bibliográfica e documental, registros iconográficos, a organização e a sistematização dos dados para a elaboração de mapas e gráficos, questionários quanti-qualitativos e não-diretivos para moradores, autoridades, comerciantes locais e turistas (ALVES, 2014e, p. 44):

Em relação às categorias geográficas em função da análise do trabalho, o autor aponta a análise do território e do espaço, mas principalmente as categorias paisagem e lugar, sendo que essas duas últimas categorias constroem a fundamentação investigativa do trabalho. O conceito de lugar é ancorado nos princípios dos geógrafos de Edward Relph, Yi-Fu Tuan, Merleau-Ponty e Anne Buttimer, todos teóricos da fenomenologia da percepção. O conceito de paisagem é a categoria mais bem elaborada na pesquisa. A investigação sobre a categoria foi feita de forma criteriosa, mostrando a transformação do pensamento geográfico sobre essa categoria ao longo dos anos: "Pode-se perceber que a paisagem transita de uma noção positivista para o teor afetivo, subjetivo, emocional, perceptivo, com uma conotação simbólica" (ALVES, 2014, p. 44). Todavia, tal linha de pensamento enfrenta resistências dentro da ciência geográfica:

Entretanto, esta reconfiguração do pensar a paisagem se conforma, para muitos geógrafos, em uma área de desconfiança, afirmando, muitas vezes, a ineficácia desta para compreender o espaço a partir de sua estruturação, exercícios e métodos de pesquisa focados, por exemplo, nos ensaios etnogeográficos, na observação participante, nos relatos de vida, nos mapas mentais, nas caminhadas transversais, nos recursos da iconografia, dentre outros.

Para o autor, esse argumento está apoiado na visão positivista, que embora se apresente enfraquecida, ainda subsiste no pensamento geográfico. Assim, tal reflexão não expressa mais a realidade da análise geográfica, porque (ALVES, 2014, p. 44):

[..] a base para se compreender as modelagens sociais parte do sentido de se entender e se ouvir o homem. E compreendê-lo é, em primeira instância, a base para um resultado que valorize a sociedade. E saber agregar a sensibilidade para utilizar tais abordagens é o maior intento, pois o ser humano é eivado de emoções.

Neste sentido, o autor explicita que a paisagem se apresenta numa combinação múltipla que une as características funcional, estrutural, histórica, espacial, e também simbólica. Portanto a paisagem é dinâmica, está sujeita a todos tipos de manifestação. E, deixar de lado a análise geográfica do simbólico, será, na nossa visão, uma análise incompleta.

Como o objeto de estudo da pesquisa é a cidade de Diamantina/MG, Patrimônio Cultural da Humanidade, o autor buscou mostrar a evolução do conceito de Patrimônio Cultural de forma muito completa, identificando suas fases e seus grandes teóricos.

Sobre as cidades que recebem o título de Patrimônio Cultural, o autor esclarece a interação dos dois conceitos, paisagem e patrimônio (ALVES, 2014g, p. 51):

Dessa forma, algumas cidades potencializam essa relação da paisagem-patrimônio como um instrumento emotivo, marca de uma civilização que pode ofertar a todos, teoricamente, a representatividade de suas ações, seu histórico político, experimentando o local produzido por uma visão estética, educacional, moral e cultural.

Além disso, o autor faz a análise histórico-geográfico do Patrimônio Cultural da cidade, tecendo questões que envolvem tanto a importância da educação patrimonial e a relação estabelecida entre Turismo e Patrimônio Cultural.

É importante pontuar que as categorias espaciais por ele investigadas, traçam uma coerência para o seu objeto de estudo fazendo uma aproximação para a compreensão da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural.

No que se refere à sua visão crítica do Turismo, o autor buscou construir sua crítica na investigação dos possíveis impactos que a atividade do Turismo cultural traria, através da exposição do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG, para aos *insiders* (o autor utiliza-se do termo *insiders* para se referir a todos os envolvidos, moradores e autoridades da cidade) e na interferência na dinâmica espacial, criando conflitos com os laços de afetividade e o sentimento de pertencimento do lugar. Além disso, sua proposta na pesquisa era de identificar junto aos comerciantes, moradores e o poder público, qual é a importância do Patrimonialização de Diamantina para a geração de renda. A pesquisa também avaliou como os turistas percebiam a dinâmica cultural na cidade, bem com a sua interferência na dinâmica local.

Ao conduzir da pesquisa, o autor trouxe para o trabalho preocupações pertinentes aos impactos que a atividade turística poderá trazer à cidade. Porém, como não é muito comum nos trabalhos analisados por esta presente pesquisa, o autor deixa sua contribuição com a sugestão de ações para a conscientização e para a valorização do lugar para a comunidade local e para os turistas: o exercício e da prática da educação patrimonial.

Na questão que envolve a análise de que o trabalho identifica se Turismo favorece a preservação do patrimônio, o que aponta os resultados da pesquisa é que a percepção dos moradores e das autoridades (*insiders*) sobre o desenvolvimento do Turismo Cultural em Diamantina/MG, não provocadores "de contradições, estranhamentos e tensões significativas no tecido social. A interação entre patrimônio, comunidade e Turismo é dinâmica e gera texturas no tecido social pelas oportunidades de contato com o Outro." (ALVES, 2014, p. 298). Já da perspectiva do turista

(*outsider*), "estes não percebem que a dinâmica da atividade do Turismo cultural na cidade venha a interferir, significativamente, no cotidiano e na maneira de ser local." (2014. p. 299). Tais resultados não excluem a possibilidade de conflitos e de desconforto que o Turismo Cultural traz para a cidade, o que o autor identifica como topobofia, que grosso modo significa a rejeição do lugar (TUAN, 2012, apud ALVES, 2014). Porém tais conflitos, quando postos na balança, são superados pelo maior grau de relações sociais harmônicas entre os *insiders* e os *outsiders*. O autor entende "que a importância do patrimônio diamantinense é relevante enquanto atrativo turístico que gera renda (em seus diferentes segmentos e vertentes)" (ALVES, 2014, p. 298) afirmando assim que a atividade turística contribui para preservação do Patrimônio Cultural da cidade.

Em relação às principais contribuições do trabalho para o tema, a nossa análise é de que há excelentes contribuições, quer seja no campo das análises das categorias geográficas, quer seja pela investigação criteriosa trazida por seu trabalho de campo no que se refere ao Patrimônio Cultural e o Turismo.

A apresentação das categorias lugar e paisagem, trazidos pela vertente teórica da percepção e da fenomenologia é até o presente momento dessa pesquisa, e, em nossa avaliação, a mais importante contribuição que este trabalho dá para a construção de uma abordagem geográfica do Patrimônio Cultural.

12 – A Dissertação de Mestrado intitulada "A Refuncionalização do Patrimônio Cultural e a Mercantilização Urbana a partir das atividades turísticas: Um Estudo De Caso Sobre O Centro Histórico de Ouro Preto/MG" (CUNHA, 2014, 136p), defendida no PPGG da PUC Minas é um estudo que objetiva analisar o processo de refuncionalização ocorrido em Ouro Preto/MG, a partir do estabelecimento da chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco e as conseqüentes mudanças trazidas pela atividade turística no centro histórico da cidade. O trabalho desenvolve uma análise geográfica do objeto estudado e analisa a dualidade vivida entre o dinamismo e a expansão comercial trazidos pela nova atividade econômica, gerando emprego e renda e, paradoxalmente, promove a segregação socioespacial para atender e servir a prática do Turismo.

Sobre os principais recortes utilizados, a pesquisa abrange todos apontados em nossa metodologia, que são: o político, o cultural, o econômico e o social. Porém, é a condição socioeconômica que recebe maior ênfase no trabalho. O recorte político é apresentado na constituição da cidade, que foi um importante centro de mineração desde a época do império e nos processos de reconhecimento da cidade como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1938, pelo então SPHAN, hoje atual IPHAN.

O recorte cultural é também muito discutido pelo aspecto artístico e religioso que a cidade desenvolveu desde o apogeu da época do ciclo do ouro até ao movimento modernista, conforme o autor destaca (CUNHA, 2014, p.41):

[...] Ouro Preto manteve-se praticamente inalterada e conseguiu preservar seu conjunto arquitetônico, artístico e natural. Durante a década de 1920, a presença de artistas modernistas como Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral abrilhantou a cidade. Viviam-se os reflexos da Semana da Arte Moderna, que reavivava e valorizava a arte e o artista nacional, como o barroco ouropretano e a célebre figura de Aleijadinho. Desde então, Ouro Preto passou a manter sua vocação artística e cultural graças às suas escolas centenárias, aos festivais de arte e à realização de festas tradicionais.

No tocante aos recortes social e econômico, a pesquisa traz maior ênfase e descreve o desenvolvimento social atrelado ao econômico desde o ciclo do ouro, o recente desenvolvimento industrial e a atividade turística. O ciclo do ouro deu o início da urbanização da Vila, hoje cidade de Ouro Preto, e garantiu importância política durante os sécs. XVIII e XIX. Depois, com a mineração de ferro veio a industrialização que representa a maior porcentagem do Produto Interno Bruto municipal (IBGE, 2010), representando 80% do total arrecadado (CUNHA, 2014, p.23). A partir da década de 1980, quando a cidade recebe o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, o Turismo começa a se desenvolver com mais intensidade. Embora Ouro Preto seja uma cidade histórica com reconhecimento nacional e internacional, o Turismo não é "o maior agregador financeiro para o município" (CUNHA, 2014, p.23).

Em relação às dimensões espaciais analisadas, a pesquisa destaca a dimensão municipal fazendo todo um levantamento histórico da constituição da cidade até os dias atuais. Um ponto merecedor de destaque foi o cuidado do pesquisador em mostrar por mapas, gráficos e imagens como se deu o desenvolvimento urbano da

cidade. Outro aspecto da dimensão municipal destacada pelo autor são as várias etapas e os planos, que surgiram depois que a cidade se tornou Patrimônio Cultural nacional, na década de 1930. Toda essa trajetória resultou na construção do conhecimento para os casos de tombamento em outras cidades ou sítios históricos no país, conforme o autor esclarece: "[...] os estudos e pesquisas sobre a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, de uma forma abrangente, tiveram a cidade de Ouro Preto como referência"(CUNHA, 2014, p. 63).

Na questão tratada pela pesquisa sobre conflitos políticos, não há relatos específicos. Mas, há sim a exposição de conflitos entre estudantes e proprietários de hotel sobre a hospedagem em repúblicas durante os eventos, da conscientização dos moradores da cidade após a depredação do Patrimônio e os riscos que grandes eventos trouxeram para a estrutura da cidade, colocando-a na lista de Patrimônio em risco pela UNESCO, em 2005 (CUNHA apud CIFELLI, p.64).

Em relação à metodologia da pesquisa, a mesma se apresenta como um estudo de caso, de caráter quantitativo e descritivo. Como técnicas o autor utilizou o procedimento de coleta de dados e o uso de pesquisa bibliográfica sobre os principais temas tratados no trabalho. A pesquisa documental também foi realizada através de bases cartográficas, cartas topográficas, mapas digitais, e imagens retiradas do Google Earth e do sistema da EMBRAPA, o projeto Shuttle Radar Topography Mission - SRTM (disponibilizadas pela EMBRAPA). Foram realizadas oito visitas à cidade como trabalho de campo com entrevistas a proprietários de estabelecimentos comerciais e turísticos.

Em relação às categorias geográficas abordadas, o autor faz referência à maioria das categorias analisadas por este trabalho de pesquisa, que são: Território, Territorialidade, Lugar, Paisagem, Redes, Região, Escalas e Espaço. De tais categorias o trabalho não aborda apenas a categoria Rede e Escalas, mas dá maior ênfase na categoria Território e Paisagem. Para a categoria Território, o autor relata a sua constituição de maneira histórica, apresentando o desenvolvimento histórico e socioeconômico da cidade de Ouro Preto/MG. Ao apresentar fundamentos às categorias Território e Territorialidades, o pesquisador desenvolve sua linha de

pensamento baseando-se em autores consagrados da ciência geográfica como Rogério Haesbaert, Milton Santos e Sarita Albagli. Já na categoria Paisagem, o autor a coloca para explicar a mesma no contexto de mudanças ocorridas no próprio Território (CUNHA, 2014, p.61):

As formas mantidas ao longo da história espelham diferentes modos de ser e de fazer. As funções, por vezes tão dinâmicas, remontam às características mais sobrepujantes sobre o espaço, valorizando e declinando elementos de uma mesma paisagem, assim como produzindo e recriando sempre novas territorialidades.

Desta forma, o autor está também contextualizando as mudanças trazidas pelas relações sociais ocorridas no espaço. No caso em questão, a pesquisa busca mostrar como a refuncionalização do espaço urbano em virtude da atividade turística e da mineração podem alterar a Paisagem da cidade. A inserção do Patrimônio Cultural como agente de mudanças espaciais é bem argumentado e é um dos pontos fortes do trabalho: O autor contextualiza historicamente a patrimonialização da cidade de Ouro Preto até chegar a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, bem como os reflexos trazidos pela atividade turística. Em relação a isso o autor esclarece a importância da preservação e do papel que o Patrimônio Cultural tem na sociedade atual (CUNHA, 2014, p.58):

Em resumo, embora seja o turismo o grande divulgador dos espaços históricos, não se deve esquecer que o patrimônio cultural resulta da construção histórica de um povo que necessita constantemente conectar-se às suas origens e identidades, mesmo em tempos contemporâneos. O patrimônio cultural deve, sobretudo, contribuir como um fator educativo e de autorretrato do cidadão local, servindo depois para o uso turístico, na constante tarefa de se buscar conhecer e compreender a cultura do outro.

Assim, a afirmação acima nos leva a considerar que o Patrimônio Cultural é o espaço de construção e de reafirmação da identidade cultural local para si e para o mundo. O Turismo torna-se então, a serviço da mão não tão invisível do capitalismo, em uma das formas se reconhecer tal identidade para si e para o mundo.

Em relação à visão crítica do Turismo, o autor tem uma visão crítica e observa-se sua crítica nas questões da refuncionalização turística do centro de Ouro Preto/MG, na priorização do comércio e serviços para o turista, na eleição de

Patrimônios tombados a serem visitados em detrimento de outros de menor expressão estética e mais afastado do centro histórico, da crítica aos grandes eventos que danificam as frágeis construções barrocas, dos roteiros de curta duração (excursões) que impedem que os benefícios econômicos sejam maiores e mais democráticos. Mas a sua principal crítica versa sobre a segregação socioespacial advinda da refuncionalização turística ou da requalificação urbana (CUNHA, 2014, p. 82-83):

A crítica sofrida pela requalificação urbana, em especial em países de economias periféricas, se deve ao fato de muitos desses projetos urbanísticos negligenciarem o aspecto social e se prestarem apenas aos objetivos mercantis. Por isso, inúmeros projetos de requalificação têm sido responsáveis pelo banimento de moradores mais pobres que se encontram nas áreas de interesse do capital.

Desta forma, ao refuncionalizar os antigos imóveis residenciais para comerciais, ocorre uma maior valorização desses imóveis tornando-os mais interessantes para alugar comercialmente. Assim, quem é proprietário muda-se para outro lugar ou desaloja-se inquilinos residenciais. Muda-se então a relação socioespacial do centro histórico da cidade, conforme explica o autor (CUNHA, 2014, p.83):

A supervalorização dos centros históricos remonta ao controle das territorialidades urbanas por meio da elitização da cultura. Por isso, entende-se a necessidade de uma paisagem revitalizada, onde o capital controla a reprodução e a exclusão social no território.

A pesquisa se apresenta crítica à forma de como o Turismo vem se desenvolvendo e praticado na cidade, que segrega o morador antigo e o priva do acesso da população de menor poder aquisitivo à moradia, à produtos e à serviços, que se tornam mais encarecidos para atender os turistas.

Quanto à percepção de que o Turismo favorece a preservação do Patrimônio Cultural, o autor identifica que sim, mas adverte (CUNHA, 2014, p.118 -119.):

Deve-se, portanto, procurar uma coerência quanto ao uso do patrimônio tombado, que necessita se mantido como um direito social apropriado de forma coletiva e, ao mesmo tempo, exercendo as funções que atendem diretamente ao público turista.

Deste modo, o pesquisador identifica a importância da atividade turística para a preservação do Patrimônio tombado e para a geração de novos postos de trabalho, mas advoga a favor de medidas conciliatórias que respeitem as necessidades de manutenção do Patrimônio, da população local e da atividade turística, através da participação da sociedade civil e da gestão municipal do Turismo.

O autor também argumenta que a atividade turística pode elevar-se a outros propósitos que não sejam puramente o consumo vazio e desproposital. A prática do Turismo Cultural é exercida por aqueles que querem conhecer outras paisagens e culturas (CUNHA, 2014, p.66):

Viajar com o intuito de conhecer novas culturas e extraordinárias histórias é algo que transcende o puro prazer da curiosidade, pois evoca também a reprodução do conhecimento: o turista, enquanto espectador da paisagem e dos monumentos, representa a multiplicação daquele saber e o continuísmo daquela memória social ali construída. Por isso, o turismo tornou-se o prazer de muitos e a oportunidade de renda para tantos outros; tornou-se uma prática indissociável da história no presente.

Neste sentido, o autor apresenta uma visão de vínculo entre a prática do Turismo Cultural e a preservação do Patrimônio Cultural: ambos amparam-se para a sua própria continuidade.

Em relação às principais contribuições do trabalho para o tema, o trabalho traz bons subsídios para analisar o Patrimônio Cultural sob a ótica da Geografia. Em primeiro lugar, o pesquisador buscou fundamentar a pertinência do estudo do Patrimônio Cultural pela ciência Geográfica (CUNHA, 2014, p.59):

A Geografia enfoca o patrimônio cultural a partir da relação existente entre o tempo e o espaço, conferindo-lhe uma dinâmica socioespacial embasada na ordenação política e econômica conduzida por diferentes agentes ao longo da história. Os indivíduos que determinam as relações de poder são também aqueles que influenciam a produção e a apropriação do espaço social, definindo, portanto, os valores dos elementos espaciais e dando-lhes características simbólicas e representativas.

Assim, é cada vez mais evidente a pertinência do olhar da Ciência Geográfica para pensar e pesquisar as muitas relações socioespaciais que contribuem ou contribuíram para a escolha do Patrimônio Cultural que representem uma determinada sociedade.

Ainda como ponto forte do trabalho e, como exemplo de como a Geografia pode ajudar a pensar áreas patrimonializadas, o autor elaborou mapas que ajudam a entender a prática da refuncionalização de imóveis históricos tem na dinâmica da atividade turística. O pesquisador identificou os imóveis que tinham por finalidade atender ao turista, ou seja, bares, restaurantes, meios de hospedagem, lojas de artesanato e joalherias, nas últimas três décadas e as identificou em mapas. Desta forma, pode-se ter uma ideia de como e onde os estabelecimentos de finalidade turística proliferam ao longo deste período de tempo.

Outra contribuição dos recursos gráficos da Geografia foi o mapa criado a partir da elaboração do Valor de Intensidade Comercial Turístico - VICT dos imóveis mapeados e o distribuiu nas ruas. Este método é explicado pelo autor (CUNHA, 2014, p.114-115), "Possibilita, por exemplo, entender quais são as áreas mais evidenciadas pelos empresários e como eles apostam em seus respectivos empreendimentos, esperando determinados lucros".

Assim, é possível analisar a intensidade da atividade comercial voltada ao Turismo bem como uma análise mais precisa da distribuição espacial dos estabelecimentos voltados para atender a atividade turística.

Neste trabalho, pudemos observar que, além do uso das fundamentações teóricas pertinentes que o autor faz em sua análise, ele já referenciou outro trabalho na área, citando Cifelli que produziu seu trabalho em 2005. Há também o emprego das tecnologias e recursos geográficos no tratamento das informações obtidas no trabalho de campo. Este conjunto auxilia na compreensão dos objetivos do trabalho, o que não foi comum encontrar em outros trabalhos aqui pesquisados. Neste sentido, o emprego desses outros recursos seja recomendado para trabalhos futuros.

E por fim, um outro aspecto a abordar é que este trabalho de pesquisa utiliza-se das referências de outro trabalho por nós já analisado nesta pesquisa. Esta prática evidencia que os estudos na área estão sendo usados, e implica que o conhecimento na área está evoluindo e isso caracteriza um fator importante para a afirmação do olhar geográfico sobre Patrimônio Cultural.

13 – A Tese de Doutorado "Circuitos Turísticos Ítalo-descendentes: o uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil" (PANIS, 2014, 333 p.), Tese de Doutorado, defendida no PPGG da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Esta pesquisa analisa a atual representação da identidade cultural dos descendentes da imigração italiana nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Investiga também os processos de refuncionalização dos bens culturais ítalo-descendentes, orientados por políticas públicas de planejamento territorial, bem como por estratégias econômicas de valorização turística da cultura.

Em sua análise, os principais recortes utilizados são identificados como os recortes culturais, econômicos, sociais e políticos. Todos estes recortes estão presentes, pois o pesquisador faz uma abordagem de análise pautada na categoria da formação socioespacial, defendida por Santos (1996, *apud* PANIS, 2014, p. 55) "o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas, nos distintos momentos históricos". Assim, nas questões que envolvem tanto a imigração italiana quanto a imigração de outras etnias, a motivação sendo socioeconômica ou política, a questão cultural estará sempre implícita como expressão da sua identidade. Não importa para onde se vá se leva junto a língua, as memórias e os costumes alimentares.

No caso da imigração italiana, objeto deste trabalho, o processo de emigração da Itália, o pesquisador nos explica, foi um processo político e econômico acordado entre os países receptores desse contingente. A Itália recém unificada encontrava-se falida, empobrecida das guerras pela sua unificação, com o saldo de uma grande população faminta. O acordo entre os países que os receberiam era convidativo. Em substituição da mão de obra escrava, viria o trabalho, a terra e, conseqüentemente, a fartura. Não antes de muito esforço e a superação das inúmeras dificuldades para sobreviver à um novo lugar, à uma nova pátria.

Segundo o pesquisador, a formação socioespacial de um território é facilmente explicada pelo modo de produção da época em que ocorreu a sua formação (PANIS, 2014, p.54):

Portanto, compreender os diferentes modos de produção que se sucederam ou sucedem sobre o espaço, permite entender melhor as determinações econômicas, políticas e, porque não dizer, culturais de cada período em determinados territórios, pois, o espaço pode comportar até mesmo mais de um modo de produção, mesmo que um predomine em relação aos outros.

Desta forma, as formas e funções adotadas no espaço ou território, por esse grupo social, acrescido dos seus modos de produção, refletiriam as imposições político-econômicas do grupo e concretizariam a sua produção cultural.

Além deste olhar, o pesquisador também abordou tais recortes em outras perspectivas. Os recortes econômicos, políticos, sociais e culturais abrangem desde da razão da imigração, da sua chegada, do seu desenvolvimento ao longo da história até os dias atuais. Nas palavras de Santos (1978, apud Panis, 2014, p.24) "Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço". Ou seja, a personificação dos usos turísticos como os circuitos ítalo-descendentes representa uma nova referência para identificar a imigração italiana no Brasil, tanto da perspectiva sociocultural como da político-econômica.

Em relação às dimensões espaciais analisadas, o trabalho de pesquisa explorou desde o âmbito Federal, que se iniciou com os acordos para a imigração com a Itália, até a abordagem de políticas públicas para o Turismo, com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). No âmbito da dimensão municipal, o autor explica que o interesse em incentivar a divulgação pela italianidade brasileira é, na sua maioria, da gestão municipal do Turismo juntamente com proprietários rurais, como forma de aumentar a renda para os municípios e para a região onde se encontram. Ao se referir à dimensão estadual, a pesquisa teve seu *locus* de abrangência em quatro estados nacionais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina ambos na região Sul do país e os estados do Paraná e Espírito Santo, região Sudeste do Brasil. O estado de Santa Catarina juntamente com o Ministério da Cultura – MinC e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, o Ministério do Turismo - MTUR, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criaram o chamado "Roteiros Nacionais de Imigração". Tal roteiro personalizou uma política pública que abrangeu todas as dimensões e foi direcionada para a regionalização do Turismo com base na valorização do Patrimônio Cultural. Tal iniciativa foi voltada para a valorização das etnias que

formaram a identidade cultural brasileira, para além da italiana. Assim temos a teuto-descendentes e a franco-descendentes, por exemplo. E que, por mais de 40 anos foram negligenciadas pelo governo brasileiro que queria impor uma identidade única no país, a luso-brasileira (PANIS, 2014, p.129). Estes quatro estados têm a maior população ítalo-descendente do país e representam a herança cultural desta etnia até os dias atuais.

Em relação à metodologia da pesquisa, o trabalho revela que o autor foi muito cuidadoso com as técnicas de entrevistas, trabalho de campo e na sistematização e interpretação dos resultados. Com base na pesquisa bibliográfica e, com a experiência adquirida em seu mestrado que também faz parte da análise desse trabalho de pesquisa, o autor elaborou a revisão bibliográfica sobre as temáticas Patrimônio Cultural, o Turismo e a imigração italiana. Preparou a pesquisa histórica e com ela todo um levantamento cartográfico e fotográfico. O trabalho de campo, a partir das visitas às localidades, dos questionários e entrevistas realizadas em associações, dos órgãos públicos, das agências de Turismo e de entidades que representavam a cultura ítalo-descendente, representou a etapa mais importante da pesquisa porque, por meio de sua observação, pode trazer ao universo do seu trabalho, a interpretação da realidade e ampliou e aprofundou seu conhecimento sobre o tema da pesquisa. Outro ponto a destacar sobre o trabalho foi o percurso metodológico, assim chamado pelo autor, que, em nossa opinião, é uma excelente referência para elaboração de trabalhos de pesquisa porque buscou as informações em fontes seguras, aplicou uma combinação de técnicas e juntamente com o seu conhecimento sobre as temáticas e o trabalho de campo, possibilitou realizar uma interpretação coesa dos resultados da pesquisa.

Em relação às categorias geográficas, o pesquisador fez referência à maioria das categorias geográficas, porém as que apresentam maior ênfase são o território, a territorialidade e a paisagem. E são estas que vamos analisar.

O território é abordado para identificar a constituição das colônias de imigração italiana no Brasil, ou seja, numa porção delimitada do espaço. Neste sentido, o autor identifica territórios de identidade ítalo-descendente nas regiões Sul e Sudeste

do Brasil. Já a territorialidade, é uma característica qualificada do espaço, como nos explica o autor (PANIS, 2014, p.8):

[...] a territorialidade italiana está ligada a estes territórios por meio da presença das materialidades e dos conteúdos simbólicos que preenchem e dão sentido às formas, conectam o passado ao presente, reforçando não apenas os laços de pertencimento como, também, a importância da preservação destes bens culturais.

Assim, como já vimos anteriormente em outras análises, o autor nos leva a entender que o território é uma delimitação formal do espaço e que a territorialidade é a expressão material e imaterial deste território.

Em relação à categoria paisagem, a mesma é significativamente importante para a ciência geográfica. Esta categoria ganhou maior visibilidade e interesse a partir da escola de Berkeley com Sauer e depois, com Cosgrove e Berque, já no movimento chamado Nova Geografia Cultural, já explicado anteriormente.

O autor, ao explicar o que é a paisagem, sintetiza o pensamento de Luchiari (2001 ,p.7, apud PANIS, 2014) e conclui (PANIS, 2014, p. 101):

A paisagem, portanto, revela-se como um documento que registra historicamente o percurso dos grupos sociais no território, numa mescla entre formas recentes e formas antigas herdadas de tempos pretéritos e preenchidas de conteúdos culturais que lhes dão sentido e funcionalidades.

Neste sentido, a paisagem dotada de formas antigas e novas - a hibridez do espaço - tão bem explicado por Ferraz (2011, 103p.), que preenchidas pelas expressões culturais dos ítalo-descendentes, apresentou uma nova valorização destes espaços, trazida pela atual prática turística.

Vale aqui também uma menção ao formato e a escolha desta tipologia pelo autor denominando-os de Circuitos Turísticos ítalo-descendentes. A configuração do circuito dá a conotação espacial de características comuns entre seus entes e que apresentam uma certa sequência que são apresentadas de forma coerente no espaço geográfico. O mesmo não é uma categoria geográfica. É um arranjo espacial que representa um itinerário turístico, um curso, como explicou o autor. Esta escolha representativa do espaço também espelha a visão espacial do geógrafo e é, inclusive a justificativa da não inclusão do estado de São Paulo em sua pesquisa. Embora seja o

estado que mais tenha recebido imigrantes italianos, é também aquele que teve, geograficamente, a maior distribuição pelo estado, dificultando ou impossibilitando a formação de um único circuito ítalo- descendente.

Em relação à visão crítica do Turismo, o pesquisador coloca que a atividade turística é um recurso econômico para complementar a renda das propriedades e assim permitir "a continuidade no tempo e no espaço" (PANIS, 2014, p. 7):

[...] parte da concepção de que o turismo constitui-se como uma atividade que complementa os rendimentos familiares, ao mesmo tempo em que contribui na preservação dos bens materiais e conteúdos simbólicos da cultura[...]

Contudo, o autor faz a sua crítica alertando, ao mesmo tempo, o uso turístico do Patrimônio Cultural incorpora á este uma condição de mercadoria de valor econômico. Neste sentido, o autor adverte para o cuidado dos mesmos não virarem produtos caricaturados (PANIS, 2014, p.8):

Tal processo alteraria os conteúdos e a carga simbólica dos bens e das vivências cotidianas, convertendo-as em mercadorias para serem consumidas enquanto atrativo e distintivo cultural, colocando em risco a teia de significações das práticas sociais que permitiram a produção e reprodução da identidade ítalo-descendente no tempo e no espaço.

O autor é muito atento às questões que podem desfigurar a cultura dos brasileiros ítalo-descendentes e sua advertência é feita para evitar mudanças que, de certa maneira, aumentaria o 'apetite' para o consumo em detrimento do respeito aos valores culturais e assim alterando o sentido de pertencimento dessas comunidades. Tal preocupação é evidente nas perguntas das entrevistas e questionários para os visitantes e para os proprietários dos atrativos turísticos. Assim sendo, o autor reforça a ênfase de que é preciso ter cautela para não transformar a herança cultural dos circuitos ítalo-descendentes em práticas turísticas descoladas da sua realidade histórica.

Quanto à percepção de que o Turismo favorece a preservação do Patrimônio Cultural, o pesquisador avalia que sim e explica que esta nova atividade deve-se à complexidade das demandas econômicas globais, que impõe à mudanças novas formas de produção econômica, obrigando muitas vezes, a troca de atividade econômica ou então poucas alternativas de recuperação e investimento e assim o

Turismo vem a ser a alternativa mais viável, inclusive para a preservação e conservação do Patrimônio Cultural (PANIS, 2014, p.258):

Neste processo, ao mesmo tempo em que o turismo representa uma estratégia econômica de melhoria nos rendimentos familiares, ao atrair um público diferenciado interessado em um consumo cultural, reforça as iniciativas de conservação do patrimônio e da identidade ítalo-descendente, permitindo sua continuidade no tempo e no espaço.

Mesmo assim, o pesquisador explica que esta relação se apresenta de forma dialética e inspira muita atenção de todos os envolvidos neste processo de refuncionalização turística do Patrimônio Cultural (PANIS, 2014, p.258):

Importante compreender que se trata de um processo dialético, onde a preservação e a agregação de valor ao patrimônio, por parte de seus possuidores, para o uso turístico tanto podam se manter futuramente como pode ceder lugar a entrada de grupos empresariais nos circuitos, diminuindo a participação das famílias no processo.

Sua argumentação é baseada na atenção ao tipo de segmentação turística, ou seja, aquela voltada para o Turismo Cultural, que difere do Turismo de massa (PANIS, 2014, p.120):

[...] práticas turísticas que utilizam o patrimônio como elemento de atratividades são destinadas não ao público em geral, mas a um novo tipo de turista que busca o contato com outras expressões culturais, além de buscar e consumir produtos mais sofisticados, distintamente do turismo de massa.

Para o autor, o Turismo Cultural promove uma maior conscientização sobre a história e a cultural onde é praticado e assim percebe a importância de preservá-lo e conservá-lo. E ainda ressalta (PANIS, 2014, p.121):

Neste caso, a prática turística adquire um papel pedagógico não apenas vinculado ao aspecto da conservação dos bens em si, como também da troca e do aprendizado do público em geral sobre a história e a memória dos bens que estão tendo contato. Além do impacto inevitável que existe, entre o desgaste dos bens materiais e as trocas culturais que podem influenciar as mudanças dos saberes e práticas dos grupos sociais, a prática turística pode assumir importante papel na preservação do patrimônio cultural, afinal, por mais simples esteticamente que possa ser o patrimônio, sem ele não é possível promover turismo cultural.

Assim, fica demonstrado com evidencia a interdependência desta relação Patrimônio Cultural e o Turismo, em especial o Cultural. O Turismo não só ajuda na

preservação do Patrimônio Cultural, como o Patrimônio Cultural é condição para que essa modalidade turística ocorra.

E por fim e para corroborar com sua tese, o autor também investigou se os empreendedores do circuito turístico ítalo-descendentes tinham tal percepção ao entrevistá-los e questionou: "Você acha que o turismo ajuda a manter, conservar os bens e as práticas culturais ítalo-descendentes?". Como resposta, a grande maioria, 89%, respondeu positivamente deixando claro que eles estão conscientes. Tanto que alguns destes entrevistados já mencionavam a importância de manter as materialidades e imaterialidades da cultura ítalo-descendente, não só para ser um atrativo para o Turismo, mas para seu próprio reconhecimento e como a sua referência de pertencimento.

Em relação às principais contribuições do trabalho para o tema, é muito claro que a pesquisa traz significativas contribuições. A começar pela metodologia utilizada, como já mencionamos anteriormente. A amplitude de técnicas e de empenho em seu trabalho de campo, cujo objeto de pesquisa envolveu deslocamentos geográficos distantes e o permitir ampliar e aprofundar seus conhecimentos sobre o tema, como o próprio autor declarou.

O trabalho de pesquisa analisado contribui para o elucidamento de duas questões importantes quando abordamos o binômio Turismo e Patrimônio Cultural, sobretudo no formato de um circuito, que representa turisticamente a herança cultural da comunidade ítalo-descendente: uma delas é o fato de que representam a marca material e imaterial de sua formação socioespacial histórica no país. Dessa forma, apresentam particularidades e diferenças em seus respectivos territórios e a manutenção das expressões culturais trazem, antes de uma atratividade turística, a permanência dessa cultura e o fortalecimento do sentido de pertencimento da comunidade. A atividade turística é uma atividade econômica que veio a complementar a renda dessas famílias e assim também garante a permanência no território, retroalimentando tudo o que mencionamos. A segunda, é que para isso, há de se ter o cuidado no planejamento turístico, que deve ser acompanhado por todos os envolvidos, do poder público aos gestores e empreendedores dos atrativos para evitar os excessos

trazidos pela especulação mercadológica daqueles que não enxergam nada mais do que o valor de troca.

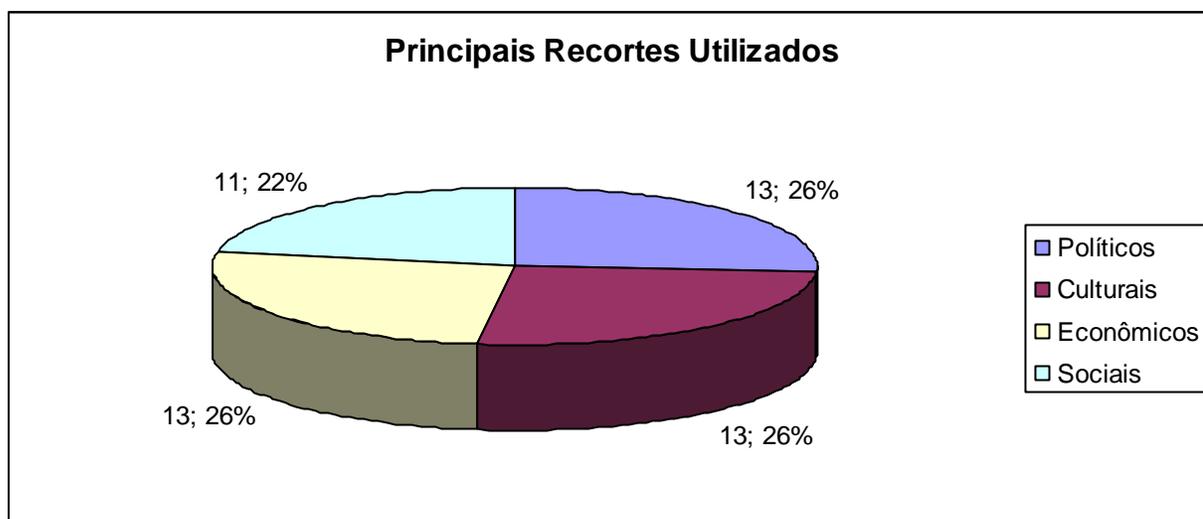
E por fim, também como contribuição do trabalho para o tema, é tê-lo como referência no que se diz respeito à qualidade das avaliações sobre os resultados da pesquisa e a diversidade de fontes bibliográficas pesquisadas. Tudo isso, é bom que se diga, reflete a maturidade científica do pesquisador que, pela sua experiência e conhecimento no tema, inseriu métodos e técnicas da ciência geográfica, o que torna um trabalho consistente e fiel à sua área do conhecimento. Algo que nem sempre é encontrado nos trabalhos avaliados por esta pesquisa, contribuindo para a construção da pesquisa e na caracterização da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e da atividade turística.

A análise qualitativa elaborada nos treze trabalhos, identificou especificidades de cada pesquisa analisada, e nos permitiu fazer a interpretação da abordagem geográfica sobre o Patrimônio Cultural e o Turismo. De forma complementar, a análise quantitativa também pode somar a esta interpretação. Destacamos a importância dessa etapa não somente como uma forma de geração de dados e sim como a interpretação dos mesmos, proporcionando conhecimento e informação.

No âmbito da nossa pesquisa, buscamos identificar quais foram os principais recortes utilizados pelos pesquisadores ora analisados na elaboração dos seus respectivos trabalhos. Os recortes escolhidos para análise, ou seja, as narrativas que constituíam a análise do trabalho de pesquisa, definidos como econômicos, políticos, culturais e sociais.

Neste sentido, conforme mostra o gráfico 10, pudemos quantificar os principais recortes trazidos em cada pesquisa e, em seguida, elaboramos a sua devida análise.

Gráfico 10. Principais Recortes Utilizados



Podemos ver que nos 13 trabalhos, os recortes políticos, econômicos e culturais apresentam a mesma proporção, ou seja 26% para cada de incidência excetuando-se o recorte social, que apresenta uma incidência de 24%. Isto deixa evidente que, a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo, traz a presença destes recortes juntos na maioria das vezes. É mesmo difícil considerar que as questões que envolvem o Patrimônio Cultural e o Turismo não estão dissociadas das questões políticas que vão desde a sua escolha até a sua normatização, como mostra claramente a pesquisa de Cifelli (2005), Neves (2007), Panis (2009), Sotratti (2010), Santos (2013) e Panis (2014).

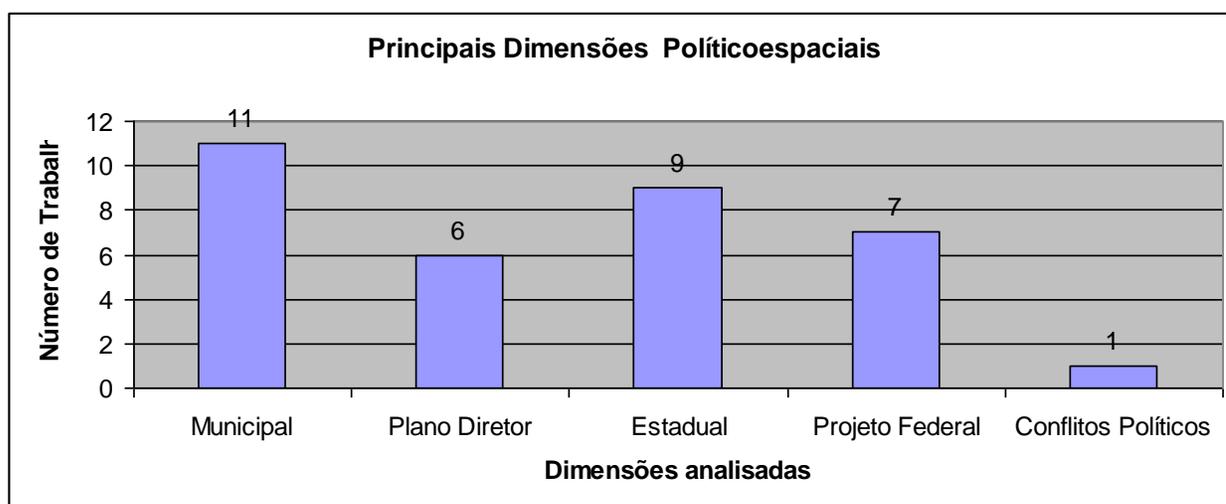
Os recortes econômicos e culturais também estão associados pelo fato de que a atividade turística, intensificada no período pós Segunda Guerra Mundial e até a atualidade, transformou-se numa atividade de lazer e busca pelo conhecimento e pelo diferente em escala mundial, e, de forma evidente, é uma atividade econômica que vem substituindo e auxiliando na subsistência econômica local, como podemos identificar nos trabalhos realizados por Panis (2010), Pinto (2009), Demczuk (2011), Ferraz (2011), e Alves (2014), como explicamos de forma mais detalhada no Cap. 2.

Os recortes sociais também estão associados. Mais uma vez, ao se tratar de Patrimônio Cultural e Turismo, os fatores-chave como o da representação social e dos conflitos sociais estão presentes nas análises dos trabalhos, porque representam a identidade cultural e a coletividade da localidade onde se está inserido, como evidencia os trabalhos de Cifelli (2005), Ferraz (2011), Santos (2013) Alves (2014), Lobato (2014), Nascimento (2014) e Cunha (2014). A única ausência de análise do recorte social foi encontrada em apenas um dos trabalhos, o de Pinto (2009), por ser um trabalho essencialmente teórico e que não trouxe esta perspectiva particularizada.

Desta forma, a análise dos principais recortes utilizados nos trabalhos pesquisados traz a pertinência da análise da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo, pois os dados e a análise dos mesmos demonstram que os fatores econômicos, políticos, culturais e sociais moldam, identificam, produzem e reproduzem o espaço geográfico onde estão contextualizados.

As dimensões políticoespaciais identificadas como dimensão Municipal, Plano Diretor, Estadual, Projeto Federal e o Conflito Político também fizeram parte da nossa análise. O gráfico 11 demonstra quantitativamente a ocorrência entre os trabalhos analisados:

Gráfico 11. Principais Dimensões Político-espaciais



Nota: o autor

A incidência da dimensão municipal é a de maior ocorrência, constando em 11 dos 13 trabalhos analisados. Em seguida, a dimensão estadual é a mais presente, com 9 incidências. A dimensão projeto federal apresenta 7 incidências, a dimensão do plano diretor com 6 incidências e, por fim, a dimensão do conflitos políticos com uma incidência apenas.

Em nossa análise, a presença do binômio Patrimônio Cultural e o Turismo parece advir, na grande maioria das vezes, de demandas da municipalidade. Isto pode ser explicado porque as questões políticas de patrimonialização, dentro do processo histórico de normatização, acabaram se iniciando como políticas públicas nas esferas federais e estaduais e propiciando as ações de incentivo para tombamento e reconhecimento nas esferas municipais.

Entretanto, um dos trabalhos analisados, precisamente o de Neves (2007), que pesquisou a Festa do Boi Bumbá de Parintins, acabou fazendo o caminho inverso iniciando o reconhecimento na cidade, passando pela esfera estadual, até chegar a ser reconhecido pelo IPHAN e tombado como Patrimônio Cultural Imaterial do país.

Dentro da dimensão do plano diretor, que surge como instrumento jurídico do Direito Urbanístico, adquiriu maior visibilidade e importância a partir da Constituição de 1988, passando a ser obrigatório nos planejamentos urbanos das cidades. Os trabalhos que discorrem mais extensivamente sobre este instrumento no âmbito do Patrimônio Cultural e o Turismo são os de Panis (2009) e de Lobato (2014). Neles, seus respectivos autores observam, dentro do ambiente político-administrativo municipal, que a função social do Patrimônio Cultural e da atividade turística pode atender as questões que gravitam em torno da justiça social, por validar grupos sociais marginalizados, pelo reconhecimento da cultura material ou imaterial, na qualidade de vida local proporcionando melhoramentos na infraestrutura pública e no desenvolvimento econômico, criando fonte de renda e trabalho.

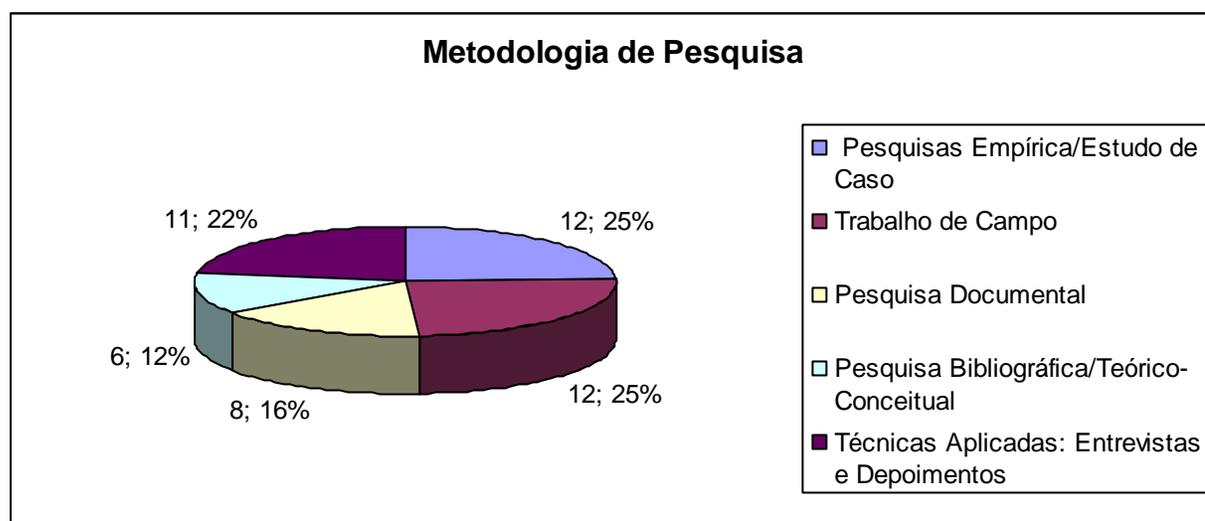
Na dimensão dos conflitos políticos, apenas o trabalho de Santos (2013) apresenta claramente a questão. O trabalho versou sobre o assentamento rural do movimento dos sem-terra (MST), no Portal do Paranapanema-SP, onde há uma relação política conflituosa entre os assentados e parte da população local. Nele, a autora

investiu na tese do reconhecimento da prática cultural imaterial trazida por eles, tais como o folguedo da Folia de Reis e da Roda de Viola como forma de atrativo turístico e uma possível perspectiva para o aumento de renda da população assentada naquele território e assim, talvez, amenizar o conflito ora existente.

Ao fazer a análise de tais dimensões, é possível constatar a pertinência da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo nas questões que envolvem o poder público e o urbanismo, uma vez que todas as ações e suas respectivas consequências se dão, na verdade, no espaço geográfico e, como observado, em todas as escalas espaciais.

Em relação à metodologia de pesquisa adotada nos trabalhos analisados, verificamos as seguintes possibilidades: as pesquisas empíricas/ estudo de caso, pesquisa documental, Trabalhos bibliográficos/ teórico-conceitual, e as técnicas aplicadas entrevistas/depoimentos. O gráfico 12 mostra a distribuição das incidências, como segue:

Gráfico 12 - Metodologia de Pesquisa



Nota: o autor

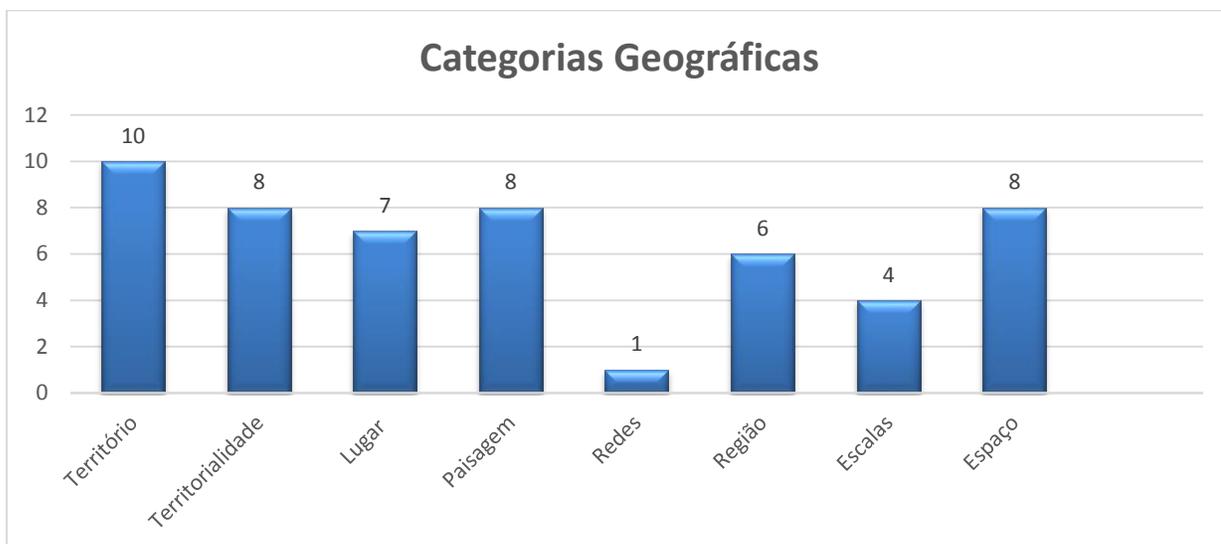
Observamos que, dos 13 trabalhos analisados, 12 deles apresenta respectivamente a metodologia de pesquisa que caracterizam estudo de caso e a utilização do trabalho de campo. A razão de tais incidências está ancorada na própria

natureza da ciência geográfica, exigindo, dependendo do objeto de estudo, a investigação pormenorizada, como um estudo de caso e com um trabalho de campo correspondente. As técnicas aplicadas têm a representatividade correspondente a 11 trabalhos e apresenta coerência, uma vez que as técnicas estruturam a metodologia de pesquisa. Em relação à pesquisa documental, a mesma se apresenta em 8 trabalhos e, como tal, visa a busca de informações em fontes preferencialmente primárias, elaborar o tratamento e dados, mapas, documentos históricos, entre outros. E tal incidência explica-se porque as questões que envolvem o Patrimônio Cultural abraçam processos históricos e, portanto, são imprescindíveis para sua constituição e para a sua análise. Por último, vem a pesquisa bibliográfica com a incidência em 6 trabalhos. Diferentemente da pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica dá o embasamento teórico, cujas fontes são bibliográficas, como os livros e as revistas científicas. Ela é empregada nos trabalhos de Neves (2007), Cunha (2014) e Panis (2014), por exemplo.

Isto demonstra claramente que, em se tratando da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo, não há unanimidade no uso e na aplicação das metodologias de pesquisa e das técnicas. Elas são combinadas e apontam assim para o aumento da perspectiva e da amplitude da análise, sobre o objeto de estudo.

As categorias geográficas são, grosso modo, os procedimentos metodológicos que a Ciência Geográfica utiliza para explicar e ensinar o espaço geográfico. Em nossa análise, buscamos identificar quais são as categorias geográficas utilizadas nas referidas pesquisas, tais como lugar, paisagem, região, território, rede, escalas e espaço geográfico. Também adicionamos as categorias do Patrimônio e a territorialidade para realizarmos esta análise. A figura 4 revela as incidências das categorias geográficas:

Gráfico 13 - Categorias Geográficas



Nota: o autor

Como podemos observar a categoria geográfica Território é a que tem a maior incidência, apresentando-se em dez dos 13 trabalhos. Tal número de incidências ilustra que, em se tratando do Patrimônio Cultural e do Turismo, a questão do território está diretamente ligada às particularidades do espaço concreto, quer seja a natureza e/ou a paisagem construída, as relações políticas e econômicas e a identidade de um ou mais grupos sociais.

Na sequência, vêm as categorias espaço geográfico, territorialidades e paisagem, com oito incidências cada. O espaço geográfico é referenciado como a totalidade espacial e a paisagem como fragmento desta totalidade. Assim, na maioria das vezes, os trabalhos referenciaram às tais categorias de forma combinada.

A categoria Lugar apresenta 7 incidências, superando categorias clássicas da Geografia, como Região, Escala e Redes. Estes resultados, embora não sejam majoritários, indicam que tal categoria merece atenção para a consolidação da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo, uma vez que é a partir do lugar que todas as relações com o espaço vivido e as escalas espaciais se constroem, conforme analisamos no Cap. 4.

Ao fazer a exploração e as análises quanti e qualitativas dos principais recortes utilizados, partindo do recorte político, cultural, econômico e social, passando pela identificação das dimensões políticas espaciais estudadas, pelas metodologias empregadas e pelas categorias geográficas utilizadas nestes trabalhos, podemos afirmar que a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo traz características muito particulares que envolvem a observação detalhada de todos os elementos acima elencados.

CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar identificar qual seria a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural sob o olhar das pesquisas da Pós-Graduação em Geografia no Brasil, notadamente em suas teses e dissertações defendidas entre 1998 a 2014, logo percebemos a grandiosidade do desafio que se impunha para a sua realização. A questão da metodologia a ser empregada pela especificidade das temáticas nos impôs outro grande empenho, que se desenhava como um verdadeiro trabalho de garimpo e, igualmente desafiador: o desenvolvimento do método de análise para tais trabalhos. Mas, assim que as definições foram se delineando, o trabalho se desenvolveu. Neste percurso, não tanto suave, aproveitamos o banco de dados que já constava uma parte do levantamento, coube a nós atualizá-lo e ampliá-lo. O *website* da Capes e dos PPGG foram nossas grandes fontes primárias.

Não obstante, não nos parecia fazer sentido analisar os trabalhos de pesquisa da Pós-Graduação em Geografia, sem antes contextualizar primeiro historicamente a institucionalização da Pós-Graduação no país, e em seguida nos dirigir para a Ciência Geográfica brasileira e apontar sua evolução à luz de lutas por representatividade e por contemplação de políticas públicas como os Planos Nacionais de Pós-Graduação.

A nossa intenção foi demonstrar o crescimento da produção científica, que também se refletiu nas temáticas analisadas por este trabalho de pesquisa. Como exemplo, já observamos trabalhos mais antigos sendo citados por trabalhos mais recentes e autores que defenderam tese e dissertação sobre a temática do patrimônio, o que demonstra claramente que está se construindo e consolidando o conhecimento científico de uma área.

Assim, demonstramos que as temáticas: Turismo, Cultura, Patrimônio Cultural eram temas crescentes dentro das pesquisas geográficas. E que a diversidade de olhares era igualmente múltipla, apontando para a importância do uso da revisão sistemática de análise, conforme explicamos em nosso procedimento metodológico.

Nosso escopo de análise abrangeu também a abordagem geográfica do Turismo nas pesquisas avaliadas, apontando o grande interesse de pesquisa pela

temática e a importante contribuição da análise geográfica para o desenvolvimento turístico, evidenciando a preocupação com a sustentabilidade da atividade e priorizando o envolvimento da comunidade local, em todas as suas fases.

O Turismo Cultural, em grande parte, graças ao Patrimônio Cultural e a ação de patrimonialização, são os segmentos turísticos que mais crescem em todas as escalas geográficas, significando importante agente produtor e reproduzidor de espaço. Assim sendo, este trabalho sugere que os cursos de graduação e Pós-Graduação em Geografia incluam mais disciplinas e linhas de pesquisa dedicadas ao estudo deste fenômeno.

Para delinear a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo, sugerimos, como a exemplo deste trabalho, a aplicação de uma metodologia de leitura que possa abranger uma gama maior de elementos e proporcionar uma análise composta por vários lados e ângulos. E, desta forma, permitir um olhar mais aprimorado da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo.

Assim, podemos concluir que a abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do Turismo é composta por fatores que vão desde os econômicos, os políticos, os culturais e os sociais e que moldam, identificam, produzem e reproduzem o espaço geográfico onde estão contextualizados.

Em relação às metodologias empregadas nos trabalhos, em nossa análise, é possível afirmar que não há unanimidade no uso dos métodos e técnicas, mas sim a combinação de vários métodos e técnicas, permitindo o aumento da perspectiva e da amplitude da análise sobre o objeto de estudo.

Já em relação às categorias geográficas, gostaríamos de fazer algumas recomendações para trabalhos futuros sobre a temática do Patrimônio Cultural e do Turismo: 1- que as categorias geográficas contidas nas pesquisas devam ser mais bem dissertadas e observadas. Infelizmente alguns trabalhos não evidenciaram e valorizam esta questão e julgamos ser de extrema importância para a sua análise; 2- Todas as categorias geográficas tiveram representatividade nos trabalhos pesquisados, porém, a categoria Lugar, mesmo não apresentando o maior número de incidências, merece atenção para a consolidação da abordagem geográfica do Patrimônio Cultural e do

Turismo, uma vez que é a partir do Lugar que todas as relações com o espaço vivido e as escalas espaciais se constroem.

A forma e o método utilizados neste trabalho de pesquisa, ou seja, a revisão sistemática de análise do Patrimônio Cultural e do Turismo, nos permite sugerir a implementação de uma ferramenta da Ciência da Informação, na área de organização do conhecimento, que facilitará futuros trabalhos da Ciência Geográfica em qualquer temática: que é a criação do *Thesaurus* para a Geografia brasileira. O *Thesaurus* é um conjunto de termos técnicos de determinada área que são utilizados em palavras-chaves e permite maior e mais rápido acesso aos trabalhos, artigos ou qualquer publicação específica, uma vez que, atualmente, grande parte destes trabalhos já se encontram disponibilizados por acesso *online* por meio de mecanismos de busca. Apontamos aqui, como já observamos nos procedimentos metodológicos, o caso do trabalho analisado de Neves (2007), intitulado “Dois pra lá, dois pra cá”: Território, Globalização E Boi-Bumbá, Na Ilha Dos Tupinambá (Parintins – Amazonas), que não continha nem no título e nem nas palavras-chaves qualquer palavra que identificasse a questão da turistificação em Parintins. Foi necessário a leitura do resumo para reconhecê-lo como elegível para a pesquisa.

Portanto, a designação de um *Thesaurus* para a Geografia brasileira é um passo importante de visibilidade e que permitirá além disso, medir, avaliar e analisar temas, linhas de pesquisa e auxiliar em decisões baseadas em análises mais fidedignas de dados quando se almejar medir ou avaliar projetos e produtividade, para citar alguns outros usos.

Por fim, como conclusão desta análise geográfica, será difícil dissociar o Patrimônio Cultural do Turismo na atual sociedade capitalista e com tendência de crescimento do consumo, seja material ou imaterial. O Turismo, como demonstramos ao longo desta pesquisa, é a atividade econômica que veio substituir outras atividades econômicas que, por vários motivos acabaram diminuindo ou se extinguindo, criando juntamente com o patrimônio lá existente, um novo território. Atualmente localidades e países dependem desta atividade como principal fonte de renda e não há, pelo menos no momento, nada que o substitua. Desta forma, sugerimos que as ações que

envolvam o Patrimônio Cultural, estimulem e perpetuem as relações de pertencimento do Lugar, com o uso da educação patrimonial (SCIFONI, 2017), por exemplo. E que as ações que cercam o Turismo tragam o envolvimento da sustentabilidade cultural, social e econômica da comunidade onde está inserido, sob pena do aumento das reações crescentes contra esta atividade, como os movimentos de antiturismo ou turismofobia³⁴.

E neste contexto, abre-se um campo de investigação para outras áreas como a Geografia cultural, a Geografia social e a Geografia econômica.

Nestes casos, a Ciência Geográfica, sempre muito crítica aos avanços econômicos do capitalismo, tem a chance de desempenhar um papel muito importante: evidenciar as dimensões espaciais do Patrimônio Cultural e do Turismo e contribuir para o planejamento e controle da atividade turística que ajudem o seu desenvolvimento, bem como atenuar os seus inevitáveis efeitos negativos.

³⁴ Antiturismo ou turismofobia é um movimento que se manifestou na Europa em 2017, onde os residentes das cidades turísticas protestaram contra o excesso de turistas, trazendo, tráfego intenso, aumento dos aluguéis, inflação e contribuindo para a diminuição da qualidade de vida destes residentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, Silvana Maria de Moraes. **TURISMO E CULTURA: UMA LEITURA DO ESPAÇO URBANO POCONEANO EM SUAS SINGULARIDADES**. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/posgeo/dissertacoes/turma-2004/TURISMO-E-CULTURA-UMA-LEITURA-DO-ESPACO-URBANO-PO>>. Acesso em: 24 ago.
- ALBACH, Valéria de Meira. **PANORAMA DA PESQUISA EM TURISMO NOS MESTRADOS EM GEOGRAFIA DO BRASIL**. 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080//dspace/handle/1884/24867>>. Acesso em: 25 mar. 2012.
- ALVES, Rahyan de Carvalho. **Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar: uma abordagem sociocultural do patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG**. 2014. 326 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Geografia, Organização do Espaço., Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/IGCC-9LWLSB>>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- AZEVEDO, M. L. N.; OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M. **O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulação, avaliação e financiamento**. *RBPAE*, v. 32, n. 3, p. 783-803, set./dez. 2016.
- BALBACHEVSKY. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida**. In: BROCK; SCHWARTZMAN. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 275-305.
- BARRETO, F. C. S.; DOMINGUES, I. **O PNPG 2011-2020: os desafios do país e o sistema nacional de pós-graduação**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 17-53, set. 2012.
- BARRETTO, Margarita. **Turismo e o legado Cultural**. Campinas: Papyrus, 2000. 96 p.
- BERDOULAY, Vincent. **Les Idéologies comme Phénomènes Géographiques**. *Cahiers de Géographie du Québec*, vol. 29, no. 77, setembro 1985.

BERTONCELLO, Rodolfo. **Turismo Y Patrimônio: Entre la cultura.** In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-54.

BERTUZZO, Gleyd Maria Pereira. **Produção Científica: um estudo cienciométrico do periódico Turismo em Análise.** 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Puc Campinas, Campinas, 2004.

BRASIL. CAPES. (Org.). **Plano Nacional de Pós-Graduação: 2011-2020.** Brasília: [s.i.], 2010. 309 p. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2013.

BRASIL. Capes. Ministério da Educação (Org.). **Documento de Área - Geografia 2019.** Coordenadora da Área: Maria Tereza Duarte Paes Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Antonio Carlos de Barros Correa Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Gláucio José Marafon Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4673-geografia>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. IPHAN. (Org.). **Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972 : para saber o essencial..** Brasília: Iphan, 2008. 80 p. Disponível em: . Acesso em: 10 2018.

BURTON, I. "A Revolução Quantitativa e a Geografia Teorética" *Boletim de Geografia Teorética*, Vol.7 (13:63-84). 1977

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis.** 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 152 p.

CAMPO, Marcus. **Patrimônio cultural e refuncionalização de centros históricos no Brasil: uma abordagem geográfica.** Relatório de Iniciação Científica. Campinas: Unicamp, 2010. 20 p.

CARLOS, Ana Fani. **Da "organização" à "produção" do espaço no pensamento geográfico**. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 53-74.

CARLOS, Ana Fani. **Questões para a construção de uma política de pós-graduação em geografia**. *Revista da Anpege*, Curitiba, v. 1, n. 1, p.71-84, 2005.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Fflch, 2007. 123 p.

CASTRO, Nair Aparecida Ribeiro de. **O lugar do turismo na ciência geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa**. 2006. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17072007-110513/pt-br.php>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001. 282 p.

_____, Françoise. **Patrimônio em Questão: antologia para um combate**. São Paulo: Unesp, 2001. 184 p.

CHRISTOFOLETTI, A. **"As características da Nova Geografia"** (pp. 03-27) In: *Geografia*, Vol. 01, N. 01, Rio Claro, SP. 1976

CIFELLI, Gabrielle. **Turismo, Patrimônio e Novas Territorialidades em Ouro Preto - MG**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/287054/1/Cifelli_Gabrielle_M.pdf>.

Acesso em: 8 de ago. 2017.

_____, Gabrielle. **A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos desafios do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto – MG**. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 113-138.

CLAVAL, Paul. **A Volta do Cultural na Geografia**. *Boletín de La A.g.e.*, Madrid, v. 34, n. 34, p.20-28, 2002.

CONTI, José Bueno. **A Geografia como ciência da natureza**. [s.d.]. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/799.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Dimensão Cultural do Espaço**: Alguns Temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-22, 12 out. 1995. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3479/2409>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

COSTA, Maria Augusta Freitas; RIBEIRO, Willame de Oliveira; TAVARES, Profa. Dra. maria Goretti da Costa. **O TURISMO ENQUANTO ESPAÇO DE ANÁLISE GEOGRÁFICA**: três perspectivas de abordagem. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, Ceará, p.33-42, 2003.

CRANG, Michael. **Cultural Geographies of Tourism**. In: LEW, Alan A.; HALL, C. Michael; WILLIAMS, Allan M. (Org.). **A Companion to tourism**. Australia: John Wiley & Sons, Ltd, 2014. p. 66-77. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470752272.fmatter/pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza. **“PATRIMONIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO”**: ENSAIO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TURISMO, “PATRIMÔNIO CULTURAL” E PRO. **Geosp: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 31, n. 31, p.95-104, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74255/77898>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Introdução Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Rocca, 2003. 125 p.

CUNHA, Victor Lacerda da. **A Refuncionalização do Patrimônio Cultural e a mercantilização urbana a partir das atividades turísticas**: um estudo de caso sobre o Centro Histórico de Ouro Preto. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Ratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Quadragésimo ano do parecer CFE no 977/65. Rev. Bras. de Educ.**, {s.i.}, v. 30, p.7-20, 2005. ISSN 1413-2478.

De-la-Torre-Ugarte-Guanilo, Mônica Cecilia, Ferreira Takahashi, Renata, Bertolozzi, Maria Rita **Revisão sistemática: noções gerais.** Revista da Escola de Enfermagem da USP [en linea]. 2011, 45(5), 1260-1266. ISSN: . Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361033312033>> Acesso em 22 jan. 2019.

DEMCZUK, Paula Grechinski. **Ferrovia e Turismo: Reflexões sobre o Patrimônio Cultural Ferroviário em Irati (PR).** 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Mestrado em Gestão do Território, Gestão do Território: Sociedade e Natureza, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/540>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Saraiva, 2006. 257 p.

DUARTE, Gerusa Maria. **A pesquisa e a Pós-graduação em Geografia no Brasil: os dez anos da ANPEGE. Revista da Anpege,** Curitiba, v. 1, n. 1, p.35-60, 2003. Semestral.

FEIBER, Silmara Dias. **O PAPEL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CONSTRUÇÃO DO LUGAR: A Igreja Nossa Senhora de Fátima em Cascavel - PR.** 2007. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: . Acesso em: 22 fev. 2018.

FERRAZ, Rafael de Abreu. **PAISAGEM E PATRIMÔNIO: A ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS (RJ).** 2011. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia da Puc Rio, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Puc-rio, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.18795>>. Acesso em: 25 out. 2018

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** 6. ed. Curitiba: Positivo, 2008. 893 p.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 2001. 103 p.

- GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. ANPEGE: **O resgate de uma história**. *Revista da Anpege*, Curitiba, v. 1, n. 1, p.9-17, 2003. Semestral.
- GODOY, Paulo R. Texeira de. **Algumas considerações para uma revisão crítica da História do Pensamento Geográfico**. In: GODOY, Paulo R. Texeira de (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 145-156.
- GRAHAM, Brian; ASHWORTH, G.J.; TUNBRIDGE, J.E. **A Geography of Heritage: power, culture and economy**. Londres: Arnold Publishers, 2004. 283 p.
- GRAVARI-BARBAS, Maria; JACQUOT, Sébastien. **Patrimoine Mondial et Développement: au défi du tourisme durable**. Quebec: Presses de L'Université Du Québec, 2014. 312 p.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.
- HERTZOG, Anne. **Les géographes et le patrimoine**. *Echogéo*, [S.L.], v. 1, n. 18, p. 1-8, 5 dez. 2011. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/echogeo.12840>. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/echogeo.12840>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- JAFARI, Jafar. **LA CIENTIFIZACIÓN DEL TURISMO**. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, Buenos Aires, v. 3, n. 1, p.7-37, 1994.
- JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.
- KNAFOU, Remy. **Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo**. In: ADYR. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Rocca, 2001. p. 254-274.
- LABROT, Véronique. **L'Apport Du Droit International: patrimoine commun de l'humanité et patrimoine naturel**. In: YVON, Lamy. **L'Alchimie du Patrimoine: discours et politiques**. Paris: Publications de La Maison Des Sciences de L'Homme D'Aquitaine, 1996. p. 14-536.
- LEFEBVRE, Henri. **Prefácio: a produção do espaço**. *Revista Estud. Av*, [s.i.], v. 27, n. 79, p.123-132, 2013. Disponível em: <. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300009>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

LEIMGRUBER, Walter. **ACTORES, VALORES Y CULTURA: REFLEXIONES ACERCA DEL PAPEL DE LA CULTURA EN GEOGRAFÍA**. *Boletín de La A.g.e.*, [s.i], n. 34, p.91-103, 2002. Disponível em: <<http://www.boletinage.com/articulos/34/3407.pdf>>.

Acesso em: 06 jul. 2014.

LENCIONI, Sandra. **LINHAS DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**: mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. *Revista da Anpege*, [S.I.], v. 11, n. 9, p. 5-19, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/RA2013.0911.0001>. Acesso em: 24 jun. 2015.

LIBERALESSO, Cibele Pase. **A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE GEOGRAFIA:: EXPERIÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE SANTA MARIA-RS**. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: . Acesso em: 22 fev. 2018.

LINNENLUECKE, MK; MARRONE, M; SINGH, AK. **Conducting systematic literature reviews and bibliometric analyses**, *Australian Journal of Management*, 45(2), 175-194, DOI: 10.1177/0312896219877678.> Acesso em: 16 jul. 2021.

LOBATO, Alessandra da Silva. **Turismo, Patrimônio Cultural e Produção do Espaço**: uma análise do centro histórico da cidade de Bragança-PA. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmicas Territoriais na Amazônia., Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <<http://www.ppgeo.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2012/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20ALESSANDRA%20LOB>>. Acesso em: 8 maio 2019.

LUCHIARI, Maria Tereza Paes. **Centros históricos**: Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. *Geographia*, São Paulo, v. 7, p.43-58, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/165/160>>. Acesso em: 24 set. 2013.

LUNA, Débora de Oliveira do Rego; LUNA, Amanda Souza Xavier de. **PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO 2011-2020: METAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL**. In: COLÓQUIO

INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO SUPERIOR (COIPESU), 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Coipesu, 2015. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2015/13/plano-nacional-de-pos-graduacao-2011-2020-metas-e-desafios-para-o-desenvolvimento-da-pos-graduacao-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

MARQUES, Evandro Cyrillo. **DO CAFÉ ÀS SERESTAS E SERENATAS: O TURISMO CULTURAL EM CONSERVATÓRIA**, RJ. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp102349.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2014.

MASCARENHAS, Rúbia Gisele Tramontin. **A DIVERSIDADE GASTRONÔMICA COMO ATRATIVO TURÍSTICO NA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ: um estudo de caso no município de Castro..** 2009. 335 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/22019/tese_pos_defesa>.

MENDONÇA, Francisco. **TEMAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA GEOGRAFIA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA. Revista da Anpege**, [S.I.], v. 2, n. 2, p. 7-29, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0001>. Acesso em: 13 jul. 20

MENESES, Ulpiano T Bezerra de. **Os "usos culturais" da cultura: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais.** In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 88-99.

MOLINA, Sergio. **O Pós - Turismo.** São Paulo: Aleph, 2003. 130 p.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências.** São Paulo: Edusp, 1980. 155 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1994. 48 p.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e Práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas.** São Paulo: Contexto, 2012. 224 p.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana de Oliveira; MELO, Pedro Antonio de. **A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA, 11., 2011, Florianópolis. **Anais...** . Florianópolis: Inpeau, 2011. p. 1 - 18. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui>

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. **Turismo Cultural e a patrimonialização do polígono de tombamento do centro histórico de Porto Nacional-TO.** 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Estudos Geo-territoriais, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/412>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

NEVES, Diogo Labiak. **“DOIS PRA LÁ, DOIS PRA CÁ”:** Território, Globalização e Boi-Bumbá, na Ilha dos Tupinambá. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em:

<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/13593/DOIS%20PRA%20L%C1,%20DOIS%20PRA%20C%C1%20Territ%F3rio,%20Globaliza%E7%E3o%20e%20Boi-Bumb%E1,%20na%20Ilha%20dos%20Tupinamb%E1-%20Diogo%20Labia.pdf;jsessionid=CDF4AD27B29A6F>

NIGRO, Cintia. **As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: Bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia.** In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.

NITSCHKE, Leticia Bartoszeck. **O SIGNIFICADO DO TURISMO NO ROTEIRO “CAMINHOS DE GUAJUVIRA”, ARAUCÁRIA/PR.** 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/10830/leticia_nitsche_mestrado_geografia.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

NOGUEIRA, Carmem Regina Dorneles. **O Turismo, o reencontro e a redescoberta da região das missões.** 2007. 165 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em

Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-125043/pt-br.php>>.

Acesso em: 30 set. 2014.

PAES, Maria Tereza Duarte. **Apresentação**. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Annablume, 2009. p. 13-32.

_____. Maria Tereza Duarte. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico**. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSELO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. [s.i.]: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

PANIS, Marcelo. **Circuitos turísticos Ítalo-descendentes: o uso contemporâneo das Heranças culturais no sul e sudeste do Brasil**. 2014. 333 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/Panis_Marcelo_D>. Acesso em: 17 out. 2019.

_____, Marcelo. **Turismo, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Local: O Distrito de Rincão da Cruz no Município De Pelotas/RS**. 2009. 229 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós- Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287058>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos e KAERCKER, Nestor André. (org.). **Geografia: Práticas Pedagógicas para o Ensino Médio**. Porto Alegre: artmed, 2007.

ROCHA, Ana Rita Pinto. **AS DIALÉTICAS DA GLOBALIZAÇÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO**. 2009. 65 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Mestrado em Gestão do Território, Gestão do Território: Sociedade e Natureza, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2009. Disponível em: <<http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/516>>. Acesso em: 8 ago. 2018.

ROJAS, Ângela; ROJAS, Ângela. **Sínteses histórica de la conservación del patrimonio.** In: RIGOL, Isabel (Org.). **Convervación patrimonial: teoría y crítica.** Havana: Uh Editorial, 2012. p. 29-70.

SALES, Elias Junior Câmara Gomes. **A teoria geográfica nos estudos do turismo: elementos teórico-metodológicos.** In: GODOY, Paulo R. Texeira de (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia.** São Paulo: Unesp, 2010. p. 278-289. Disponível em: <ISBN 978-85-7983-127-0. Available from SciELO Books>. Acesso em: 17 set. 2013.

SANTOS, Cássio Miranda. **Os primeiros passos da Pós-Graduação no Brasil: A questão da dependência. Ensaio: Aval. pol. públ. Educ.,** Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p.479-492, dez. 2002.

SANTOS, Clediane Nascimento. **O Patrimônio Cultural e as Identidades territoriais como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística no Pontal do Paranapanema.** 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Produção do Espaço Geográfico, Universidade Estadual Paulista (unesp), Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96757>>. Acesso em: 6 maio 2019.

SANTOS, Milton. **Natureza do espaço: tecnica e tempo, razão e emoção** 2a. ed.. São Paulo: Edusp, 2006. 257 p.

SARTRE, Xavier Arnauld de; BERDOULAY, Vincent. **Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. Novos Cadernos Naea,** Belém, v. 8, n. 2, p.109-124, dez. 2005.

SCHULER, Denise. **TRANSFORMAÇÕES LOCAIS DAS RELAÇÕES SOCIAIS NUM PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE:** o caso da Quebrada de Humahuaca, Jujuy/Argentina. 2009. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: . Acesso em: 22 mar. 2018.

SCIFONI, Simone. **DESAFIOS PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Revista Teias,** [S.l.], v. 18, n. 48, p. 5-16, ago. 2016. ISSN 1982-0305. Disponível em: <<https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/25231/19932>. Acesso em: 24 fev. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/teias.2017.25231>.

SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **A PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL: UMA CONTRIBUIÇÃO À POLÍTICA DE AVALIAÇÃO.** *Revista da Anpege*, São Paulo, v. 2, p.21-37, 2005.

SILVA, José Borzacchiello da; OLIVEIRA, Márcio Piñon de. **A TRAJETÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E A ANPEGE: ALGUMAS QUESTÕES.** *Revista da Anpege*, [s.i.], v. 5, p.79-92, 2009.

SOTRATTI, Marcelo. **Imagem e Patrimônio Cultural: as Ideologias espaciais da Promoção turística internacional do Brasil - Embratur 2003 - 2010.** 2010. 253 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós- Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/287048>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **A expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil e a ANPEGE.** *Revista da Anpege*, Curitiba, v. 1, n. 1, p.18-32, 2003.

_____, Dirce Maria Antunes. **O atual e as tendências do ensino e da pesquisa em geografia no Brasil.** *Revista do Departamento de Geografia (usp)*, São Paulo, v. 16, p.38-45, 2005. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/51>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

SUZUKI, Julio César. **Doutoramento em Geografia:** características da sua implantação na Universidade de São Paulo. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 24., 2013, Lima. **Anais...** . Lima: [s.i.], 2013. p. 6 - 7. Disponível em: <:>. Acesso em: 15 set. 2013.

TEIXEIRA, Vanessa; SILVA, Márcia. **Anpege: contexto de formação e relações políticas e científicas.** *Revista da Associação Nacional de Pós´graduação e Pesquisa em Geografia*, Porto Alegre/rs, v. 12, n. 19, p.94-121, 2016. Semestral. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.4.6/index.php/anpege08/article/view/91>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

TREVISAN, Fernanda Lodi. **A desigual distribuição espacial do Patrimônio Mundial** – atualização do debate. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 6, n. 2, p.459-477, 2016. Disponível em: . Acesso em: 25 mar. 2018.

TURISMO, Ministério do (Ed.). **Índice de Competitividade do turismo nacional: 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. 2011. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/downloads_outrosetudos/Relatxrio_Brasil_-_2011.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2014.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3. Ed. São Paulo: Studio Nobel. 2001. 231p.

VAQUERO, Manuel de La Calle; HERNÁNDEZ, María García. **Ciudades históricas; patrimônio cultural y recurso turístico**. *Ería*, no. 47, Universidad Complutense de Madrid, 1998, pp. 249- 266.

VESCHAMBRE, Vincent. **PATRIMOINE: un objet révélateur des évolutions de la géographie et de sa place dans les sciences sociale**. **Annales de Géographie**, [S.I.], v. 4, n. 656, p. 361-381, 2007. Disponível em: <http://www.caim.info/revue-annes-de-geographie-2007-4-page-html>. Acesso em: 25 mar. 2015.

ZAVATTINI, João Afonso. **Estudos do clima no Brasil**. Campinas: Alínea, 2004. 393 p.

WAGNER, Philip L. **Cultura Y Geografia: un ensaio reflexivo**. **Boletín de La A.g.e.**,Madrid, v. 34, p.41-50, 2002. Disponível em: <<http://www.boletinage.com/articulos/34/3404.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2014.